



# GUIA DE MELHORES PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE PORTUÁRIA:

*A ESTRATÉGIA ESG*



Organizador  
Dr. Sérgio Cutrim

# Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade Portuária: *A Estratégia ESG*

São Luís



2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Natalino Salgado Filho

**Reitor**

Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos

**Vice-Reitor**



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira

**Diretor**

## CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Luís Henrique Serra

Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni

Prof. Dr. André da Silva Freires

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante

Prof<sup>a</sup>. Dra. Diana Rocha da Silva

Prof<sup>a</sup>. Dra. Gisélia Brito dos Santos

Prof. Dr. Marcus Túlio Borowski Lavarda

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues

Prof. Dr. João Batista Garcia

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas

Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

Copyright © 2023 by EDUFMA

**Revisão**

Baum Soluções Informacionais

**Projeto Gráfico**

Fabrcio Freitas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP )

G943 Guia de melhores prticas de sustentabilidade portuária [recurso eletrônico] : a estratégia ESG / Coordenação técnica Sérgio Cutrim ; equipe técnica Adriano Nascimento Barbosa ... [et al.]. – São Luís : EDUFMA, 2023.

ABEPH - ISBN: 978-65-999809-1-6

ATP - ISBN: 978-65-999839-1-7

UFMA - ISBN: 978-65-5363-187-8

1. Portos – Administração. 2. Sustentabilidade. ESG. 3. Aspectos ambientais. 4. Aspectos sociais. 5. Aspectos de governança.  
I. Cutrim, Sérgio.

CDD (1. ed.) 387.544

Tatyane Barbosa Philippi - Bibliotecária CRB 14/735

**Criado no Brasil [2023]**

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperao ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrnico, mecânico, fotocpia, microimagem, gravao ou outro, sem permissao do autor.

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a citação parcial, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada. Não pode ser utilizada para fins comerciais.



EDUFMA | Editora da UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga

CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil

Telefone: (98) 3272-8157 [www.edufma.ufma.br](http://www.edufma.ufma.br) | [edufma@ufma.br](mailto:edufma@ufma.br)

# **Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade Portuária:**

*A Estratégia ESG*

Apoio institucional

***CNT***  
***SEST SENAT***  
***ITL***

---

## **Coordenação Técnica**

Dr. Sérgio Cutrim

---

## **Equipe Técnica**

Adriano Nascimento Barbosa

MSc Andressa Guimarães Rego

Bárbara Cavalcanti Rosa

Cláudia Maria Soares Cabral

Cláudia Resende

Fernando Antônio Brito Fialho

MSc Iorrana Soares Sousa

Dr. Leo Tadeu Robles

Letícia Oliveira Dias de Lucena

MSc Luciana C Guerise

Marcella Pavão Monteiro

Matheus de Sousa Coelho

Mayhara Chaves

MSc Raul Lamarca

Dr. Sérgio Cutrim

Dra. Susanne Carolinne Penha Ferreira Cutrim

# Lista de Ilustrações

<b>Quadro 1 - Políticas.....</b>	<b>52</b>
<b>Quadro 2 - Planos.....</b>	<b>53</b>
<b>Quadro 3 - Programas .....</b>	<b>54</b>
<b>Quadro 4 - Projetos.....</b>	<b>55</b>
<b>Quadro 5 - Processos.....</b>	<b>56</b>
<b>Quadro 6 - Parcerias .....</b>	<b>57</b>
<b>Quadro 7 - Políticas Ambientais .....</b>	<b>59</b>
<b>Quadro 8 - Planos Ambientais .....</b>	<b>60</b>
<b>Quadro 9 - Programas Ambientais .....</b>	<b>61</b>
<b>Quadro 10 - Projetos Ambientais.....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 11 - Processos Ambientais.....</b>	<b>62</b>
<b>Quadro 12 - Parcerias Ambientais .....</b>	<b>64</b>
<b>Quadro 13 - Políticas Sociais.....</b>	<b>66</b>
<b>Quadro 14 - Planos Sociais.....</b>	<b>67</b>
<b>Quadro 15 - Programas Sociais .....</b>	<b>67</b>
<b>Quadro 16 - Projetos Sociais .....</b>	<b>69</b>
<b>Quadro 17 - Processos Sociais .....</b>	<b>70</b>
<b>Quadro 18 - Parcerias Sociais .....</b>	<b>70</b>
<b>Quadro 19 - Políticas de Governança .....</b>	<b>73</b>
<b>Quadro 20 - Planos de Governança .....</b>	<b>74</b>
<b>Quadro 21 - Programas de Governança .....</b>	<b>75</b>
<b>Quadro 22 - Processos de Governança.....</b>	<b>75</b>
<b>Figura 1 - Processo de gestão de stakeholders.....</b>	<b>78</b>
<b>Quadro 23 - Coleta de informações junto ao stakeholders.....</b>	<b>79</b>
<b>Gráfico 1 - Stakeholders envolvidos nos planos mestres portuários....</b>	<b>80</b>
<b>Quadro 24 – Stakeholders do sistema portuário .....</b>	<b>81</b>
<b>Quadro 25 – Clientes de terminais portuários privados.....</b>	<b>83</b>
<b>Quadro 26 - Grupo interno de terminais portuários privados.....</b>	<b>83</b>
<b>Quadro 27 - Grupo externo de terminais portuários privados .....</b>	<b>84</b>

<b>Quadro 28 - Clientes de portos públicos .....</b>	<b>86</b>
<b>Quadro 29 - Grupo interno de portos públicos.....</b>	<b>87</b>
<b>Quadro 30 - Grupo externo de portos públicos .....</b>	<b>87</b>
<b>Quadro 31 - Tema material - ambiental - terminais portuários privados .....</b>	<b>94</b>
<b>Quadro 32 - Tema material - social - terminais portuários privados ....</b>	<b>96</b>
<b>Quadro 33 - Tema material - governança - terminais portuários privados.....</b>	<b>97</b>
<b>Quadro 34 - Tema material - interdisciplinar - terminais portuários privados.....</b>	<b>98</b>
<b>Quadro 35 - Tema material - negócios, operações e estratégia - terminais portuários privados.....</b>	<b>99</b>
<b>Quadro 36 - Tema material - ambiental - portos públicos .....</b>	<b>101</b>
<b>Quadro 37 - Tema material - social - portos públicos .....</b>	<b>101</b>
<b>Quadro 38 - Tema material - governança - portos públicos.....</b>	<b>102</b>
<b>Quadro 39 - Tema material - interdisciplinar - portos públicos.....</b>	<b>103</b>
<b>Quadro 40 - Tema material - negócios, operações e estratégia - portos públicos .....</b>	<b>103</b>
<b>Figura 2 - Os 5 P´s da Agenda 2030.....</b>	<b>107</b>
<b>Figura 3 - Objetivos do desenvolvimento sustentável.....</b>	<b>108</b>
<b>Figura 4 - Dimensões dos ODS.....</b>	<b>110</b>
<b>Quadro 41 - ODS e a dimensão ambiental.....</b>	<b>113</b>
<b>Quadro 42 - ODS e a dimensão social .....</b>	<b>118</b>
<b>Quadro 43 - ODS e a dimensão de governança.....</b>	<b>124</b>
<b>Quadro 44 - Objetivos e metas da AIVP e sua relação com os ODS da ONU.....</b>	<b>168</b>
<b>Figura 5 – Jornada da Sustentabilidade .....</b>	<b>178</b>
<b>Figura 6 - Tipos de Jornada da Sustentabilidade.....</b>	<b>179</b>
<b>Figura 7 – Princípios da Jornada Social.....</b>	<b>187</b>

---





## Sumário

• Prefácios .....	12
• Instituições .....	18
• Apresentação .....	24
<b>1. SUSTENTABILIDADE E A ESTRATÉGIA ESG .....</b>	<b>28</b>
<b>2. O QUE HÁ DE NOVO NO ESG .....</b>	<b>37</b>
<b>3. METODOLOGIA .....</b>	<b>41</b>
Revisão bibliográfica.....	43
Análise Regulatória.....	43
Análise de Conteúdo .....	43
Análise Digital.....	44
Entrevistas .....	45
Questionários <i>On-Line</i> .....	45
Visitas Técnicas .....	45
Benchmarking .....	46
Construção da Primeira Versão do Guia .....	47
Validação Junto aos Portos da Primeira Versão do Guia.....	47
Finalização do Guia.....	47
<b>4. TIPOLOGIA DAS MELHORES PRÁTICAS .....</b>	<b>49</b>
<b>5. MELHORES PRÁTICAS AMBIENTAIS .....</b>	<b>58</b>
Políticas Ambientais .....	59

Planos Ambientais.....	60
Programas Ambientais.....	61
Projetos Ambientais.....	62
Processos Ambientais.....	62
Parcerias Ambientais.....	64
<b>6. MELHORES PRÁTICAS SOCIAIS .....</b>	<b>65</b>
Políticas Sociais.....	66
Planos Sociais.....	67
Programas Sociais.....	67
Projetos Sociais.....	69
Processos Sociais.....	70
Parcerias Sociais.....	70
<b>7. MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA .....</b>	<b>72</b>
Políticas de Governança.....	73
Planos de Governança.....	74
Programas de Governança.....	75
Processos de Governança.....	75
<b>8. STAKEHOLDERS.....</b>	<b>76</b>
Conceituando Stakeholders.....	77
Stakeholders e o Sistema Portuário.....	79
Stakeholders dos Terminais Portuários Privados.....	83
Stakeholders dos Portos Públicos.....	85
<b>9. TEMAS MATERIAIS .....</b>	<b>89</b>
Conceituando e Classificando Temas Materiais.....	90
Temas Materiais dos Terminais Portuários Privados.....	94
Temas Materiais de Portos Públicos.....	101
<b>10. ODS.....</b>	<b>104</b>
O Que São ODS.....	105

ODS e a Dimensão Ambiental .....	<b>112</b>
ODS e a Dimensão Social .....	<b>117</b>
ODS e a Dimensão de Governança.....	<b>122</b>
<b>11. REGULAMENTAÇÃO.....</b>	<b>127</b>
Regulamentação Ambiental.....	<b>129</b>
Regulamentação Social .....	<b>141</b>
Regulamentação de Governança .....	<b>144</b>
<b>12. RELAÇÃO PORTO-CIDADE .....</b>	<b>164</b>
Conceituando a Relação Porto-Cidade .....	<b>165</b>
Relação Porto-Cidade e ODS.....	<b>167</b>
Princípios e Boas Práticas da Relação Porto-Cidade .....	<b>172</b>
<b>13. A JORNADA DA SUSTENTABILIDADE PORTUÁRIA.....</b>	<b>176</b>
Jornada Ponto de Partida .....	<b>180</b>
Jornada Ambiental.....	<b>183</b>
Jornada Social .....	<b>187</b>
Jornada de Governança .....	<b>191</b>
Jornada de Comunicação .....	<b>196</b>
Jornada de Liderança .....	<b>198</b>
Avaliação da Maturidade da Sustentabilidade .....	<b>209</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>214</b>

## • Prefácios •



**Murillo Barbosa**  
*Diretor Presidente da ATP*

Terminais Portuários não são apenas um ponto de ligação e transferência entre a terra e a água. O porto é um sistema multidimensional, que conecta diretamente carga, navio e cidade, influenciando e sendo influenciado pelo ambiente em que está inserido. O desenvolvimento portuário deve suprir as demandas do presente, sem afetar a habilidade das gerações futuras atenderem suas necessidades. No entanto, atualmente, o desenvolvimento portuário sustentável vai além da preocupação com o futuro. É uma forma estratégica de negócio, não só pela exigência dos players, mas também por ser uma variável fundamental na equação da sobrevivência e eficiência portuária.

A Associação de Terminais Portuários Privados – ATP, desde sua criação, atua na promoção do desenvolvimento sustentável, tendo como um de seus valores a responsabilidade socioambiental. Por meio do Comitê de Sustentabilidade, em 2021, a ATP criou um banco de dados interno com informações relativas às ações

ambientais, sociais e de governança de seus associados. O banco foi o pontapé inicial para a criação do Guia de Boas Práticas do Setor, um sonho antigo da Diretoria Executiva da Associação, que não seria concretizado sem o apoio da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, em especial o professor Doutor Sérgio Cutrim, e da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias - ABEPH.

O Guia de Boas Práticas no Setor Portuário vem reforçar o compromisso da ATP e de seus associados no desenvolvimento de novos padrões de qualidade e desempenho, visando a garantir a evolução portuária de maneira sustentável, e investindo em medidas que visam à aplicação de práticas sustentáveis na cadeia portuária.

A publicação vem preencher uma lacuna existente no setor portuário, sendo um norte e uma marca de referência em relação às melhores práticas adotadas pelos terminais de uso privado e porto públicos. Também apresenta soluções às questões atuais, traz ideias inovadoras, e estimula o planejamento ambiental de forma integrada ao processo de planejamento e desenvolvimento das atividades portuárias.

Os Terminais de Uso Privado (TUP) possuem papel primordial neste contexto, assumindo a vanguarda em diversas ações, programas e projetos ligados ao desenvolvimento sustentável do setor portuário.



**Luiz Fernando da Silva**  
*Presidente da ABEPH*

O setor portuário brasileiro tem evoluído de maneira exponencial nos últimos anos. Isto fica evidente nos resultados operacionais e financeiros, com recordes de movimentação de cargas alcançados em portos de todo o país. Mas, mais do que negócios, a verdadeira transformação tem sido no cuidado das autoridades portuárias, empresas e operadores, com temas voltados para a governança ambiental, social e corporativa.

A Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH), seguindo a visão de cada um de seus associados, acredita que a melhor forma dos portos públicos desempenharem seu papel social é fortalecer os princípios ESG e de sustentabilidade, que contribuem efetivamente para o desenvolvimento local, geração de emprego e proteção do meio ambiente.

Este Guia de Boas Práticas reúne os esforços realizados nesse sentido, apresentando soluções, ideias e estimulando o planejamento responsável. Sabemos que promover, de forma integrada, o desenvolvimento econômico, social e ambiental não é tarefa simples, mas esta publicação nos mostra que é possível.

Neste sentido, a ABEPH tem o papel de atuar no fomento de pesquisas, criação de conteúdo e canal de debates. A associação entende que a coo-

peração é um eixo fundamental na construção de um setor mais forte.

Acreditamos que partilhar ideias e experiências, como faz este Guia, aumentam as nossas oportunidades de crescimento. Em um ambiente altamente competitivo, nossa união e esforços conjuntos nos permitem inovar, aprender e melhorar.

Os portos públicos brasileiros possuem um compromisso claro com o desenvolvimento socioeconômico e com o aumento da qualidade de vida de toda a sociedade, respeitando os direitos humanos e o meio ambiente.

A busca do equilíbrio entre a atividade portuária e os pilares da sustentabilidade seguirá nos desafiando e a união do setor será determinante para discutir problemas comuns e encontrar soluções conjuntas.



**Sérgio Cutrim**

*Doutor em Engenharia  
Naval e Oceânica*

*Professor da Universidade  
Federal do Maranhão*

Por que Sustentabilidade e ESG? Podemos citar vários fatores, entre eles, diversas pesquisas científicas já comprovaram que organizações mais sustentáveis são mais lucrativas, o poder público vem aumentando a regulamentação e fiscalização sobre esse tema, organizações sustentáveis tendem a possuir uma melhor gestão de riscos e serem mais resilientes a rupturas das cadeias de suprimentos, a sociedade está cobrando cada vez mais um posicionamento sustentável das organizações, organizações sustentáveis conseguem atrair e reter os melhores talentos e estamos em um momento de emergência climática. Para concluir e talvez resumir esses fatores, percebo que a sustentabilidade representa uma fonte de criação de vantagem competitiva.

A sustentabilidade contribui e é afetada por mudanças de paradigmas, duas grandes referências desses novos paradigmas são o Capitalismo de Stakeholders, difundido por Klaus Schwab e pelo World Economic Forum, e a Criação de Valor Compartilhado, difundido por Michael Porter e Mark Kramer.

Em outro momento, a sustentabilidade era vista como um centro de custo, hoje isso não é mais verdade, ela deve fazer parte da estratégia da organização, ela pode, inclusive, alavancar novos negócios, ao mesmo tempo em que contribui ambiental e socialmente. Não podemos esquecer



que a visão moderna da sustentabilidade está atrelada à inovação, contemporaneamente chamamos de Inovabilidade.

Essa evolução já foi percebida pelo setor portuário, pelo mercado financeiro e diversas outras indústrias que já adotaram um modelo de sustentabilidade e ESG. Todas as grandes bolsas de valores do mundo já criaram ou estão criando normas e resoluções de conduta sustentável, voltada para a gestão de riscos, resiliência e enfrentamento às mudanças climáticas, além de padronização dos modelos de divulgação dos relatos de sustentabilidade.

Neste contexto, o Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade Portuária: A Estratégia ESG vem preencher uma lacuna nas publicações sobre guias de referência sobre sustentabilidade portuária no Brasil e é o primeiro guia de sustentabilidade portuária no mundo a incluir a estratégia e modelo de gestão ESG como norte na estruturação e orientação das melhores práticas. Ele está dividido em dois segmentos principais. Primeiro com a apresentação de uma “fotografia” do setor com os 6 P’s das melhores práticas de sustentabilidade, Políticas, Planos, Programas, Projetos, Processos e Parcerias, também apresentamos um mapeamento dos stakeholders, Temas Materiais e ODS.

O segundo segmento de informações do Guia traz a Jornada da Sustentabilidade Portuária, está subdividida em seis jornadas, Ponto de partida, Ambiental, Social, Governança, Comunicação e Liderança. Queremos apresentar o Guia para todo tipo de organização do ecossistema portuário, sejam os passos para o início de uma jornada de sustentabilidade ou para o avanço na sua maturidade. Esta parte do Guia conclui com a apresentação de um modelo de diagnóstico da maturidade da sustentabilidade.

Não poderia deixar de agradecer a confiança recebida por Murillo Barbosa, Mayhara Chaves, Gilmara Temóteo, pela colaboração da ATP e da ABEPH neste projeto, assim como diversos representantes dos portos públicos e dos terminais portuários privados. Também, sem o trabalho de toda a equipe técnica que faz parte deste projeto seria impossível realizar esta publicação.

Um dos nossos objetivos principais é inspirar as lideranças portuárias, contribuir no desenvolvimento e aplicação da sustentabilidade, promovendo uma cultura sustentável.

Boa navegação!

## • Instituições •



A Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) representa os interesses e atua em defesa do segmento portuário privado e na modernização dos portos brasileiros. Atualmente, representa 31 empresas de grande porte e congrega 61 Terminais de Uso Privado (TUP) do País.

As associadas da ATP, juntas, movimentam mais de 60% da carga portuária brasileira e respondem pela geração de 47 mil empregos diretos e indiretos. São empresas que atuam em áreas fundamentais da economia brasileira: mineração, siderurgia, petróleo e gás, agronegócio, contêineres e complexos logísticos, contribuindo para o saldo positivo da balança comercial nacional e para tornar o comércio exterior brasileiro mais robusto.

A ATP tem como foco um trabalho de articulação constante com o governo, entidades públicas e privadas para garantir segurança jurídica e um ambiente de negócios favorável ao investimento. Também promove a participação ativa do empresariado nas discussões técnicas e jurídicas, com o objetivo de contribuir para o crescimento dos Terminais de Uso Privado no Brasil.

A Associação atua em mais de 20 frentes de trabalho, possui quatro Comitês Temáticos e contribui fortemente na elaboração de políticas públicas setoriais em defesa dos interesses portuários. Assim, desenvolve projetos e estudos de incentivo às políticas sustentáveis e aos investimentos públicos e privados voltados ao aprimoramento e à modernização da infraestrutura portuária brasileira.

No Comitê de Sustentabilidade – Sustentar, desde 2018, representantes das áreas de meio ambiente e sustentabilidade das Associadas ATP trocam experiências e debatem ações em conjunto para o fomento de diversas pautas sobre o tema. A ideia desse Guia nasceu dentro desse grupo e apresenta as boas práticas dos terminais privados, que são referências em inovação e práticas sustentáveis

ATP.

A Competitividade do Brasil passa por aqui!

**[portosprivados.org.br](http://portosprivados.org.br)**



A Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH) atua na defesa e coordenação dos interesses deste elemento essencial da nossa infraestrutura logística, os Portos Públicos Brasileiros.

Ao longo de seus mais de sessenta anos de história, a ABEPH tem promovido a troca de informações entre seus integrantes da associação, focalizando aspectos técnicos, econômicos e jurídicos da área, por meio de inúmeras pesquisas e capacitação de centenas de profissionais todos os anos.

Também busca soluções para questões portuárias brasileiras em seus estudos e debates, articulando diretamente instituições e autarquias na defesa dos interesses dos portos.

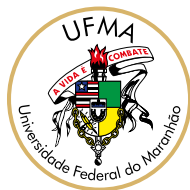
Tudo isso tem contribuído para o aprimoramento de métodos de construção, operação, governança e administração das instalações e serviços portuários no Brasil e para maior eficiência logística, ambiental e social do setor.

Atualmente, a ABEPH representa 17 autoridades portuárias, que administram 29 portos em 14 estados brasileiros, os quais,

em seu conjunto, movimentam mais de 400 milhões de toneladas de carga por ano, correspondendo a 35% da carga portuária brasileira.

Conheça a ABEPH, saiba mais sobre os portos administrados por nossos associados e descubra como a atividade portuária contribui para a eficiência logística e o desenvolvimento do Brasil em seu sítio eletrônico:

**[abeph.com.br](http://abeph.com.br)**



A Universidade Federal do Maranhão (UFMA) tem sua origem na antiga Faculdade de Filosofia de São Luís do Maranhão, fundada em 1953. Com mais de sete décadas de existência, a UFMA tem contribuído, de forma significativa, para o desenvolvimento do estado do Maranhão, formando profissionais nas diferentes áreas de conhecimento em nível de graduação e pós-graduação, empreendendo pesquisas voltadas aos principais problemas do estado e da região, desenvolvendo atividades de extensão abrangendo ações de organização social, de produção e inovações tecnológicas, de capacitação de recursos humanos e de valorização da cultura. A missão da UFMA é gerar e difundir conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão a fim de contribuir para o desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental.

Atualmente a UFMA possui mais de 28.000 alunos matriculados, 29 polos de Educação à Distância, mais de 3.000 alunos matriculados nos cursos de pós-graduação, mais de 1800 professores, 1600 técnicos-administrativos e possui 64 cursos de mestrado e doutorado, acadêmicos e profissionais.

**[ufma.br](http://ufma.br)**



O LabPortos é um laboratório fundado em 2011 na UFMA, certificado pelo CNPQ, atuando nos 3 eixos da universidade: ensino; pesquisa e extensão. É um grupo interdisciplinar dedicado ao setor portuário que trabalha nas seguintes áreas de atuação: ensino e educação executiva; estudos de mercado e inteligência logística; sustentabilidade e ESG; economia marítima; relação porto-cidade; planejamento e produtividade; inovação portuária. O LabPortos já executou importantes projetos como as pós-graduações em Engenharia Portuária, Engenharia de Qualidade, Engenharia de Saúde, Segurança e Meio-Ambiente, Logística Portuária e Gestão Portuária, criou o Observatório Portuário e o Simpósio Internacional de Gestão Portuária e publicou o Livro Manifesto ESG Portuário. A missão do LabPortos é conectar o setor portuário com a academia.

**labportos.log.br**  
**labportos@ufma.br**

## • Apresentação •

O Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade: A Estratégia ESG se apresenta como uma bússola para o entendimento e prática da sustentabilidade no setor portuário, foi construído a partir do levantamento e análise de literatura dedicada, análise das boas práticas em ações ambientais, sociais e de governança, coleta de dados em informações públicas e diretamente nas organizações portuárias. As bases conceituais vão ao encontro do conceito de sustentabilidade em suas dimensões econômica, ambiental e social e sua extensão às estratégias Environmental, Social, Governance (ESG).

Ele é o resultado da construção coletiva da academia, de pesquisas científicas realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa LabPortos, da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH) e com o apoio institucional da Confederação Nacional de Transportes (CNT).

Construído de forma colaborativa, o Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade: A Estratégia ESG pretende contribuir para o desenvolvimento e implantação de agendas de Sustentabilidade, com entrega de valor e benefícios do setor portuário para seus stakeholders nos planos locais, regionais e nacionais. A premissa é de contribuir tecnicamente na proposição, implantação e comunicação de ações concretas, inclusive, de atendimento às políticas públicas emitidas pelos Órgãos Federais de regulamentação, fiscalização e planejamento do setor portuário.

Para quem é este Guia? Não é só para portos públicos ou para terminais privados. Desenvolvemos este Guia para todo o sistema portuário, incluindo portos públicos, terminais privados, arrendatários, operadores, armadores, agências marítimas, transportadores, academia e demais organizações do ecossistema portuário.

É um guia digital e público, pois temos interesse em divulgar o máximo possível os conceitos, estratégias e melhores práticas da sustentabilidade



e do modelo ESG. Nossa missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável do ecossistema portuário.

O Guia apresenta a visão dos próprios stakeholders do ecossistema portuário e é balizada pelas melhores práticas nacionais e internacionais de construção de guias de referência para indústrias específicas.

Cabe reforçar que não identificamos as organizações e seus complexos portuários responsáveis pelas ações e estratégias levantadas. O Guia não objetiva promoções individuais, mas sim, a promoção da sustentabilidade e a estratégia ESG para todo o ecossistema portuário brasileiro.

A metodologia compreendeu revisão bibliográfica, análise regulatória, análise de conteúdo, análise digital, entrevistas, questionários, visita técnica e benchmarking. O Guia é composto por esta apresentação, uma breve conceituação e análise do conceito de sustentabilidade na direção das estratégias ESG, a tipologia das melhores práticas nas dimensões ambientais, sociais e de governança de Políticas, Planos, Programas, Projetos, Processos e Parceiras. Da mesma forma, o Guia identifica os públicos relevantes (stakeholders), ou seja, para quem e como as estratégias ESG são desenvolvidas em seus temas materiais, sob o prisma dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, na Agenda 2030, e da observância irrestrita à legislação e consideração dos requisitos de certificações voluntárias disponíveis no mercado. Avança também com um mapeamento das principais regulamentações nacionais sobre os temas ambientais, sociais, de governança e sobre o enfoque das relações porto-cidade.

O Guia conclui com a proposição de uma jornada para a sustentabilidade portuária, compreendendo ações para seu público interno (corpo diretivo e colaboradores) e externo, de fornecedores, clientes, entidades regulamentadoras, acionistas, de modo a orientar e buscar a relação harmoniosa e sustentável entre os portos e suas cidades.

Este Guia não é definitivo, assim como não o são as condições e as estratégias de gestão e otimização dos aspectos condicionantes, ambientais, sociais e de governança nas organizações portuárias. Cada estratégia, melhor prática e planejamento da construção de uma jornada sustentável

deve ser adaptada às características de cada organização e expectativas de seus stakeholders. Acreditamos que ele deve contribuir para a sustentabilidade nas atividades humanas, condições da vida natural no planeta e melhoria da nossa qualidade de vida, com condições justas e igualdade de oportunidades para todos, além de contribuir para as estratégias de negócios e a resiliência do sistema portuário.

## AGRADECIMENTOS

---

A construção do Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade Portuária: A estratégia ESG, definitivamente, foi um trabalho colaborativo. Sem a cooperação de todas as pessoas e instituições que participaram do projeto seria impossível a execução do mesmo.

O trabalho coletivo desenvolvido pela equipe técnica de construção do Guia, em conjunto com os colaboradores da Associação dos Terminais Portuários Privados – ATP e da Associação das Entidades Brasileiras Portuárias e Hidroviárias – ABEPH, assim como o apoio institucional da Confederação Nacional de Transportes – CNT, foi essencial para o resultado final.

Os portos públicos e o terminais portuários privados abriram suas portas para receber os pesquisadores, concederam informações e compartilharam suas expertises e melhores práticas em prol do desenvolvimento da sustentabilidade no ecossistema portuário.

Em especial gostaríamos de agradecer aos membros do Comitê de Sustentabilidade Portuária da ATP, o Sustentar, além do Comitê de Sustentabilidade da ABEPH, chamado de Câmara Técnica de Meio Ambiente, que dedicaram dois grandes ativos, tempo e conhecimento, para a elaboração do Guia e revisaram as primeiras versões do documento.

Também gostaríamos de agradecer à Mayhara Chaves e Gilmara Temóteo, que iniciaram o projeto enquanto estavam na presidência da ABEPH. Concederam todo o apoio e recursos necessários para a realização do mesmo.

1



# SUSTENTABILIDADE E A ESTRATÉGIA ESG



**F**Estamos em uma época em que os valores da sustentabilidade em suas dimensões econômica, ambiental e social evoluem para as estratégias ESG (Environmental, Social and Governance), orientando planos das organizações, suas operações diárias e avaliação dos resultados efetivos. Este Guia trata dessa evolução direcionada para portos brasileiros.

O sistema capitalista se caracteriza por ciclos de expansão e retração, crises econômicas, com extinção e surgimento de setores econômicos e redistribuição de atividades entre regiões e países. No entanto, esse processo inovador e disruptivo tem a face perversa de concentrar renda, persistindo a pobreza, de muitos, em partes significativas de nosso planeta.

De forma positiva, temos o avanço da tecnologia, do conhecimento e a melhoria significativa dos índices de saúde, de qualidade de vida e da longevidade das pessoas. Há que se destacar, também, a relativa convivência harmoniosa do sistema capitalista com o democrático, com exceção notória, o ocorrido na Europa na primeira metade do século passado.

A Revolução Industrial, a partir da segunda metade do Século XVIII, alterou radicalmente a vida das pessoas, com a urbanização e uso de máquinas e veículos a vapor, aumentando a produtividade, incentivando o intercâmbio de produtos entre os países e revolucionando as formas de transporte e a navegação.

O avanço e a adoção das novas tecnologias de produção foram rápidos, assim como, a exploração desmedida dos recursos naturais. O antropocentrismo, na prática, assume que a Natureza está e existe para serviço do homem, seu bem-estar e riqueza e é inesgotável. Equívoco claro, resultando na desertificação de regiões e extinção de espécies terrestres e marinhas por uso predatório.

A situação atual exige ações imediatas, sob ameaça da **extinção de nossa espécie** e não como mero desrespeito aos “direitos das futuras gerações”. Os cuidados ou ações ambientais resultam em custos e tempos maiores, e sabe-se que a depredação é mais “barata” e rápida.

O necessário diz respeito às práticas da sustentabilidade, como base para melhorar as condições de todos e da vida neste planeta. Assim, temos que inovação e sustentabilidade são biunívocas, ou seja, uma inovação que a prejudique não é inovação, é retrocesso. A inovação neutra à sustentabilidade é uma forma nova de se fazer a mesma coisa. Uma inovação só merece esse nome, ao contemplar e contribuir para a Sustentabilidade em suas três dimensões, a econômica, a ambiental e a social.

Robles e La Fuente (2019) propõem a gestão ambiental nas organizações em três dimensões inter-relacionadas: 1) O atendimento a regulamentações governamentais e privadas (as certificações); 2) As exigências do mercado consumidor/comprador, com a preservação da imagem e a reputação das organizações; 3) Respeito ao meio ambiente na filosofia da responsabilidade social e ambiental. Em suma, as organizações adotam estratégias para a sustentabilidade, a partir de direcionadores (drivers) compulsórios, mistos e voluntários. Compulsórios: adequação e atendimento a exigências legais; mistos: adesão voluntária e compulsória a certificações por exigências de mercado e voluntários: conscientização ambiental e social.

O Relatório Bruntland de 1987 e a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) de 2015 da ONU apoiaram e difundiram o tema. O Relatório Brundtland, conhecido como “Nosso Futuro Comum”, apresentou o conceito de Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade como:

***“Um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão todas em harmonia e aumentam o potencial atual e futuro, para atender às necessidades e aspirações humanas.”***

(ONU, 1987, tradução nossa)

Esse conceito e suas três dimensões: a econômica, a ambiental e a social têm sido internacionalmente aceitos e aplicados em políticas governamentais, inclusive, vemos isso no Art. 225 da Constituição Brasileira de 1988: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988).

O Brasil é considerado como um dos países com a mais ampla e efetiva legislação ambiental em uma configuração abrangente e bem elaborada que, no entanto, resente-se de uma estrutura vulnerável de controle e fiscalização, muitas vezes, com recursos humanos e materiais insuficientes. Podemos destacar as leis brasileiras: **Lei 7.804/1989** – Dispõe sobre a **Política Nacional do Meio Ambiente – PNMA**; a **Lei 9.433/1997** – Institui a **Política Nacional de Recursos Hídricos – PNRH**; a **Lei 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais**; a **Lei 11.445/2007** – Estabelece a **Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB)** e a **Lei 12.305/2010** - Institui a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**.

A PNMA (Lei 7.804/89) objetiva “a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando a assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.” (BRASIL, 1989). Um dos seus instrumentos é o Licenciamento Ambiental que consiste no procedimento administrativo pelo qual o órgão competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e a utilização de recursos naturais que apresentam riscos de causar poluição (BRASIL, 1997), na implantação de empreendimentos, objetiva “compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com um meio ambiente ecologicamente equilibrado.”

A atividade portuária se enquadra como atividade que impacta o meio ambiente e seu licenciamento parte da análise dos relatórios **Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)**.

O EIA é o estudo que contempla o Diagnóstico Ambiental, Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, Definição das medi-

das mitigadoras dos impactos negativos e a Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (BRASIL, 1986).

O RIMA é o documento que propicia maior compreensão e transparência quanto as características do empreendimento, os impactos ambientais gerados e as ações de mitigação dos impactos. (BRASIL, 1986).

### • Adesão a certificações e às exigências de mercado

Em paráfrase ao dito popular: “À mulher de César não basta ser honesta, deve parecer ser honesta”, a “gestão ambiental nas organizações não basta ser adequada, ela deve provar ser adequada”. Para tanto, atuam empresas certificadoras ou regulamentadoras de práticas e de evidenciação de ações ambientais, existindo inúmeras, tanto nacionais como internacionais, tais como:

A **ISO 14001**, internacionalmente referenciada à *International Organization of Standardization* (ISO), é composta por 28 normas distribuídas em seis áreas:

- 1) Sistema de Gestão Ambiental;
- 2) Auditorias Ambientais;
- 3) Avaliação de Desempenho Ambiental;
- 4) Rotulagem Ambiental;
- 5) Aspectos Ambientais nas Normas de Produtos
- 6) Análise do Ciclo de Vida dos Produtos

(FIESP, 2015).

A **ISO 26000**, publicada no Brasil em 2010, orientação não certificável, voltada para ações de desenvolvimento sustentável e adoção de práticas que considerem diversidades sociais, ambientais, econômicas, jurídicas, culturais, políticas e organizacionais, mantendo a consistência com as normas internacionais de comportamento (FIESP, 2013).

O **Relatório GRI – Global Reporting Initiative** - instrumento de transparência e demonstração da inter-relação da organização e seus *stakeholders* em uma gestão para a sustentabilidade. É composto por guias de con-



duta e indicadores relativos a questões ambientais, sociais, econômicas e de governança, com o objetivo de “apresentar informações confiáveis, relevantes e padronizadas” que apontem oportunidades e riscos nos processos de tomada de decisões. (GRI, 2022).

No setor financeiro, existe a proposição de indicadores voltados, principalmente, para atração de investimentos e de aplicações voltados aos empreendimentos sustentáveis, evidenciando, nas organizações, a adoção de práticas sustentáveis. Por exemplo, o **ISE - Índice de Sustentabilidade Empresarial** da B3 avalia empresas em sete dimensões: geral; governança; ambiental; econômico-financeira; mudança do clima; natureza do produto e social. (ISEB3, 2019).

No Brasil, atua também a **B Lab**, iniciativa de 2006, certifica organizações como **B Corporation**, após processo de avaliação de desempenho em questões sociais, ambientais e de transparência. O conceito é que não existe um **Planeta B** e a intenção é alterar padrões de comportamento, cultura e ferramentas estruturais do capitalismo no equilíbrio entre a busca do lucro e o propósito das organizações na direção da equidade social e da consciência à inter-relação entre os seres e entidades humanas. (SISTEMA B, 2022).

O **Pacto Global**, iniciativa da ONU criado em 2000, no Brasil em 2003, representa princípios voluntários de conduta na direção do desenvolvimento sustentável e a promoção da cidadania. Atualmente, no Brasil, tem-se a adesão de mais de 1.500 empresas em Programas de Ação, focalizando: a Água; o Agro Sustentável; os Direitos Humanos; o Clima; Ações contra Corrupção; os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e a Comunicação e Engajamento (PACTO GLOBAL, 2022).

Como se vê, a quantidade de certificações é grande, inclusive temos certificações ambientais setoriais, por exemplo, as relativas à construção civil, que, no Brasil, conta, entre outras, o **Leadership in Energy and Environmental Design** (LEED); Acqua- HBE; GBC **Zero Energy**; o Procel PBE Edifica e o Selo Casa Azul da Caixa. Além das já tradicionais certificações ISO, também existem certificações específicas do setor portuário, como a ECOPORTS e a GREEN MARINE.

### • De onde viemos, onde estamos e para onde vamos

---

Perguntas básicas existenciais podem ser aplicadas nas iniciativas de sustentabilidade e em ações urgentes. A evolução do Relatório Bruntland; da Agenda 2030 e os ODS da ONU contam com iniciativas acadêmicas e organizacionais, como os conceitos de **Triple Bottom Line** (3BL), de Pegada Ecológica (**Ecological Footprint**); de Economia Circular e, mais recentemente, as estratégias ESG (**Environmental, Social and Corporate Governance**).

O conceito do **Triple Bottom Line** (TBL ou 3BL), na analogia à última linha (a de baixo) de resultados nos demonstrativos financeiros, explicita o tripé da sustentabilidade nas dimensões econômica, ambiental e social, a serem gerenciadas de forma integrada em um equilíbrio entre três Ps (em inglês), ou “resultados”: Social (Pessoas - **People**), Econômica (Lucro - **Profit**) e Ambiental (Planeta - **Planet**). A premissa é que resultado empresarial vai além do desempenho econômico-financeiro e se amplia na economia, no meio ambiente, na sociedade e comunidades. O TBL focaliza um ambiente socialmente justo, ecologicamente correto e economicamente viável, ao encontro do conceito de sustentabilidade (ELKINGTON, 2004).

Outra abordagem semelhante é a da **Pegada Ecológica**, proposta pela **World Wide Fund for Nature** (WWF), organização não governamental internacional, voltada para a conservação, pesquisa e recuperação ambiental, focalizando o conceito de biocapacidade, isto é, “a capacidade dos ecossistemas em produzir recursos úteis e absorver os resíduos gerados pelo ser humano”. (PEGADA ECOLÓGICA, 2022).

Também importante é a **Economia Circular**, conceito originado no Reino Unido, em 2010, pela Fundação Ellen MacArthur (EMF), repensa a gestão e o reaproveitamento de recursos naturais na transição da economia linear para a economia circular. Ou seja, aborda os processos, além do seu ciclo linear Produção => Uso=> Recuperação=> Reciclagem. Para tanto, considera os produtos desde sua concepção, na escolha de materiais e de formas de produção e embalagem e seu reaproveitamento como base dos sistemas econômicos e da visão tradicional dos produtos do “Berço ao Túmulo” (**Cradle to Grave**, em inglês) para o conceito de “Do Berço ao Berço”

(*Cradle to Cradle*, em inglês), aliás, como acontece na natureza. (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2022).

Destacamos as estratégias ESG, em extensão dos ODSs da Agenda 2030, adotadas nas organizações em associação a métricas e evidenciações regulamentadas (ESG, 2022). Em resumo, a partir da Responsabilidade Corporativa Social, ou seja, da visão das consequências das ações das organizações na sociedade, condiciona e qualifica decisões; incorpora os conceitos de Sustentabilidade e os ODS às estratégias organizacionais. A estratégia ESG foi apresentada, em 2004, pelo Pacto Global, juntamente com o Banco Mundial no relatório *Who Cares Wins*. (WORLD BANK, 2004). Como a ESG se apresenta nas organizações?

O impacto **ambiental** deve considerar o ciclo de vida global e de sustentabilidade de produtos e serviços; o uso eficiente e proteção dos recursos (naturais); e a prevenção e o controle de poluição e emissões (incluindo emissões de GEEs e efeitos climáticos). As **responsabilidades sociais**: condições de trabalho dos funcionários (p. ex. saúde e segurança) e o desenvolvimento do capital humano por meio de treinamentos, capacitação e educação; direitos trabalhistas, não discriminação e igualdade de oportunidades; direitos humanos, envolvimento comunitário e filantropia; responsabilidade de fornecedores e clientes, qualidade do produto e segurança. A **governança corporativa**: conduta e a ética empresarial, suas estruturas de governança; os direitos dos acionistas, a estrutura do Conselho e sua remuneração; a prevenção de práticas controversas, como suborno e corrupção; assim como, a auditoria, divulgação e transparência nos relatórios (VEENSTRA; ELLEMAERS, 2020).

A condição *sine qua non* é que os responsáveis pelas organizações aceitem resultados, **além do lucro financeiro**, e que considerem os **propósitos** da responsabilidade social. As dificuldades são a evidenciação das práticas de ESG e a aceitação de métricas e procedimentos de entidades certificadoras do desempenho organizacional nas dimensões da sustentabilidade, pois métricas ambientais e sociais existem, mas, em relação à governança, as dificuldades vão desde a determinação a quais públicos (**Stakeholders**) atender, até a como evidenciar boas práticas e auditá-las.

Na disseminação das estratégias ESG, faz-se necessário o cuidado com o

**greenwashing**, ou seja, a maquiagem de resultados ou a divulgação fantasiosa de ações voltadas para a sustentabilidade. As práticas e condutas das organizações devem respeitá-la, assim como a comunicação com a sociedade, pois, como se sabe, reconhecimento e reputação são difíceis e custosos de se obter e muito fáceis de perder.

A sustentabilidade e suas três dimensões já se apresentam em muitas organizações e, de certo modo, nas políticas governamentais. No entanto, esse processo não é linear, sendo composto por altos e baixos, avanços e retrocessos, exigindo dedicação e comprometimento constantes. Este Guia pretende contribuir para tanto<sup>1</sup>.



<sup>1</sup> Este texto tem como referência a obra: ROBLES, L. T. Os caminhos da sustentabilidade e a estratégia ESG. In: CUTRIM, Sérgio Sampaio; ROBLES, Leo Tadeu (org.). **Manifesto**: ESG portuário. São Luís: Ed. da UFMA, 2022. **E-book**. p. 16-32.

2



## O QUE HÁ DE NOVO NO ESG



O ESG é considerado uma evolução natural do **framework** criado em 1997, por John Elkington, **Triple Bottom Line (3BL)**, em seu famoso livro Canibais de Garfo e Faca.

O 3BL possui como uma das dimensões o fator econômico. Essa dimensão não aparece no acrônimo do ESG. Porém, não significa que essa dimensão não existe ou não é relevante. É considerado essencial e surge como uma característica transversal em qualquer projeto ambiental ou social.

A grande novidade e aprimoramento do ESG é a Governança. Por isso precisamos refletir sobre seus conceitos e implicações.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) defende que a governança corporativa envolve um conjunto de relações entre a gestão das empresas, seu conselho de administração, seus acionistas e outros públicos relevantes (**stakeholders**). A governança corporativa permite às organizações criar uma estrutura pela qual são estabelecidos seus objetivos, os meios para atendê-los e são determinadas as formas de controle e acompanhamento do desempenho (OCDE, 1999).

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) afirma que governança corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e **stakeholders**. Os princípios Governança Corporativa são (IBGC, 2022):

1. **Transparência**
2. **Equidade**
3. **Prestação de contas (accountability)**
4. **Responsabilidade corporativa**

Brooks e Cullinane adaptam o conceito de governança para o setor portuário como um sistema envolvendo estruturas e processos que organizam grupos de indivíduos e instituições em um propósito comum, juntamente

com as regras, regulamentos, política portuária e marco regulatório, envolvendo o setor público e o setor privado (BROOKS; CULLINANE; PALLIS, 2007).

Boa parte da aplicação da Governança está relacionada com conceitos e práticas de integridade, conformidade, gestão de riscos e **compliance**. Essas práticas assumem uma relevância maior em empresas com ações negociadas nas bolsas de valores e em organizações do setor público. Porém, no âmbito do ESG, a governança avança além dessas práticas citadas.

Esse avanço da governança definimos como a:

*[...] Nova Governança: um modelo de gestão e relacionamento pelo qual uma organização é gerida, envolvendo todos os stakeholders, internos e externos, no processo de planejamento estratégico e definição do propósito social, com a adoção dos princípios de sustentabilidade, inovação, ativismo corporativo, diversidade, equidade, inclusão, cocriação e transparência. Alinhando a maximização financeira com o legado ambiental e social.*

(CUTRIM, 2022, p. 71).

A Nova Governança está inserida no contexto de capitalismo de **stakeholders**. O objetivo de apenas obter lucro pelas organizações não é mais suficiente para o sucesso e perenidade. Toda organização, seja pública ou privada, deve ter declarado qual o seu propósito social, buscar uma licença social, que pode ser resumido como o impacto positivo na sociedade, além dos tradicionais pagamentos de tributos, salários e investimentos.

Esta Nova Governança pode ser um direcionador para uma nova cultura organizacional sustentável, atemporal e que contribui para a relação porto-cidade. Ela pode ser estratificada em microgovernança e macrogovernança.

A microgovernança diz respeito ao modelo de gestão da organização, ao conjunto de processos, estruturas, forma de organização, conjunto de in-



dicadores, sistemas de remuneração atrelados aos princípios sustentáveis, regras de controle e incentivo e relacionamento entre os **shareholders**.

A macrogovernança diz respeito ao modelo de relacionamento da organização com os **stakeholders**, definição de uma política de sustentabilidade, criação de políticas institucionais, como por exemplo, política de pesquisa, desenvolvimento e inovação, criação da matriz de materialidade, inclusão do princípio da cocriação com os **stakeholders**. Contempla um programa de transparência e as melhores práticas de divulgação, como por exemplo, modelo de relatórios de sustentabilidade do padrão Global Reporting Initiative (GRI). E precisa incluir toda a cadeia de suprimentos, toda a cadeia produtiva.





3



## METODOLOGIA



O presente capítulo apresenta a metodologia planejada para criação deste Guia. Foi construída considerando as melhores práticas da academia e de trabalhos técnicos especializados na elaboração de guias e manuais de referência. Esta metodologia compreendeu 11 fases distintas, mas não necessariamente sequenciais, como segue:



## Revisão bibliográfica

---

A revisão bibliográfica foi feita com base nas principais bases de dados de pesquisas nacionais e internacionais, tais como, Scielo, Scopus, Web of Science e Periódicos Capes. O levantamento indicou uma lacuna na literatura acadêmica de publicações dedicadas à criação e proposição de guias de sustentabilidade para setores econômicos específicos. As publicações pesquisadas se referem a estudos de caso e multicasos, à revisão sistemática da literatura, análise dos resultados dos relatórios de sustentabilidade e de índices de sustentabilidade.

Esta fase da pesquisa permitiu estabelecer o embasamento teórico e fundamentação sobre sustentabilidade, analisar a evolução da sustentabilidade, a origem do modelo de ESG e compreender as melhores práticas sustentáveis nas organizações. Além disso, identificamos a evolução dos princípios do desenvolvimento sustentável, da abordagem **Triple Bottom Line** (TBL) até o modelo e estratégia **Environmental, Social and Governance** (ESG). Essa etapa foi realizada entre os meses de junho e agosto de 2022.

## Análise Regulatória

---

A análise regulatória se baseou no levantamento da legislação federal (leis, portarias, normas e políticas) voltada para os princípios da gestão sustentável nas dimensões ambiental, social e de governança. Dessa forma, identificamos também as obrigações legais relativas aos temas de sustentabilidade e, em relação ao ESG, ações, projetos e programas voluntários. Essa etapa foi realizada entre os meses de agosto e outubro de 2022.

## Análise de Conteúdo

---

A análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), é uma técnica de análise qualitativa de discursos e comunicações, principalmente, em documentos públicos para se extrair entendimentos, classificações e inferências. O método é dividido em quatro fases: pré-análise; exploração do material; tratamento dos resultados e interpretação. Dessa forma, são feitas a codificação, identificando unidades de registro, sua enumeração e categoriza-

ção. A aplicação dessa técnica documental permitiu criar a tipologia das melhores práticas de sustentabilidade apresentadas no Capítulo 7 e nos seguintes, quando são detalhadas em suas dimensões ambiental (Capítulo 8); social (Capítulo 9) e de governança (Capítulo 10).

Este Guia tem como fonte documental de pesquisa os seguintes tipos de documentos públicos: relatório de sustentabilidade, relato integrado, relatório de administração, relatório de gestão, agenda ambiental, política de sustentabilidade, planos diretores e planos de desenvolvimento e zoneamento disponíveis nos sítios eletrônicos de portos públicos, de terminais portuários privados e dos órgãos federais regulamentadores, fiscalizadores e planejadores do sistema portuário nacional. Os documentos não foram citados individualmente ao longo do texto, mas constam na seção final de referências.

Decidiu-se incluir na seção de referências todos os documentos utilizados na construção do Guia, até os que não foram citados individualmente, mas serviram para estudar, compreender e analisar a temática. O objetivo foi contribuir com uma curadoria de fontes de informação de qualidade e atuais sobre esta temática que está em constante evolução.

Na análise de conteúdo, entre todas as fontes citadas, as principais fontes de informação foram os Relatórios de Sustentabilidade e os Relatos Integrados. A análise foi estratificada segundo grupos de portos públicos e de terminais privados. A maior quantidade de relatórios foi dos terminais portuários privados, o que pode ser associado a sua participação em conglomerados com ações negociadas em Bolsas de Valores, onde as normas da Comissão de Valores Mobiliários obrigam e fiscalizam a publicação desse tipo de relatório. Essa fase foi realizada entre os meses de agosto e novembro de 2022.

### **Análise Digital**

---

O que chamamos de análise digital compreende também a aplicação da técnica de análise de conteúdo. Porém, tendo como fonte documental os sítios e perfis nas redes sociais, tais como: Instagram, LinkedIn e Twitter dos portos públicos, dos terminais portuários privados e dos órgãos federais

regulamentadores, fiscalizadores e planejadores do sistema portuário nacional. Essa análise complementar serviu para uma melhor compreensão do comportamento das organizações no tocante à sustentabilidade e para a análise de suas ações de comunicação e formas de relacionamento com seus públicos relevantes (*stakeholders*). Essa análise foi feita no mês de setembro de 2022.

## Entrevistas

---

Esse Guia é um trabalho colaborativo entre a Universidade Federal do Maranhão, representada pelo Grupo de Pesquisa LabPortos, a Associação de Terminais Portuários Privados (ATP) e a Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH) e de seus comitês de sustentabilidade. O comitê da ATP é denominado Sustentar, com representantes de todos seus TUPs associados. Na ABEPH, da mesma forma, seu comitê é a Câmara Técnica de Meio Ambiente. Esses dois comitês indicaram profissionais para serem entrevistados e para a apresentação do mapeamento das melhores práticas sustentáveis e para a validação do Guia. A realização de diversas entrevistas com profissionais do setor portuário ajudou no compartilhamento de informações para a construção do Guia e como forma de garantir a visão do setor e não, exclusivamente, a da equipe técnica responsável pela elaboração do Guia. Também foram entrevistados professores e pesquisadores da temática sustentabilidade. As entrevistas foram realizadas de outubro a dezembro de 2022.

## Questionários On-Line

---

Os questionários *on-line* foram aplicados de forma digital, com perguntas específicas para mapeamento das ações de Sustentabilidade e sua correlação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) da Agenda 2030, proposta pela ONU. A aplicação dos questionários se deu nos meses de julho a dezembro de 2022.

## Visitas Técnicas

---

Foram visitados alguns portos públicos e terminais portuários privados. Tivemos contatos com as áreas de sustentabilidade, meio ambiente, rela-

cionamento institucional, relacionamento com comunidades e de comunicação, assim como suas áreas operacionais. Essa fase permitiu a visão das práticas de sustentabilidade, a consolidação do conceito e estrutura do nosso Guia. As visitas técnicas foram realizadas durante os meses de novembro e dezembro de 2022.

## Benchmarking

---

Para o **benchmarking**, ou seja, identificação das melhores práticas de sustentabilidade para sua reprodução ou adaptação, analisamos guias de sustentabilidade nacionais e internacionais, específicos do setor portuário e outros referenciados a setores genéricos, elaborados por organizações de reputação, de modo a identificar as principais informações da jornada da sustentabilidade e avançar com sua adaptação para o setor portuário brasileiro. Os principais guias e **frameworks** analisados foram:

- » **a)** ESPO Environmental Report 2022. EcoPorts in Sights. ESPO – European Sea Ports Organisation, 2022;
- » **b)** Guia Sustentabilidade e ESG nas empresas. Como começar, quem envolver e o que priorizar. Bolsa de Valores B3, 2022;
- » **c)** Guia ESG. Melhores práticas para o setor bancário. Associação Brasileira de Bancos, 2022;
- » **d)** Boas práticas para a Agenda ESG nas organizações. IBGC – Instituto Brasileiro de governança Corporativa, 2022;
- » **e)** Guia de Relacionamento Socioinstitucional para o setor minerador. Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), 2022;
- » **f)** Guide to Environmental Certification and Sustainability Reporting for Ports of the Americas. CIP - Inter-American Committee on Ports, 2020;
- » **g)** World Ports Sustainability Report 2020. IAPH – International Association of Ports and Harbors, 2020;
- » **h)** ESG como estratégia para perenidade dos negócios no século XXI. Perspectivas de profissionais de Sustentabilidade. Global Reporting Initiative, 2018;
- » **i)** Step-by-Step Guide to Sustainable Supply Chain Management. Fed-

eral Ministry for The Environmental, Nature Conservation, Building and Nuclear Safety, Germany, 2017;

» **j)** Environmental, Health, and Safety Guidelines for Ports, Harbors, and Terminals. World Bank Group, 2017;

» **k)** ESPO Green Guide. Towards excellence in port environmental management and Sustainability. ESPO – European Sea Ports Organisation, 2012.

### Construção da Primeira Versão do Guia

---

As primeiras fases metodológicas, revisão bibliográfica, análise regulatória, análise de conteúdo e análise digital, serviram para construir uma “fotografia” da sustentabilidade do ecossistema portuário brasileiro.

As fases metodológicas de entrevistas, questionários *on-line*, visitas técnicas e **benchmarking** contribuíram para que esse Guia apresente a visão do setor portuário e não apenas a da academia e de nossa equipe técnica. Desta forma foi possível chegar na construção da primeira versão do Guia.

### Validação Junto aos Portos da Primeira Versão do Guia

---

A validação da primeira versão do Guia partiu da apresentação da sua estrutura, conteúdo, visão e conceitos para os colaboradores indicados pelo Comitê Sustentar da ATP e pela Câmara Técnica de Meio Ambiente da ABEPH, de modo a se ter **feedbacks** e sugestões de melhorias. A etapa foi realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2022.

### Finalização do Guia

---

Após essas rodadas de validação, as sugestões foram incorporadas e a equipe técnica concluiu o trabalho com a entrega da versão final do Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade: A Estratégia ESG.

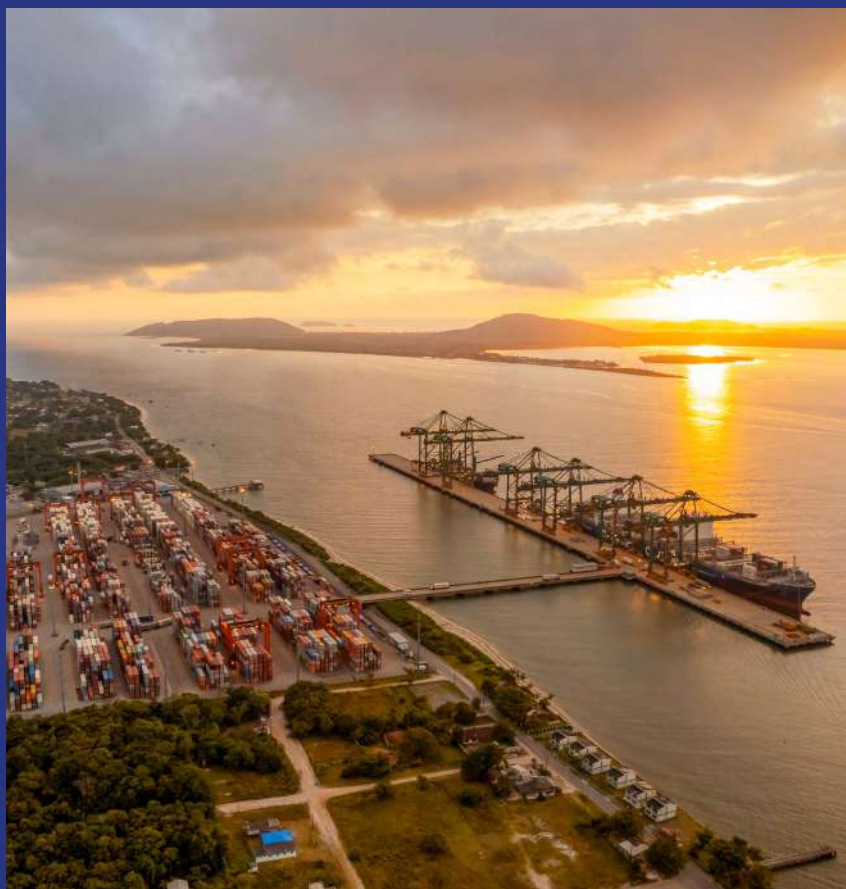




4



# TIPOLOGIA DAS MELHORES PRÁTICAS



Este capítulo apresenta uma tipologia das melhores práticas identificadas no mapeamento dos relatórios de sustentabilidade e nos relatos integrados das organizações portuárias.

De acordo com a análise de conteúdo aplicada nesta fase, considerando a literatura clássica de gestão de projetos e de planejamento, considerando os guias e manuais de referência na área de sustentabilidade e, principalmente, as informações contidas nos seguintes documentos: relatório de sustentabilidade, relato integrado, relatório de administração, agenda ambiental, política de sustentabilidade, planos diretores e planos de desenvolvimento e zoneamento, foi possível criar uma tipologia das melhores práticas de acordo com as seguintes categorias e denominada “Os 6 P’s das melhores práticas sustentáveis”:

- ↳ **P**olíticas
- ↳ **P**rogramas
- ↳ **P**rocessos
- ↳ **P**lanos
- ↳ **P**rojetos
- ↳ **P**arcerias

Para cada tipologia identificada, mapeada e analisada foi apresentado um conceito de acordo com o conteúdo dos documentos. É preciso reforçar que a classificação foi feita de acordo com a autodeclaração das próprias organizações que constam nos documentos citados. Ou seja, se a organização declara que uma ação é um programa de educação ambiental, nós consideramos que é um programa, não fizemos uma análise crítica para reclassificar como um projeto ou qualquer outra tipologia. Não é uma definição criada pela equipe técnica, mas representa a visão das próprias organizações do ecossistema portuário.

Após a definição do conceito organizado de cada uma das tipologias das melhores práticas, foram identificadas e analisadas as categorias de **stakeholders** “clientes”, de cada tipologia que interage com as organizações portuárias e as comunidades direta ou indiretamente envolvidas ou afetadas pelas atividades marítimas e portuárias.

As categorias de **stakeholders** identificadas nessas melhores práticas foram:

- |    |   |                               |    |   |                    |
|----|---|-------------------------------|----|---|--------------------|
| 1- |    | <b>Clientes</b>               | 6- |    | <b>Comunidades</b> |
| 2- |   | <b>Estado</b>                 | 7- |   | <b>Academia</b>    |
| 3- |  | <b>Alta<br/>Administração</b> | 8- |  | <b>ONGs</b>        |
| 4- |  | <b>Funcionários</b>           | 9- |  | <b>Geral</b>       |
| 5- |  | <b>Fornecedores</b>           |    |   |                    |

Apresentamos, a seguir, a definição da tipologia, **stakeholders** e descrição geral das atividades.

• **Quadro 1 - Políticas**

TIPOLOGIA	POLÍTICAS	
CONCEITO	STAKEHOLDER	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES
Expressão de regras de conduta de caráter abrangente, definindo, formalizando e divulgando diretrizes, papéis e responsabilidades das estruturas de governança da empresa em processos de decisão repetitivos	<b>Estado</b>	Atendimento às legislações e outros requisitos, por meio da gestão integrada das questões econômicas, ambientais e sociais.
	<b>Alta Administração</b>	Orientação a todas as pessoas e estruturas da empresa para a conduta ética e conformidade, eficiência energética, definição de regras de remuneração.
	<b>Funcionários</b>	Adoção e orientação de questões comportamentais e de conduta em temas como relações sindicais, <b>compliance</b> e política antissuborno.
	<b>Fornecedores</b>	Adoção e controle de boas práticas de conduta.
	<b>Comunidades</b>	Relacionamento com todas as comunidades direta ou indiretamente envolvidas com as atividades portuárias, com boas práticas de interação com os povos originários, quilombolas e outros grupos sociais.
	<b>Geral</b>	Formalização de compromissos ambientais e sociais em toda a cadeia de suprimentos e com a sociedade em geral.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

• **Quadro 2 - Planos**

TIPOLOGIA	PLANOS	
CONCEITO	STAKEHOLDER	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES
Conjuntos de projetos e programas com objetivos amplos de médio e longo prazos, envolvendo <b>stakeholders</b> internos ou externos	<b>Estado</b>	Implantação de ações de reparação e de mitigação dos impactos ambientais das atividades. Por exemplo, ações de proteção dos biomas e das florestas.
	<b>Alta Administração</b>	Ações e sistemas de controle com base em auditorias e outras ferramentas de gestão.
	<b>Funcionários</b>	Conscientização do público interno, seja operacional ou administrativo, sobre questões ambientais, incentivando e premiando ações adequadas.
	<b>Comunidades</b>	Estabelecimento de compromissos voltados para direitos humanos, para o relacionamento comunitário e territórios resilientes, com prazos determinados e acordados.
	<b>Geral</b>	Ações de engajamento com a sociedade em geral e a cadeia de valor da organização, formalizando compromissos com <b>stakeholders</b> e práticas voltadas para a sustentabilidade.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

• **Quadro 3 - Programas**

TIPOLOGIA	PROGRAMAS	
CONCEITO	STAKEHOLDER	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES
Um agrupamento que delimita, considerando os níveis estratégico e tático, todos os esforços de uma organização em torno de um tema específico em um conjunto de projetos integrados.	<b>Estado</b>	Efetivação de conjuntos de práticas voltados para reparação de questões identificadas nos controles ambientais exigidos por legislação.
	<b>Alta Administração</b>	Definição e apoio a mecanismos de controle, auditoria e prestação de contas na gestão de riscos, de crise, de <i>compliance</i> e auditorias ambientais.
	<b>Funcionários</b>	Implantação de iniciativas de engajamento dos empregados e pessoal contratado para o voluntariado, gestão adequada e consciente de resíduos.
	<b>Fornecedores</b>	Desenvolvimento dos prestadores de serviço e controle de atividades para aumento da qualidade dos serviços prestados, da ética, da conduta e inovação.
	<b>Comunidades</b>	Identificação e implantação de investimentos e esforços dos portos, tendo em vista assuntos identificados como relevantes pelas comunidades, tais como, a geração de emprego, fortalecimento da economia informal, educação ambiental e o incentivo ao esporte e à cultura.
	<b>Geral</b>	Conjunto de agendas voltadas para cadeias de valor na sociedade em geral, focalizando a sustentabilidade, a logística verde e responsável e práticas efetivas de <i>compliance</i> .

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

• **Quadro 4 - Projetos**

TIPOLOGIA	PROJETOS	
CONCEITO	STAKEHOLDER	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES
Esforços temporários, com escopo, orçamento e prazos fixos e delimitados para gerar resultados esperados.	<b>Estado</b>	Práticas que apoiam os governos em ações de fortalecimento da educação pública, das políticas de controle e repressão a desmatamentos e com ênfase na criação da primeira oportunidade de emprego para jovens.
	<b>Funcionários</b>	Adoção e incentivo ao voluntariado, bem como as boas práticas de interações com comunidades afetadas.
	<b>Fornecedores</b>	Levantamento de informações e promoção do diálogo entre os públicos e grupos sociais envolvidos. Por exemplo, motoristas e prestadores de serviços.
	<b>Comunidades</b>	Iniciativas de relacionamento entre o porto e todas as comunidades vizinhas, incentivando a ação e conscientização ambientais de forma inovadora, empreendedora, cultural e esportiva.
	<b>Geral</b>	Ações que interagem com a sociedade em geral, por meio do diálogo e procedimentos e consultas participativa para resolução conjunta de problemas.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

• **Quadro 5- Processos**

TIPOLOGIA	PROCESSOS	
CONCEITO	STAKEHOLDER	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES
Conjunto estruturado de atividades sequenciadas, visando resultados sustentáveis	<b>Estado</b>	Cumprimento das normas e exigências legais relacionadas aos controles e práticas ambientais, de modo a reportar e subsidiar a mitigação dos danos inerentes às atividades portuárias.
	<b>Alta Administração</b>	Implantação de formas de controle e de prestação de contas na direção da excelência na gestão de riscos, de energia, da água e de recursos naturais.
	<b>Funcionários</b>	Escopos de atividades diárias para utilização racional de recursos e descarte de resíduos com excelência, visando à reciclagem de gestão de resíduos sólidos e racionalidade no uso de águas e emissão de efluentes.
	<b>Fornecedores</b>	Opção por fornecedores com desempenho ambiental superior e certificado. Por exemplo, a contratação de embarcações menos poluentes.
	<b>ONGs</b>	Acompanhamento contínuo do impacto das atividades marítima e portuária nos biomas naturais, com ênfase na fauna aquática.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.



• **Quadro 6 - Parcerias**

TIPOLOGIA	PARCERIAS	
CONCEITO	STAKEHOLDER	DESCRIÇÃO DAS AÇÕES
<p>Todo e qualquer relacionamento formal e temporário entre a organização portuária e um <b>stakeholder</b> externo, voltado para uma ação específica.</p>	<b>Clientes</b>	União entre a administração do porto e proprietários de embarcações, inclusive para garantir a destinação ambientalmente adequada de resíduos.
	<b>Estado</b>	Colaboração entre empresas e administrações públicas das três esferas, para ações como preservação de espécies da fauna e flora, logística verde e reversa, incentivo fiscal, entre outros.
	<b>Comunidades</b>	Participação conjunta dos portos e comunidades para estimular a geração de empregos e pequenos negócios, disseminar as culturas locais, educação ambiental para todos com ênfase em crianças e adolescentes e estímulo a práticas esportivas.
	<b>Academia</b>	Colaboração entre empresas e instituições de ensino para estímulo e produção de conhecimento voltado para o desenvolvimento comunitário, negócios sociais e preservação do meio ambiente.
	<b>ONGs</b>	União com ONGs para apoiar comunidades vizinhas em eventos de calamidade, como a pandemia, combate à exploração sexual de jovens e crianças e conservação de espécies de fauna e flora.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

5



## MELHORES PRÁTICAS AMBIENTAIS



A categorização dos 6P's da sustentabilidade nas melhores práticas ambientais identificadas nos relatórios de sustentabilidade e nos relatos integrados foram de Políticas, Planos, Programas, Projetos, Processos e Parceiras. Compreende a descrição das ações principais de cada objeto principal propostos nas atividades. Reforçando, as práticas ambientais se referem ao atendimento da legislação, a exigências dos usuários e seus clientes e da adoção da filosofia de respeito ao direito das futuras gerações ao planeta.

A seguir apresentaremos os 6 P's das melhores práticas sustentáveis para a dimensão ambiental identificadas e analisadas nos documentos públicos já citados, principalmente nos relatórios de sustentabilidade e relatos integrados.

### Políticas Ambientais - Quadro 7

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Compras Sustentáveis</b>	Implantação e estímulo ao atendimento de critérios ambientais no processo de aquisição de produtos e contratação de serviços, desenvolvendo iniciativas internas voltadas para a sustentabilidade nas operações.
2	<b>Plano Diretor de Águas</b>	Ampliação do uso de fontes alternativas de água, reduzindo a necessidade de captação do sistema público.
3	<b>Plano Diretor de Eficiência Energética</b>	Acompanhamento do sistema de geração e consumo de energia com indicadores chaves de eficiência operacional em sintonia com o desenvolvimento e manutenção da política de gestão energética da unidade.
4	<b>Política Ambiental e Energética</b>	Atendimento de diretrizes que fomentem, orientem e priorizem a eficiência energética nas empresas do grupo, adequando-se ao contexto econômico, social, regional e ambiental de cada empresa.
5	<b>Política de Biodiversidade</b>	Colaboração com a biodiversidade nas localidades onde opera, identificando os riscos e implantando controles.

6	<b>Política de Mudanças Climáticas</b>	Orientação para a gestão de riscos e oportunidades relacionados ao clima e à redução de emissão de carbono nas operações.
7	<b>Política Global de Gestão de Rejeitos</b>	Atendimento a padrões e diretrizes internas e a leis e regulamentos públicos, incentivando práticas de gestão e governança avançadas.
8	<b>Socioambiental</b>	Incentivo ao desenvolvimento das comunidades lindeiras e afetadas pelas atividades portuárias em associação com conservação ambiental, resultados econômicos e melhorias sociais.
9	<b>Sustentabilidade</b>	Gerenciamento ambiental com ênfase na prevenção e no controle da qualidade ambiental, como valor sustentável para a companhia e para as comunidades vizinhas.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Planos Ambientais - Quadro 8

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Fornecedores</b>	Estabelecimento de padrões de conduta de fornecedores, de modo a coibir eventuais práticas de desmatamento ou de conversão de vegetação nativa para produção.
2	<b>Gestão Ambiental</b>	Estabelecimento de diretrizes de compatibilização do desenvolvimento de longo prazo da organização portuária com o uso adequado dos recursos hídricos, no atendimento às demandas dos empreendimentos.
3	<b>ODS</b>	Ampliação da cadeia de valor da organização para a sociedade, por meio de metas ambientais para 2025, contribuindo para o atendimento dos ODS da ONU.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

## Programas Ambientais - Quadro 9

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Auditoria Ambiental</b>	Acompanhamento contínuo do desempenho ambiental do sistema de gestão da empresa.
2	<b>Cadeia Produtiva</b>	Redução dos impactos ambientais do transporte rodoviário e fluvial dos produtos movimentados por frota própria e de fornecedores.
3	<b>Descarbonização</b>	Identificação de ações para acelerar soluções e reduzir custos de projetos economia de baixo carbono, trazendo maior competitividade para o terminal.
4	<b>Energia e Água</b>	Promoção do consumo consciente e racional de energia e água, assim, gerando uma mudança comportamental na organização e suas operações.
5	<b>Gerenciamento de Resíduos</b>	Implantação de campanhas de redução de geração de resíduos e de programas de coleta seletiva com funcionários e colaboradores, tendo em vista a reciclagem de resíduos.
6	<b>Gestão Ambiental</b>	Desenvolvimento econômico da organização, focalizando estratégias de sustentabilidade nos processos de controle, de prevenção de ação em emergências e acidentes ambientais.
7	<b>Gestão de Biodiversidade</b>	Implantação de iniciativas para o uso adequado dos recursos naturais, visando atender às demandas atuais, mantendo as condições de qualidade de vida para as futuras gerações.
8	<b>Inovação</b>	Estímulo de iniciativas de empreendimentos ( <i>startups</i> ), acelerando o uso de tecnologias de baixo carbono, bioenergia e desenvolvimento de produtos que apoiem as metas dos clientes de redução de emissões.
9	<b>Mudanças do Clima</b>	Programas de monitoramento ambiental da qualidade do ar por meio de inventários de Gases de Efeito Estufa ( <i>GHG Protocol – Green House Gases</i> ) e de emissões atmosféricas.
10	<b>Voluntariado</b>	Incentivo à participação de voluntários para contribuir com ações ambientais.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Projetos Ambientais - Quadro 10

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Educação Ambiental</b>	Conscientização de jovens e crianças no respeito e cuidados com o meio ambiente e na importância de preservação dos recursos, estimulando a cidadania e o voluntariado.
2	<b>Flora</b>	Consolidação da organização como uma mitigadora de impacto socioambiental no meio rural, pela recuperação de áreas degradadas no território brasileiro.
3	<b>Gestão Ambiental</b>	Implantação de sistemas informacionais que apoiem a avaliação de impactos ambientais sobre ecossistemas afetados, difundindo esse conhecimento e a capacitação de recursos humanos.
4	<b>Reciclagem</b>	Coleta e tratamento de resíduos plásticos retirados das praias, manguezais e outras área sensíveis.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Processos Ambientais - Quadro 11

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Contratação de embarcações Eco Type</b>	Preferência pela contratação de navios com combustível de baixo teor de enxofre e com menor consumo na direção da descarbonização das atividades.
2	<b>Controle do uso de água</b>	Acompanhamento diário do consumo de água por meio de hidrômetros digitais e analógicos distribuídos nos pontos de abastecimento e implantação de sistemas de consolidação de dados e apoio a decisões gerenciais.
3	<b>Emissões atmosféricas</b>	Acompanhamento periódico de emissões atmosféricas, incluindo Material Particulado (MP) e Partículas Inaláveis (PI). Entendimento com autoridades ambientais e comunidades sobre níveis e metas de redução de emissões.

4	<b>Energia</b>	Realização de práticas PISW ( <i>Project Identification and Selection Workshop</i> ) para identificar problemas e oportunidades de eficiência energética, reduzindo o consumo de vapor, eletricidade e combustíveis.
5	<b>Fauna e Flora</b>	Realização de levantamentos periódicos de efeitos fenológicos, de manejo de espécies exóticas invasoras, adubação de cobertura, controles e gerenciamento, prevendo a visitação e demais usos públicos.
6	<b>Gerenciamento dos Efluentes</b>	Tratamento preliminar dos efluentes sanitários e coleta de águas pluviais para reuso e dos efluentes oleosos. Encaminhamento de resíduos sanitários para tratamento externo, atendendo a requisitos legais.
7	<b>Gestão Ambiental de Operação</b>	Implantação de sistemas e instrumentos de acompanhamento de desempenho ambiental, para identificar e promover iniciativas da melhoria contínua dos processos.
8	<b>Gestão de Resíduos</b>	Gestão dos resíduos gerados nas operações portuárias, coletando e encaminhando para o tratamento, descarte e disposição adequados. E eventual reintrodução nas cadeias produtivas (economia circular).
9	<b>Gestão de Riscos</b>	Garantia da segurança ambiental das atividades, antecipando e corrigindo efetivamente eventuais incertezas, riscos e ameaças.
10	<b>Inventário de Gases de Efeito Estufa</b>	Mapeamento das fontes de emissão de GEEs com identificação e quantificação das emissões advindas das atividades portuárias.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

## Parcerias Ambientais - Quadro 12

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Acompanhamento Ambiental</b>	Estabelecimento e implantação de programas de acompanhamento ambiental na área do porto e em seu entorno, contemplando: águas subterrâneas, lagoas costeiras, áreas alagáveis, mar, bioinvasão, qualidade do ar, ruído e dinâmica sedimentológica marinha, fauna e flora do entorno e erosão costeira.
2	<b>Educação Ambiental</b>	Implantação de atividades de educação ambiental para os moradores, incentivando novos hábitos, conscientizando para o uso racional dos recursos naturais, descarte correto dos resíduos domésticos e valorização do patrimônio ambiental como atração turística.
3	<b>Fauna</b>	Desenvolvimento das operações portuárias em equilíbrio com a conservação de espécies com risco de extinção. Adoção de ações de educação ambiental, o engajamento das comunidades, acompanhamento e geração de conhecimento científico.
4	<b>Investimento Social Privado</b>	Implantação de formas de repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, controlada e sistemática para projetos ou organizações ambientais.
5	<b>Reciclagem</b>	Articulação com redes de varejo e <i>shoppings</i> , redes de restaurantes, Prefeituras, ONGs, instituições públicas, empresas, para ampliar o alcance do programa, oferecendo aos consumidores formas práticas e sustentáveis de descarte ambientalmente adequado de óleo de fritura usado, transformando-o em matéria-prima para produção de novos produtos, como o biodiesel.
6	<b>Reservas Naturais</b>	Proteção, restauração e promoção da biodiversidade em fragmento remanescente de restinga em área privada, por meio de ações e serviços que gerem conhecimento científico e benefícios ambientais, sociais e econômicos.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.



6



## MELHORES PRÁTICAS SOCIAIS



Este capítulo apresenta os 6 P's das melhores práticas da sustentabilidade, Políticas, Planos, Programas, Projetos, Processos e Parceiras, referentes às ações no conceito amplo de práticas sociais. Na administração se diz que as organizações são as pessoas, essa constatação, atualmente, é estendida às comunidades lindeiras e àqueles que dependem, interagem ou são afetados pela ação das organizações, ou seja, o conjunto de **stakeholders** que deve ser considerado em comunicações, ações e incorporado para aferição dos resultados organizacionais.

Portos são multifacetados em suas atividades, multidisciplinares em suas operações; não devemos esquecer, que o transporte por água foi fundamental no desenvolvimento e história das nações. Portos saem dos seus limites físicos e atuam junto às comunidades de pessoas, de modo a compensar e mitigar eventuais danos e desenvolver ações que contribuam para a melhoria de todas as pessoas envolvidas e comprometidas, desde seu corpo de colaboradores, usuários, populações lindeiras, autoridades, em suma, o conjunto de seus públicos relevantes.

A seguir apresentaremos os 6 P's das melhores práticas sustentáveis para a dimensão social identificada e analisada nos documentos públicos já citados, principalmente nos relatórios de sustentabilidade e relatos integrados.

### Políticas Sociais - Quadro 13

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Compras Sustentáveis</b>	Atendimento de critérios sociais nos processos de aquisição de produtos e contratação de serviços, além do desenvolvimento de iniciativas internas voltadas para a sustentabilidade nas operações.
2	<b>Direitos Humanos</b>	Promoção de ações de identificação e prevenção de eventuais impactos negativos das atividades portuárias sobre os direitos humanos.
3	<b>Política para os Povos Originários</b>	Apoio a atividades de comunidades de povos originários, promovendo o diálogo e acompanhamento.

4	<b>Socioambiental</b>	Desenvolvimento das comunidades nas áreas em que a companhia atua tendo em vista aspectos econômicos, sociais e ambientais, na visão da sustentabilidade e melhorias na qualidade de vida.
---	-----------------------	--

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Planos Sociais - Quadro 14

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Comunidades</b>	Implantação de ações e projetos de desenvolvimento socioeconômico voltados prioritariamente para povos originários e comunidades tradicionais de pescadores, caiçaras, quilombolas, ribeirinhas e de terreiro.
2	<b>ODS</b>	Introdução e atendimento dos ODSs da ONU nas cadeias de valor e de suprimentos com foco na sociedade, contemplando metas sociais estabelecidas para até 2030.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Programas Sociais - Quadro 15

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Doações</b>	Doação de material escolar, de construção, de apoio a cultivo de hortaliças, alimentos, móveis e eletrodomésticos para as comunidades vizinhas
2	<b>Cadeia Produtiva</b>	Redução dos impactos sociais decorrentes do transporte rodoviário e fluvial dos produtos movimentados em frota própria e por terceiros.
3	<b>Desenvolvimento Socioeconômico</b>	Promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades em conjunto e participação das cadeias produtiva e de suprimentos.

<b>4</b>	<b>Educação</b>	Apoio aos alunos matriculados em escolas, com o pagamento de auxílio financeiro, material escolar, projetos de reforço escolar. Oferta de cursos de qualificação.
<b>5</b>	<b>Educação Ambiental</b>	Estabelecimento de relações e laços de proximidade com as comunidades e, por meio de processos dialógicos, coletivos, projetos e ações voltados para a preservação ambiental e melhorias no cotidiano das comunidades.
<b>6</b>	<b>Empreendedorismo</b>	Fomento de novos negócios, estimulando o crescimento socioeconômico por meio de ações de incentivo ao caráter empreendedor de seus participantes.
<b>7</b>	<b>Empregabilidade</b>	Geração de empregos para a independência da comunidade e de grupos vulneráveis social e economicamente.
<b>8</b>	<b>Programa de Preservação Patrimonial</b>	Fortalecimento da identidade cultural, com o resgate e valorização do patrimônio artístico e cultural das comunidades, por meio de cursos, oficinas e projetos de restauração de patrimônios históricos, tombados ou não.
<b>9</b>	<b>Programa de Responsabilidade Socioambiental</b>	Apoio ao poder público local no atendimento aos trabalhadores das organizações com serviços de saúde, educação, segurança pública e assistência social, bem como a integração com as comunidades locais.
<b>10</b>	<b>Voluntariado</b>	Incentivo à participação de voluntários em ações sociais junto à comunidade da região.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Projetos Sociais - Quadro 16

N°	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Cultura</b>	Promoção de ações de resgate e preservação da história local e regional, criando espaços em que as novas gerações conheçam a memória das operações.
2	<b>Diálogo com comunidades</b>	Criação de instrumentos para o diálogo, de forma participativa, com representantes das comunidades.
3	<b>Doação</b>	Promoção de campanhas de doação de produtos de primeira necessidade para famílias do entorno da empresa.
4	<b>Educação</b>	Identificação e enfrentamento de obstáculos para garantir o direito à educação nas comunidades. Por exemplo, proposição, em conjunto com os municípios, de ações de redução da evasão escolar.
5	<b>Empreendedorismo</b>	Promoção e aproximação entre os produtores agrícolas e o restaurante responsável pelo fornecimento de alimentos para os refeitórios da organização, contribuindo para sua renda familiar.
6	<b>Empregabilidade</b>	Contratação, como aprendizes, de estudantes do Ensino Médio de escolas públicas ou a filhos de trabalhadores no Terminal, com renda familiar inferior a um salário-mínimo.
7	<b>Esporte</b>	Incentivo a projetos esportivos, inclusive em situações especiais, no contexto de pandemias.
8	<b>Flora</b>	Busca do conceito de organização de impacto social no meio rural pela recuperação de áreas degradadas.
9	<b>Lazer</b>	Promoção da exibição de filmes às comunidades sem equipamentos culturais, como cinemas.
10	<b>Motoristas</b>	Entendimento e troca de informações com motoristas, compreendendo melhor suas atividades e dificuldades para propor melhores soluções para este público.
11	<b>Quilombola</b>	Educação e sensibilização das comunidades quilombolas para práticas de saúde preventiva.

<b>12</b>	<b>Reciclagem</b>	Encaminhamento e disposição de resíduos para cooperativas, comunidades e associações.
<b>13</b>	<b>Saúde Canina</b>	Realização de campanhas de vacinação em cães domésticos e de rua nas comunidades próximas ao porto.
<b>14</b>	<b>Violência</b>	Promoção de palestras e oficinas sobre temas críticos como saúde e violência doméstica para comunidades vizinhas ao porto.
<b>15</b>	<b>Voluntariado</b>	Promoção de encontros gratuitos de aprendizado sobre tendências e melhores práticas em programas de voluntariado.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Processos Sociais - Quadro 17

<b>Nº</b>	<b>TEMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>1</b>	<b>Gestão de riscos</b>	Garantia da segurança operacional e ocupacional nas atividades, gerenciando incertezas, riscos e ameaças.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

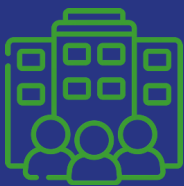
### Parcerias Sociais - Quadro 18

<b>Nº</b>	<b>TEMA</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>1</b>	<b>COVID 19</b>	Ampliação da capacidade de atendimento dos hospitais locais nos casos de COVID-19, de modo a não comprometer o atendimento de outras enfermidades. Compra de respiradores artificiais encaminhados à direção da UPA dos municípios.
<b>2</b>	<b>Drogas e Violência</b>	Desenvolvimento e implantação de espaços comunitários inclusivos, com arquitetura sustentável em regiões com altos índices de violência e de vulnerabilidade social, sendo destinados a atender as comunidades locais.

4	<b>Empreendedorismo</b>	Parceria com Secretarias Municipais para promover feiras de venda e troca de roupas, serviços, eletrodomésticos, eletrônicos, móveis, artesanatos, entre outros, para os moradores, gerando oportunidades para melhorar as condições socioeconômicas e em parceria com Associação Comercial do município em que está o porto.
5	<b>Esporte</b>	Promoção de aulas de natação e hidroginástica voltadas, especialmente, para estudantes de escolas públicas, idosos e pessoas com necessidades especiais.
6	<b>Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes</b>	Estabelecimento de Pacto para erradicar a exploração sexual de jovens e adolescentes em rodovias, conforme proposta da <i>Childhood</i> Brasil, em parceria com o Instituto Ethos e apoio da Organização Internacional do Trabalho, estabelecendo formas de promoção de rodas de conversa e entrega de material informativo.
8	<b>Inovação</b>	Criação de espaços atraentes para alunos e equipe pedagógica das escolas públicas, possibilitando novas formas de aprendizagem, por meio da adaptação e doação de equipamentos tecnológicos.
9	<b>Investimento Social Privado</b>	Repasse voluntário de recursos privados de forma planejada, controlada e sistemática, para projetos ou organizações sociais.
10	<b>Mercado de Trabalho</b>	Colaboração para a qualificação profissional de estudantes que moram em comunidades vizinhas. Além de aulas práticas e teóricas, oportunidade de desenvolver habilidades interpessoais, fundamentais para o mercado de trabalho.
11	<b>Quilombola</b>	Investimento financeiro em projetos de produtores(as) individuais, microempreendedores(as) e associações quilombolas.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

7



## MELHORES PRÁTICAS DE GOVERNANÇA





Este capítulo resume a categorização da dimensão Governança, entendida como a mais complexa na estratégia ESG. Sua abordagem recente ainda se ressentia de maior entendimento de práticas efetivas e, por conseguinte, a definição e alternativas de sua mensuração e de acompanhamento. Foi realizada com a identificação das melhores práticas nos Relatórios de Sustentabilidade das organizações portuárias.

O termo em inglês **compliance** exprime o atendimento a normas e regulamentações públicas e regras de conduta que reprimem práticas de corrupção de contrapartes, reforçando o atendimento a regras de conduta. A dificuldade está na comprovação e evidenciação dessas práticas. Pelo levantamento realizado, pode-se perceber que a explicitação do atendimento dessas diretrizes é a base para sua adoção nas organizações portuárias.

A seguir apresentaremos dos 6 P's das melhores práticas de Sustentabilidade. Os 4 P's que foram identificados na dimensão Governança foram Políticas, Planos, Programas e Processos. Para a dimensão de governança não foram identificadas ações de Projetos e Parcerias.

### Políticas de Governança - Quadro 19

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Anticorrupção</b>	Estabelecimento de padrões de conduta e o acompanhamento de qualquer tipo de contribuição às entidades públicas e/ou privadas, zelando pela conformidade com os princípios éticos da organização. Orientação e auditoria do comportamento corporativo e individual, especialmente de profissionais próprios e prestadores de serviço, em relação à sua integridade.
2	<b>Conduta</b>	Orientação e acompanhamento de padrões comportamentais e de conduta aplicados a todos os colaboradores efetivos, terceiros e prestadores de serviços.

3	<b>Ética, conformidade e compliance</b>	Busca do reconhecimento e referência de comportamento de todos os funcionários e fornecedores. Estabelecimento de princípios, diretrizes e funções de conformidade em todos os níveis da empresa, considerando o corpo gerencial, empregados e prestadores de serviços, disseminando a cultura e a prática de <b>compliance</b> .
4	<b>Gestão Integrada</b>	Melhoria contínua dos processos, atendendo a legislação e requisitos aplicáveis.
5	<b>Gestão Integrada de Riscos</b>	Identificação de ações necessárias para mitigar, evitar, transferir ou aceitar riscos e, assim, aumentar o compromisso da organização com seus objetivos.
6	<b>Política de Remuneração aos Acionistas</b>	Garantia da sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos com previsibilidade do fluxo de pagamentos da remuneração aos acionistas.
7	<b>Relações Sindicais</b>	Manutenção de relacionamentos respeitosos e harmoniosos com sindicatos, compartilhando de forma clara e transparente todos os aspectos das negociações coletivas.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Planos de Governança - Quadro 20

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Stakeholders</b>	Estabelecimento de sistemas e formas de interação, comunicação e frequência de eventos e instrumentos de comunicação com os <b>stakeholders</b> .

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Programas de Governança - Quadro 21

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Cadeia Produtiva</b>	Implantação de sistemas de identificação de impactos sociais, ambientais e econômicos, executando projetos em parceria com todos os atores da cadeia produtiva.
2	<b>Compliance</b>	Estabelecimento de padrões e acompanhamento de sua conformidade nos processos e operações em relação a leis, regulamentações e padrões de conduta.
3	<b>Comunicação</b>	Comunicação e visibilidade de ações e programas das operações de empreendimentos por meio de um canal aberto e transparente de diálogo com a população.
4	<b>Fornecedores</b>	Desenvolvimento de campanhas e premiação dos melhores fornecedores, de acordo com as melhores práticas de mercado.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

### Processos de Governança - Quadro 22

Nº	TEMA	DESCRIÇÃO
1	<b>Gestão de riscos</b>	Gestão de riscos corporativos para abordar de forma eficaz as incertezas, riscos e ameaças.

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos e dos Terminais Portuários Privados.

8



# ***STAKEHOLDERS***



Este capítulo compreende quatro tópicos. Os dois primeiros são teóricos para compreensão do conceito de stakeholders e apresentam uma análise generalista dos stakeholders do ecossistema portuário.

Os dois últimos apresentam o mapeamento dos stakeholders identificados a partir da análise da autodeclaração das organizações portuárias em seus Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados. Decidimos dividir este tópico em portos públicos e terminais privados por entendermos que os grupos de portos apresentam visões ora semelhantes, ora distintas, sobre quem são os seus principais stakeholders.

## Conceituando Stakeholders

Na década de 80, surgiu a teoria dos **Stakeholders** com foco central no gerenciamento dos agentes (atores) interessados ou influenciados pela atividade de uma organização. Entende-se como **stakeholder** (público relevante) “qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar ou é afetado pela realização dos objetivos da empresa” (FREEMAN, 1984, p.41 *apud* CARROLL, 2004) podendo ser acionistas, empregados, clientes, fornecedores, instituições financeiras e a sociedade em geral, como segue:

**A** abordagem dos Stakeholders enfatiza a necessidade da empresa formular estratégias e acordos satisfatórios para os vários stakeholders, com o objetivo de garantir a sua sobrevivência. Parte-se do princípio de que a organização não é uma entidade isolada, o ambiente em que está inserida é instável, incerto e interdependente, logo os objetivos da organização não podem ser compreendidos apenas a partir do ponto de vista dos seus proprietários ou acionistas (FREEMAN, 1984, p.188-189 *apud* CARROLL, 2004, p. 119).

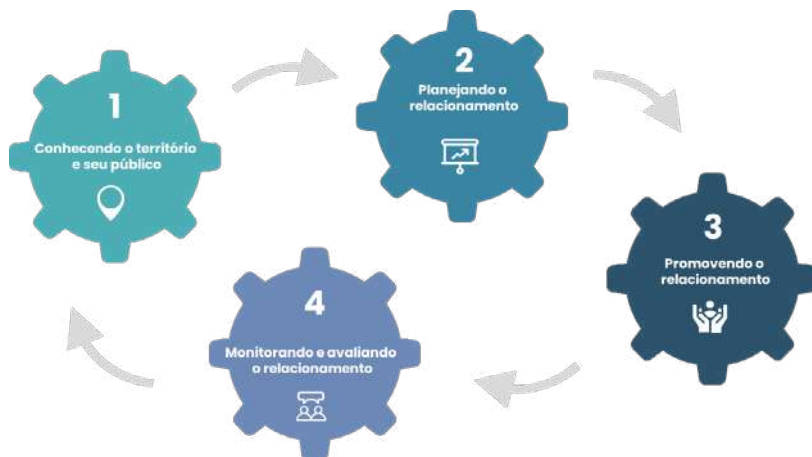
O trabalho de gestão dos **stakeholders** parte do seu mapeamento e com base nos objetivos estratégicos da organização e atuação no mercado.

(CAMPBELL, 1997). Um dos métodos de identificação dos **stakeholders** é sua divisão em três grupos:

- » **a) Agentes:** os que administram diretamente, sustentam ou contribuem para o desenvolvimento e manutenção da organização;
- » **b) Beneficiários:** os que lucram ou desejam lucrar, ou indiretamente se beneficiam com os resultados da organização;
- » **c) Vítimas:** aqueles que direta ou indiretamente podem ser prejudicados (GUBA; LINCOLN, 1989).

O processo de gestão de **Stakeholders** pode ser representado na Figura a seguir:

• **Figura 1 - Processo de gestão de stakeholders**



Fonte: IBRAM (2022).

A coleta de informações junto aos **stakeholders** pode ser dividida em dois grupos, com e sem intermediação.

### • Quadro 23 - Coleta de informações junto ao stakeholders

Coleta de Dados com Mediação	Coleta de Dados sem Mediação
Entrevistas em profundidade	Autopreenchimento de formulário estruturado
Entrevistas estruturadas	Envio de informações e documentos (dados administrativos)
Videoconferências	Análise de dados secundários (como Censo Demográfico, PNAD etc.)
Visitas técnicas	Análise de dados espaciais (mapas).
Observação <i>in loco</i>	
Roda de Conversa e grupos focais	
História Oral	
Diálogo Social	

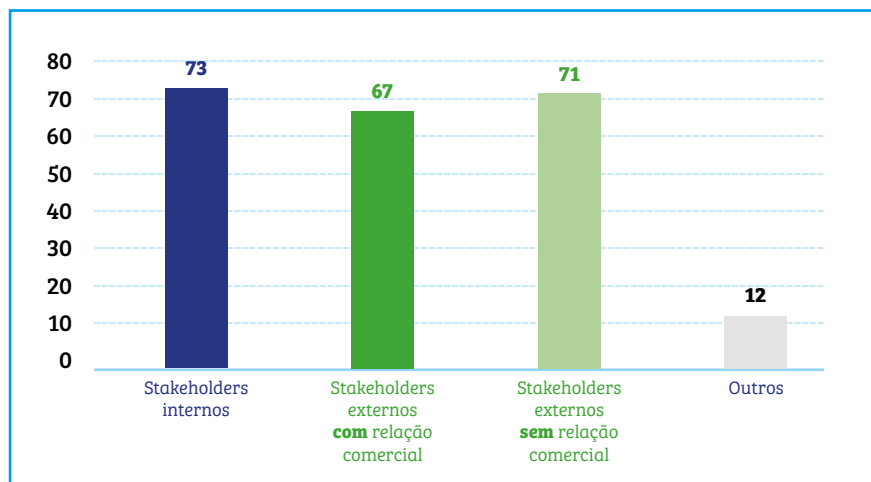
Fonte: IBRAM (2022).

## Stakeholders e o Sistema Portuário

O ecossistema portuário precisa considerar a mudança do foco unidirecional para uma abordagem **multistakeholders**. Tradicionalmente, os únicos **stakeholders** considerados eram a autoridade portuária e as organizações mais diretamente ligadas como arrendatários e operadores. Hoje, se apresentam vários **stakeholders** no processo de planejamento e de estabelecimento das estratégias pelos portos (DOOMS; MARCHARIS, 2003).

Pesquisa realizada com autoridades portuárias da União Europeia apontou que 70% afirmaram possuir um plano mestre de desenvolvimento portuário, considerando as expectativas dos **stakeholders**, incluindo os internos (empregados, acionistas etc.), externos não contratuais (autoridades locais, cidadãos, ONGs etc.) e externos contratuais (armadores, operadores de terminais etc.), também abrangendo outros níveis de governo, a categoria outros (Gráfico 1).

### • Gráfico 1 - Stakeholders envolvidos nos planos mestres portuários



Fonte: ESPO (2011).

Uma das primeiras classificações dos **stakeholders** no setor portuário foi sua divisão em dois grupos: internos e externos. Essa classificação simples dependia das diferentes forças que interagem no processo decisório e na formulação do planejamento (NOTTEBOOM; WINKELMANS, 2002). Outra classificação propôs a divisão em grupos, resumidos no quadro a seguir (DE LANGEN, 2006):

- A. Empresas de transporte (incluindo operadores portuários);
- B. Mercado de trabalho;
- C. Indústria manufatureira;
- D. Usuários dos portos (exportadores e importadores);
- E. Grupos ambientais locais;
- F. Comunidade local;
- G. Governo local e regional;
- H. Governo nacional.



• **Quadro 24 – Stakeholders do sistema portuário**

<b>Stakeholders</b>	<b>Interesses</b>	<b>Formas de influência</b>	<b>Indicadores de influência</b>
<b>Operadores Portuário e Empresas de Transporte</b>	Baixos custos portuários, alta qualidade da infraestrutura, segurança nas operações, eficiência nos procedimentos de fiscalização e aduaneiras	<i>Lobby</i> por meio de associações de classe, desviando as cargas de outros portos	Existência de associações de classe específicas do setor portuário; nível de subsídios para o setor (tarifação da infraestrutura, projetos para reduzir o congestionamento etc.) e financiamento e funcionamento das alfândegas e regulação da segurança
<b>Mercado de Trabalho</b>	Altos salários, segurança no trabalho	Greves, impacto na imagem do trabalho portuário	Nível de salário; Acordo coletivo de trabalho
<b>Indústria manufatureira</b>	Criação de economia de aglomeração em <i>clusters</i> portuários, disponibilidade de espaço para instalações fabris, regulamentação em condições equitativas	<i>Lobby</i> de associações de classe, investindo fora de <i>clusters</i> portuários	Existência de associações de classe específicas do setor portuário
<b>Usuários dos portos (exportadores e importadores)</b>	Baixo custo de transporte, confiabilidade e segurança nas operações	<i>Lobby</i> de associações de classe, desviando as cargas de outros portos	Existência e funções de associações de usuários dos portos

<b>Grupos ambientais locais</b>	Regulação que impeça impactos ambientais negativos	Uso de procedimentos para adiar ou evitar investimentos e expansão portuária; pressão política	Existência de grupos ambientais locais; poder derivado de ações judiciais e tribunais
<b>Comunidade local</b>	Criação de emprego para a mão de obra local, controle de congestionamento de tráfego limitado, não redução da qualidade de vida	Pressão política	Existência de associações de moradores
<b>Governos local e regional</b>	Contribuição para a economia regional com impostos regionais, transformação efetiva da relação porto-cidade	Planejamento regional, investimento público em portos	Propriedade pública da terra; Propriedade e estrutura de governança da autoridade portuária
<b>Governo nacional</b>	Baixos custos de transporte, recuperação do investimento em infraestrutura	Investimento nacional em portos, criação de leis portuárias	Função nacional no planejamento de infraestrutura

Fonte: Adaptado de DE LANGEN (2006).



## DICA

*Não deixe de identificar e mapear stakeholders fora da poligonal do porto e de incluir a academia como parceiro.*

## Stakeholders dos Terminais Portuários Privados

A listagem dos **stakeholders** dos Terminais Portuários Privados foi feita com base na autodeclaração das organizações portuárias e nos seus Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados. Adotamos uma classificação dos **stakeholders** em três tipos: Clientes; Grupo Interno e Grupo Externo.

É importante reforçar que adotamos a metodologia de mapeamento dos **stakeholders** com a análise de conteúdo baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados publicados. Sabemos que existem outros **stakeholders** que os Terminais Portuários Privados consideram, mas como não estavam publicados nos relatos, não incluímos neste mapeamento.

### • Quadro 25 – Clientes de terminais portuários privados

CLIENTES
Caminhoneiros
Clientes
Consumidores
Empresas do setor privado instaladas na zona portuária
Transportadores
Produtores rurais

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Terminais Portuários Privados.

### • Quadro 26 - Grupo interno de terminais portuários privados

GRUPO INTERNO
Acionistas
Empregados
Empregados terceirizados

Executivos
Fornecedores
Liderança
Parceiros
Prestadores de serviço

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Terminais Portuários Privados.

### • **Quadro 27 - Grupo externo de terminais portuários privados**

<b>GRUPO EXTERNO</b>
Academia
Agências Reguladoras
Associações
Blogs e meios de comunicação
Comunidades
Comunidades em área de abrangência
Comunidades tradicionais ou povos originários
Concorrentes
Entidades de classe
Especialistas
Estabelecimentos de saúde pública
Fundações
Governo Estadual
Governo Federal
Governo Municipal
Imprensa
Instituições de ensino públicas e privadas
Instituições financeiras
Investidores

Mídia
Movimentos ambientalistas
Movimentos sociais
ONGs
Organizações da Sociedade Civil
Organizações Multilaterais e Empresariais
Órgãos Públicos
Órgãos reguladores
Mercado de capitais
Sindicatos

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Terminais Portuários Privados.

## Stakeholders dos Portos Públicos

A identificação dos **stakeholders** dos Portos Públicos, apresentada a seguir, foi feita com base na autodeclaração das organizações portuárias e nos seus Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados. Adotamos uma classificação dos **stakeholders** em três tipos: Clientes; Grupo Interno e Grupo Externo.

Da mesma forma como foi feito o mapeamento com os Terminais Portuários Privados, adotamos com os Portos Públicos. Foi considerado apenas os **stakeholders** apresentados nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados. Sabemos que existem outros **stakeholders** que os Portos Públicos consideram, mas como não estavam publicados nos relatos, não incluímos neste mapeamento.

**• Quadro 28 - Clientes de portos públicos**

<b>CLIENTES</b>
Agências marítimas
Armadores
Arrendatários
Comunidade empresarial
Empresas do complexo portuário
Exportadores
<b>Ferryboat</b>
Importadores
OGMO
Operadores logísticos
Operadores portuários
Passageiros <b>ferryboats</b>
Praticagem
Produtores
Transportadores

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos.

---

**• Quadro 29 - Grupo interno de portos públicos**

<b>GRUPO INTERNO</b>
Alta administração
Colaboradores
Empregados
Estagiários
Ferrovários
Fornecedores
Funcionários
Profissionais da própria autoridade portuária
Profissionais portuários e de segurança de navegação
Terceirizados

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos.

---

**• Quadro 30 - Grupo externo de portos públicos**

<b>GRUPO EXTERNO</b>
Academia
Agências de regulação
ANVISA
Associações comerciais e industriais
Autoridades
Comunidade impactada pela operação portuária
Comunidades locais
Conselhos
Entidades de fiscalização
Federação das Indústrias
Governo Estadual
Governo Federal

Governo Municipal
Imprensa
Investidores
Mídia
Ministério da Infraestrutura (Atual Ministério de Portos e Aeroportos)
Ministério Público
Moradores
ONGs
Órgãos anuentes
Órgãos de controle
Órgãos públicos federais
Órgãos reguladores
Povos originários e tradicionais
Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários
ANTAQ
Secretarias Estaduais
Sindicatos
Sociedade civil
Tribunal de Contas do Estado

Fonte: Autoria própria baseada nos Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos.



9



## TEMAS MATERIAIS





Este capítulo compreende três tópicos. O primeiro apresenta a definição do conceito de temas materiais, os dois últimos são o resultado do seu mapeamento a partir da análise da autodeclaração das organizações portuárias em seus Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados. O capítulo está dividido em Portos Públicos e Terminais Portuários Privados por entendermos que os temas são diferentes e apresentam necessidades específicas de cada tipo de instalação portuária.

### Conceituando e Classificando Temas Materiais

Temas materiais são “temas que representam os impactos mais significativos da organização na economia, no meio ambiente e nas pessoas, inclusive impactos em seus direitos humanos.” (GRI, 2022, p.19).

Os temas estão relacionados diretamente com os **stakeholders** e com um novo posicionamento das organizações portuárias. Esse novo posicionamento reflete a necessidade de incluir no planejamento estratégico das organizações os interesses e expectativas dos **stakeholders**. Não significa que critérios de economicidade, competitividade e lucratividade devem deixar de ser considerados ou que possuem um papel menor, mas significa que as organizações portuárias devem se engajar no capitalismo de **stakeholder**.



#### DICA

*As organizações podem se inspirar no documento do Banco Mundial: Stakeholders for a Cohesive and Sustainable World: The Role of Lighthouse Projects*

A inclusão dos temas materiais nos processos de gestão repercute na produtividade das operações portuárias, pois reduz os conflitos com os **stake-**

**holders**, reduz as manifestações e paralisação das operações, melhora o engajamento dos colaboradores e **stakeholders** externos, aumenta a capacidade de atrair e reter os melhores talentos e melhora a imagem da organização perante a sociedade.



## DICA

*Para mapear e publicar os temas materiais, recomendamos revisar o mapeamento dos temas apresentados a seguir e a aplicação das normas GRI (Seção 2.2 da Norma GRI 1: Fundamentos 2021 e a Seção 1 da Norma GRI 3: Temas Material 2021)*

Os temas materiais foram classificados de acordo com as dimensões do ESG, Ambiental, Social e Governança. No entanto, alguns temas são considerados transversais com o impacto em mais de uma dimensão. Então, foram criadas duas categorias novas, uma denominada Interdisciplinar e outra chamada de Negócios, Operações e Estratégia, para abordar os temas mais relacionados a aspectos operacionais da atividade portuária e do planejamento estratégico. Não significa que esses temas materiais não têm relação com as dimensões do ESG. Apenas foi uma forma de apresentação de informações adotada pela equipe técnica, como segue.

- » **1.** Ambientais;
- » **2.** Sociais;
- » **3.** Governança;
- » **4.** Interdisciplinares;
- » **5.** Negócios, Operações e Estratégia.



## DICA

*A GRI - Global Reporting Initiative, o SSB - International Sustainability Standards Board e a Comissão Europeia (Órgão executivo da União Europeia), recomendam a adoção do conceito de Dupla Materialidade. Esse conceito consiste na análise e divulgação do impacto do clima nas operações das organizações, direcionado mais para os grupos e investidores, e o inverso, o impacto das operações das organizações no meio ambiente, mais direcionado para os outros stakeholders. Organizações mais avançadas na Sustentabilidade devem seguir adotando essa tendência e adotar o conceito de dupla materialidade.*



## DICA

*O Fórum Econômico Mundial defende a adoção do conceito de Materialidade Dinâmica. Este conceito defende que os temas materiais não podem ser trabalhados apenas no momento de diagnóstico e planejamento da sustentabilidade, ou apenas no momento de se realizar um Relato de Sustentabilidade. A pandemia do COVID-19 e as guerras aumentaram a relevância sobre a atualização dos temas materiais. Eles não devem ser um documento estanque, guardado apenas para ser usado no momento de publicar o relato. Ele deve ser um documento vivo, utilizado em várias instâncias e processos dentro da organização e continuamente atualizado.*



## Temas Materiais dos Terminais Portuários Privados

O mapeamento dos temas materiais dos Terminais Portuários Privados se baseou na autodeclaração das organizações portuárias em seus Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados. A equipe técnica do Guia não fez nenhuma alteração ou adaptação nos temas materiais.

Para os TUP's, observamos uma maior preocupação identificada em seus **stakeholders** para o tema social, com a maior quantidade de temas identificados, porém, seguido de muito perto, dos temas ambientais, conforme são apresentados a seguir.

### • Quadro 31 - Tema material - ambiental - terminais portuários privados

<b>AMBIENTAL</b>
Ações de compensação ambiental
Agroquímicos
Água
Barragens
Biodiversidade
Certificações socioambientais
Clima
Conformidade ambiental
Conservação da biodiversidade
Desmatamento zero
Ecoeficiência
Eficiência energética
Efluentes
Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEEs)
Energia
Gerenciamento e mitigação de impactos sobre a biodiversidade
Gestão dos recursos naturais e sistema alimentar resiliente
Impactos ambientais

Licenciamento ambiental nas operações
Materiais perigosos
Meio ambiente
Mitigação às mudanças do clima
Monitoramento de ruído
Mudanças climáticas
Novas práticas agrícolas
Pegada Ambiental
Prevenção de acidentes e vazamento
Qualidade do ar e poluentes
Reciclagem de sucata
Rejeitos: gestão da disposição e mitigação dos impactos causados por rompimentos
Resíduos
Resiliência climática e transição para economia de baixo carbono
Uso do Solo
Usuário confiável do ar, da terra e da água
Usuário responsável de energia, ajudando a criar um futuro com baixa emissão de carbono

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Terminais Portuários Privados.

**• Quadro 32 - Tema material - social - terminais portuários privados**

<b>SOCIAL</b>
Apoio à comunidade local
Atração e retenção de talentos
Atração, retenção e desenvolvimento de colaboradores
Comunicação ativa e transparente
Comunidades
Cultura de saúde e segurança
Cultura e gestão de pessoas
Desenvolvimento dos profissionais
Desenvolvimento humano
Desenvolvimento local, incluindo assistência emergencial para os municípios
Desenvolvimento socioeconômico e relacionamento com comunidades
Desenvolvimento das comunidades locais
Direitos humanos
Diversidade
Emprego
Engajamento e participação das comunidades
Equidade
Fornecedores
Geração de emprego e renda
Impacto econômico
Impacto socioeconômico e ambiental nas comunidades do entorno
Inclusão
Pessoas
Promoção da diversidade e defesa dos direitos humanos
Promoção de ambiente de trabalho diverso e inclusivo
Proteção às pessoas
Relacionamento com a comunidade
Relacionamento com clientes
Relacionamento com partes interessadas
Relações trabalhistas e sindicais



Saúde, segurança e bem-estar dos profissionais
Trabalho seguro, saudável e com qualidade de vida para nossos empregados
Treinamento e Capacitação
Valorização das partes interessadas

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Terminais Portuários Privados.

### • **Quadro 33 - Tema material - governança - terminais portuários privados**

GOVERNANÇA
Ambiente regulatório, abertura de mercado e concorrência
Compromisso com a Integridade
Conduta ética e íntegra
Conformidade com leis e regulamentos
Controle externo
Ética e governança corporativa
Ética e integridade
Ética e transparência
Ética nos negócios e combate à corrupção
Ética, <b>compliance</b> e transparência
Governança corporativa
Governança e <b>compliance</b>
Governança e conformidade
Governança e integridade
Integridade, ética e combate à corrupção
Ouvidoria
Posicionamento, compromissos e ambiente regulatório
Segurança e compromisso com a vida
Transparência e ética
Transparência na cadeia

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Terminais Portuários Privados.

**• Quadro 34 - Tema material - interdisciplinar - terminais portuários privados**

<b>INTERDISCIPLINAR</b>
Ações de segurança, saúde e meio ambiente
Combate à pandemia
Desenvolvimento sustentável
Desenvolvimento territorial
Gestão de riscos
Inovabilidade
Inovação
Inovação e transformação digital
Inovação nas práticas agrícolas
Inovação nos processos e produtos
Ordenamento territorial e fluvial
Origem e impacto do produto transportado
Produção segura, sustentável e responsável
Prontidão e resposta a emergências
Proteção de dutos
Qualidade e segurança do produto
Qualidade e segurança dos alimentos
Segurança de barragens
Segurança e qualidade das operações
Segurança patrimonial
Tecnologia

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Terminais Portuários Privados.

• **Quadro 35 - Tema material - negócios, operações e estratégia - terminais portuários privados**

<b>NEGÓCIOS, OPERAÇÕES E ESTRATÉGIA</b>
Cadeia de suprimentos
Capacidade de crescimento e investimentos no porto
Desempenho operacional
Desenvolvimento de negócios com criação de valor de longo prazo
Desenvolvimento econômico do complexo portuário
Fechamento de mina e uso futuro
Foco nas necessidades dos clientes
Investimentos nas operações
Novas linhas de rotas marítimas
Produtividade das operações
Reestruturação organizacional
Resiliência econômico-financeira
Resultado econômico e operacional
Segurança das operações
Sustentabilidade econômica
Sustentabilidade financeira
Transporte marítimo

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Terminais Portuários Privados.



## Temas Materiais de Portos Públicos

O mapeamento dos temas materiais dos Portos Públicos se baseou na autodeclaração das organizações portuárias em seus Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados. A equipe técnica do Guia não fez nenhuma alteração ou adaptação nos temas materiais.

Para os Portos Públicos, observamos uma maior preocupação identificada em seus **stakeholders** para o tema social, com a maior quantidade de temas identificados, porém, seguido de muito perto, do tema Negócios, Operações e Estratégia, conforme são apresentados a seguir.

### • Quadro 36 - Tema material - ambiental - portos públicos

<b>AMBIENTAL</b>
Acidentes ambientais
Água
Biodiversidade
Direitos humanos
Efluentes
Energia
Gestão de resíduos e efluentes
Proteção dos recursos naturais e biodiversidade
Resíduos

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos.

### • Quadro 37 - Tema material - social - portos públicos

<b>SOCIAL</b>
A diversidade como ponto forte
Capacitação
Comunidades locais
Contribuição para a formação de profissionais para o mercado de trabalho

Geração de renda
Gestão de pessoas
Licença maternidade e paternidade
Pessoas capacitadas gerando resultados
Plano de carreiras, cargos e salários
Recrutamento local
Relação porto-cidade e manutenção de diálogo de qualidade com as partes interessadas
Relacionamento com os clientes
Representação dos trabalhadores
Saúde e segurança do trabalhador
Segurança e saúde dos colaboradores

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos.

---

• **Quadro 38 - Tema material - governança - portos públicos**

GOVERNANÇA
Ambientes regulatórios
Governança corporativa
Anticorrupção
Governança ética e combate à corrupção
Governança, inovação e performance empresarial
Institucionalização da cultura de governança corporativa
Regularidade tributária

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade dos Portos Públicos.

### • Quadro 39 - Tema material - interdisciplinar - portos públicos

INTERDISCIPLINAR
Sustentabilidade
Inovação
Segurança das operações

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos.

### • Quadro 40 - Tema material - negócios, operações e estratégia - portos públicos

NEGÓCIOS, OPERAÇÕES E ESTRATÉGIA
Ampliação de receitas
Desenvolvimento da carteira de projetos
Contingenciamento de recursos
Desempenho Econômico
Desenvolvimento dos portos delegados
Estratégia Financeira
Impacto econômico indireto
Intermodalidade e conectividade de tráfegos marítimo, ferroviário e terrestre
Novos negócios
Sustentabilidade da empresa
Performance empresarial
Preço das <i>commodities</i>
Realfandegamento
Variação cambial

Fonte: Relatórios de Sustentabilidade e Relatos Integrados dos Portos Públicos.

# 10



## ODS





Na perspectiva da evolução da Sustentabilidade, nós observamos alguns marcos, considerando os estágios iniciais de filantropia, Desenvolvimento Sustentável, Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, **Triple Bottom Line**, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ESG.

Nessa evolução, os ODSs representam um **framework** relevante e, mesmo, um marco no comprometimento da sociedade na direção da sustentabilidade, inclusive para as organizações portuárias que possuem uma ampla possibilidade de escolhas no universo da Sustentabilidade, para as quais os ODS representam fonte de inspiração e base para seu planejamento estratégico e na institucionalização da sustentabilidade.

Nesse sentido, neste capítulo, conceituamos os ODS e, em seguida, apresentamos um mapeamento das ações realizadas nos portos sobre ODS.

O mapeamento das ações foi criado com análise documental dos Relatórios de Sustentabilidade, Relatos Integrados, Relatórios de Administração, relatórios específicos de atividades desenvolvidas no âmbito dos ODS e com o auxílio de uma pesquisa realizada por meio de formulário eletrônico.

Para a apresentação dos dados analisados sobre os ODS foram utilizadas as dimensões do ESG e foram divididas de acordo com categorias temáticas de acordo com metodologia desenvolvida pela IAPH – International Association of Ports and Harbors apresentadas no World Ports Sustainability Report 2020.

## O Que São ODS

---

O documento “Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, publicado na conferência da cúpula da ONU em Nova Iorque, em setembro de 2015, apresenta um plano de ação de dimensão internacional, tendo como base os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Dessa forma, a Agenda 2030 apresenta:

- » **A)** 17 ODS;
- » **B)** 169 metas de ação global para alcance até 2030;
- » **C)** Declaração que contém a visão, os princípios e os compromissos da Agenda 2030;
- » **D)** Formas de acompanhamento e avaliação da Agenda 2030;
- » **E)** Meios necessários para implementá-la (ONU, 2015).



O documento foi aprovado por unanimidade pelos 193 Estados-membros da ONU, no compromisso de “não deixar ninguém para trás”, em referência aos mais pobres (ROMA, 2019). Nesse sentido, Machado Filho (2016, p. 104) reforça: “É crucial buscar que os objetivos e metas sejam alcançados para todas as nações e todos os povos e para todos os segmentos da sociedade até 2030.”

A Agenda 2030 se apresenta em cinco dimensões: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parceria, conforme ilustra a Figura 2.

• **Figura 2 - Os 5 P's da Agenda 2030**



Fonte: Movimento Nacional ODS (2021).

Essas dimensões são definidas por características e objetivos apresentados a seguir.

**Pessoas:** erradicar a pobreza e a fome de todas as formas e garantir a dignidade e a igualdade; **Planeta:** proteger os recursos naturais e o clima para as gerações futuras; **Prosperidade:** assegurar que as pessoas tenham vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; **Paz:** promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; **Parcerias:** como implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida (ONU, 2015).

Os ODS integrados à Agenda 2030 se apresentam como interdependentes, sistêmicos e devem ser institucionalizados por meio do planejamento estratégico das organizações (MACHADO FILHO, 2016).

Nesse sentido, Silva (2018, p. 663) complementa afirmando que:

*É difícil analisar os ODS de forma independente um do outro, pois todos são correlacionados e têm como base o princípio da indivisibilidade dos direitos humanos, que concebe a ideia de que nenhum direito humano pode ser integralmente implementado sem que os outros direitos também o sejam. A indivisibilidade sugere uma relação que não pode ser separada sem que se perca seu significado, sua funcionalidade.*

A Figura a seguir apresenta os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

### • Figura 3 - Objetivos do desenvolvimento sustentável





Fonte: ONU (2015).

Os ODS também contemplam as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental, acrescentando um quarto pilar, que é a dimensão institucional, mais relacionada às parcerias e meios de seu atendimento. Cada uma dessas dimensões possui seus objetivos específicos.

• **Figura 4 - Dimensões dos ODS**





## DICA

*Para entender melhor os ODS, estude as informações disponíveis em:*

- <https://www.pactoglobal.org.br/ods>

*Para entender melhor os ODS no setor portuário, estude o relatório **World Ports Sustainability Report 2020 da IAPH** – **International Association of Ports and Harbors**.*

*Nenhuma organização tem condições de contribuir de forma significativa em todos os ODS. Escolha aqueles que estão mais relacionados com a sua atuação, com os temas materiais levantados pelos stakeholders e os priorize.*

Para a inserção dos ODS no planejamento estratégico das organizações, recomendamos iniciar com o mapeamento dos projetos atuais ambientais e sociais em execução, e fazer uma análise correlacionando com os ODS. Identificando como a organização hoje contribui de alguma forma para algum dos objetivos.

O segundo passo, em um estágio mais avançado na maturidade da sustentabilidade, é fazer uma análise prospectiva e descobrir quais novos projetos ambientais e sociais podem ser executados, quais temas tem mais relação com a capacidade, vocação e necessidades dos **stakeholders** da organização.

Nas próximas três seções a seguir, apresentamos um mapeamento do trabalho realizado pelos portos brasileiros com a utilização do **framework** dos ODS. Este mapeamento foi realizado por meio de uma pesquisa enviada via formulário eletrônico, por meio de relatórios específicos dos portos sobre a aplicação dos ODS em suas organizações e também com informações sobre os ODS que constam nos Relatórios de Sustentabilidade e nos Relatos Integrados. Os resultados estão divididos de acordo com as dimensões do ESG.



## ODS e a Dimensão Ambiental

---

Para a dimensão ambiental, o mapeamento nos portos brasileiros, mostrou que as ações com maior frequência de execução foram as relacionadas com os ODS 7 – Energia limpa e acessível, 13 – Ação contra a mudança global do clima e o 14 – Vida na água.

As categorias temáticas com maior incidência de ações foram poluição do ar e da água e energias renováveis.





### • Quadro 41 - ODS e a dimensão ambiental

Categorias	ODS	Ações
Aquecimento global	ODS 9 e 13 - Indústria, Inovação e Infraestrutura / Ação Contra a Mudança Global do Clima	Prevenção e adaptação da infraestrutura portuária para resistir às mudanças climáticas
	Biodiversidade	ODS 3 - Saúde e Bem-Estar
ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis		Restauração de ecossistemas, tornando o porto acessível e atrativo para as pessoas em áreas urbanas vizinhas
ODS 14 - Vida na Água		Promoção de atividades pesqueiras sustentáveis
		Apoio à pesquisa sobre uso sustentável dos recursos marítimos
ODS 15 - Vida Terrestre		Apoio a projetos locais no desenvolvimento da natureza e biodiversidade
	Recuperação e proteção da natureza e biodiversidade no entorno portuário	
	Desenvolvimento da área portuária em equilíbrio com ecossistemas	
Desmatamento	ODS 14 - Vida na Água	Proteção costeira e estuarina
	ODS 15 - Vida Terrestre	Prevenção do desmatamento por meio do uso/aquisição de certificados sustentáveis de madeira e papel

<b>Energias renováveis</b>	ODS 7 - Energia Limpa e Acessível	Fornecimento de energia em terra a partir de fontes renováveis
		Fornecimento de combustíveis mais limpos (marinhos), em um ambiente seguro e eficiente
		Investimento em equipamentos portuários energeticamente eficientes
		Otimização das operações portuárias e processos (logística, escalas).
		Apoio à pesquisa e ao desenvolvimento em tecnologia de energia limpa
	ODS 7 e 13 - Energia Limpa e Acessível/ Ação Contra a Mudança Global do Clima	Produção/Aquisição/fornecimento local de energia renovável
Incentivo a iniciativas de energia limpa de terceiros (navios, locatários e operadores), por meio de instrumentos (incentivos, cláusulas contratuais etc.)		
ODS 13 -Ação Contra a Mudança Global do Clima	Melhoria da eficiência energética do porto, suas operações, processos e serviços.	
<b>Escassez de água</b>	ODS 6 - Água Limpa e Saneamento	Minimização e otimização do consumo de água na zona portuária
		Aproveitamento da água da chuva para uso portuário
<b>Gestão de resíduos</b>	ODS 12 - Consumo e Produção Responsáveis	Gestão sustentável dos recursos naturais, produtos químicos e resíduos
		Incentivo à economia circular e reutilização industrial
		Redução do desperdício de alimentos, assim como sua perda na cadeia de produção/fornecimento

<b>Ligação de carbono</b>	ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima	Ações para redução de carbono e emissões de gases de efeito estufa na área portuária
		Prestação de serviços para reduzir emissões de gases que provocam o efeito no mar e nas hidrovias, bem como a parte do interior da cadeia de suprimentos.
	ODS 14 - Vida na Água	Redução da emissão de CO <sub>2</sub> , SO <sub>2</sub> , NO <sub>x</sub> , NH <sub>3</sub> de atividades relacionadas ao porto para evitar a acidificação dos oceanos
<b>Outras ações</b>	ODS 1 - Erradicação da Pobreza	Estabelecimento de requisitos sustentáveis para compras
	ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura	Infraestrutura que minimize o impacto ambiental das atividades portuárias
	ODS 15 - Vida Terrestre	Oferta de programas de educação ambiental aos funcionários

<b>Poluição do ar e água</b>	ODS 3 e 15 – Saúde, Bem-Estar e Vida Terrestre	Minimização de externalidades ambientais (por exemplo, poluição do ar, poluição da água, ruído) das operações portuárias e a ecologia dos portos e zonas urbanas
	ODS 3 - Saúde e Bem-Estar	Iniciativo para a mobilidade sustentável/segura e projetos que visam a diminuir o tráfego
	ODS 6 - Água Potável e Saneamento	Proteção dos ecossistemas relacionados à água (por exemplo, estuários, zonas húmidas, manguezais) e ao redor da área portuária
		Projetos que protegem os recursos de água doce (por exemplo, águas residuais e águas pluviais)
	ODS 14 - Vida na Água	Medidas para evitar que os resíduos acabem nos oceanos (por exemplo: instalações de recepção, coleta de lixo, ações de limpeza)
		Minimização da poluição da água por meio de instalações adequadas de tratamento de águas residuais
		Minimização de fatores perturbadores, como ruído subaquático para mamíferos marinhos

Fonte: Dados da pesquisa junto aos portos públicos e privados.

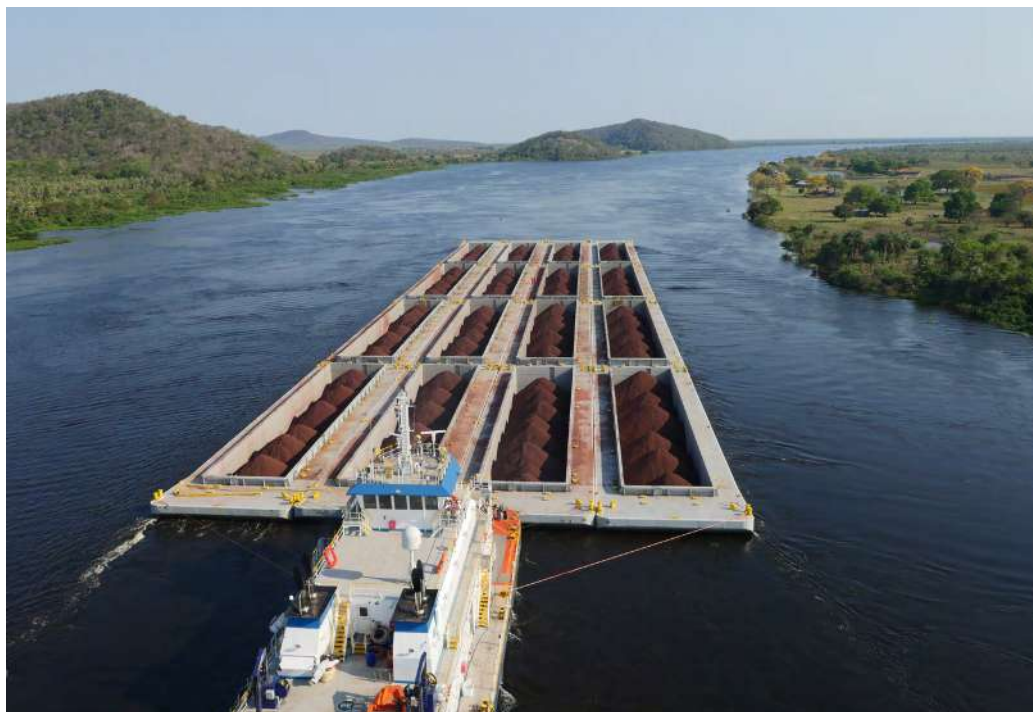
## ODS e a Dimensão Social

---

Para a dimensão social, o mapeamento nos portos brasileiros, mostrou que as ações com maior frequência de execução são as relacionadas com os ODS 4 – Educação de qualidade, 5 – Igualdade de gênero, 8 – Trabalho decente e crescimento econômico, 9 – Indústria, inovação e infraestrutura, 10 – Redução das desigualdades e 11 - Cidades e comunidades sustentáveis.

As categorias temáticas com maior incidência de ações foram relacionamento com a comunidade e diversidade da equipe.





### • Quadro 42 - ODS e a dimensão social

Categorias	ODS	Ações
<b>Condições de trabalho</b>	ODS 5 - Igualdade de Gênero	<p>Contratação e política de remuneração neutra em termos de gênero</p> <p>Nivelamento da proporção homens/mulheres no porto para operação e cargos gerenciais</p>
	ODS 6 - Água Limpa e Saneamento	Fornecimento de água potável e limpa nas instalações sanitárias para funcionários do porto e visitantes (por exemplo, tripulação de navios, motoristas de caminhões)
	ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes	Diálogo construtivo entre o empregador e funcionários

<b>Diversidade da equipe</b>	ODS 5 - Igualdade de Gênero	Treinamento e contratação de mais mulheres para posições operacionais portuárias
		Medidas que tornam o ambiente de trabalho mais atrativo para mulheres (por exemplo, banheiros separados, campanhas, política de RH familiar)
	ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Promoção do emprego, incluindo oportunidades para grupos desfavorecidos e jovens
		Alcance do crescimento econômico por meio de diversificação, inovação e modernização tecnológica
	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	Adaptação da infraestrutura portuária e dos processos para atender as demandas do mercado (como o aumento do tamanho dos navios)
	ODS 10 - Redução das Desigualdades	Busca pelo alcance à igualdade dentro do porto independente de gênero, origem, crença e convicção
		Contratação neutra de antecedentes sociais e políticas de remuneração
		As iniciativas da comunidade portuária são inclusivas, independentemente da situação socioeconômica

<b>Engajamento dos funcionários</b>	ODS 4 - Educação de qualidade	Política de competência e talento para os funcionários
		Oferta de treinamento aos profissionais portuários por meio de instituições dedicadas de ensino e pesquisa
		Incentivo e auxílio na aprendizagem ao longo da vida dos funcionários
	ODS 17 - Parceria e Meios de Implementação	Cooperação com outros portos para fins educacionais e de treinamento
<b>Qualidade do produto e crescimento econômico</b>	ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Geração de crescimento econômico de uma maneira ambientalmente sustentável
	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	Otimização digital da infraestrutura e do porto (operações/processos/serviços)
		Piloto, teste e implantação de tecnologias inovadoras de TI
		Projetos de desenvolvimento portuário sustentável
	Investimento em infraestrutura para todos os modais de transportes, permitindo uma divisão equilibrada	
	ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	Otimização de operações, processos portuários e serviços



<b>Relacionamento com a comunidade</b>	ODS 1 e 11 - Erradicação da Pobreza e Cidades e Comunidades Sustentáveis	Apoio a instituições sociais locais (por exemplo, escolas, orfanatos, ONGs)
		Apoio a comunidades locais por meio de projetos sociais direcionados ao crescimento sustentável
	ODS 3 - Saúde e Bem-Estar	Conscientização sobre saúde e segurança de funcionários e comunidades locais, por meio de treinamento, transparência e comunicação sobre riscos de saúde e segurança
		Melhora da segurança e proteção portuária e mitigação de riscos
	ODS 4 - Educação de Qualidade	Criação de sinergias com universidades em projetos de pesquisa e desenvolvimento portuário
		Cooperação com as escolas locais, universidades e centros de pesquisa em programas educacionais, estágios e visitas portuárias.
	ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Garantia que o crescimento econômico impacta as comunidades locais econômica e socialmente.
	ODS 10 - Redução das Desigualdades	Apoio financeiro às comunidades locais carentes e projetos sociais direcionados ao crescimento sustentável das comunidades vizinhas
	ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis	Minimização de externalidades ambientais das operações portuárias para a comunidade
		Planejamento de recuperação de desastres
Programas de envolvimento da comunidade		

<b>Segurança e saúde</b>	ODS 1 - Erradicação da Pobreza	Estabelecimento de um bom salário-mínimo para os funcionários portuários e incentivo a semelhantes práticas na comunidade portuária
	ODS 3 - Saúde e Bem-Estar	Sensibilização e ações contra o uso de substâncias viciantes (por exemplo, tabaco, álcool, drogas)
	ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico	Luta por condições de trabalho saudáveis e ambiente seguro para todos: ações específicas relacionadas com a segurança e a ergonomia, criando um bom equilíbrio na relação trabalho/vida
	ODS 11 - Cidades e comunidades Sustentáveis	Melhora da mobilidade sustentável, reduzindo o congestionamento para funcionários, comunidades e cargas
	ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Fortes	Implantação de medidas de segurança cibernética, comerciais e operacionais, com proteção de dados, inclusive pessoais

Fonte: Dados da pesquisa junto aos portos públicos e privados.

## ODS e a Dimensão de Governança

Para a dimensão de governança, o mapeamento nos portos brasileiros, mostrou que as ações com maior frequência de execução foram as relacionadas com os ODS 16 – Paz, justiça e instituições eficazes e ODS 17 – Parcerias e meios de implementação.

As categorias temáticas com maior incidência de ações foram conduta corporativa, ética nos negócios e relação com entidades do governo e políticos.



### • Quadro 43 - ODS e a dimensão de governança

Categories	ODS	Ações
Composição da Diretoria e do Conselho	ODS 1 - Erradicação da Pobreza	Estabelecimento de padrões éticos em toda cadeia de suprimentos
Conduta corporativa	ODS 5 - Igualdade de Gênero	Promoção de mulheres para cargos de liderança
	ODS 9 - Indústria, inovação e infraestrutura	Desenvolvimento de políticas sustentáveis apoiadas em indicadores de desempenho
	ODS 10 - Desigualdades reduzidas	Comprometimento e responsabilidade pela aplicação de padrões éticos em toda cadeia de suprimentos
	ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes	Boa governança (política clara, análise de <i>stakeholders</i> , medidas bem definidas, boa comunicação)
Comunicação transparente (interna e externa)		

<b>Ética nos negócios</b>	ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico	Comprometimento e responsabilidade de aplicar padrões de ética de ponta a ponta nas cadeias de suprimentos (por exemplo, condições de trabalho e direitos humanos nos países em desenvolvimento)
	ODS 10 - Desigualdades reduzidas	Ética em investimentos
	ODS 12 - Consumo e produção responsáveis	Implantação de compras responsáveis e investimentos sustentáveis na área de gestão e desenvolvimento
	ODS 17 - Parceria e Meios de Implementação	Parceria com outros portos e <b>stakeholders</b> nas cadeias logísticas, em projetos conjuntos de interesse comum
Estabelecimento de parcerias nas cadeias de suprimentos para garantir os valores de Responsabilidade Socioempresarial em toda cadeia		
<b>Existência de um canal de denúncias</b>	ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes	Disponibilidade de uma linha direta para reclamações

<b>Relação com entidades do governo e políticos</b>	ODS 16 - Paz, justiça e instituições fortes	Diálogo aberto e colaboração com todas as partes interessadas (órgãos do governo e entidades locais)
		Iniciativas de promoção da paz
	ODS 17 - Parceria e Meios de Implementação	Parcerias público-privadas para financiamento e implantação de projetos de sustentabilidade
		Projetos conjuntos de pesquisa e desenvolvimento, envolvendo as partes interessadas portuárias, academia, indústria e autoridades
	Parcerias com comunidades locais para iniciativas de relacionamento porto-cidade	

Fonte: Dados da pesquisa junto aos portos públicos e privados.



# 11



## REGULAMENTAÇÃO





**E**ste capítulo apresenta as principais legislações afetas aos princípios de melhores práticas em uma gestão sustentável no setor portuário.



A pesquisa realizada concentrou-se no levantamento das leis federais e normativos expedidos pelos órgãos do Poder Executivo do segmento de infraestrutura, entre outros, com atuação no setor portuário nacional. Cumpre destacar que a complexidade do setor e o seu dinamismo não se esgota nesse conjunto de leis. Ou seja, é necessário, sempre que oportuno, pesquisar atualizações do arcabouço legal do setor.

Este capítulo não apresenta a relação das leis estaduais e municipais dado seu volume e para a objetividade do Guia, como norteador dos agentes do setor portuário engajados na gestão ESG. Logicamente, legislações locais devem ser identificadas e atendidas.

A regulamentação foi dividida de acordo com as dimensões do ESG e também foi feita uma correlação com temáticas específicas e os ODS.



## Regulamentação Ambiental

As legislações apresentadas se referem aos temas: Áreas de preservação; Proteção à fauna; Meio Ambiente; Inclusão; Porto Cidade; Sustentabilidade; Recursos hídricos; Política ambiental; Áreas de Proteção; Responsabilidade ambiental; Impacto ambiental; Governança; Política Costeira; Licenciamento Ambiental; Fiscalização; Punições; Unidades de Conservação; Crédito de carbono; Efeito estufa; Gestão Ambiental; Energia Renovável; Política Nacional de Resíduos Sólidos; Cooperação e Dragagem.

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 – PROTEÇÃO DAS FLORESTAS</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo – Ementa	Determina a proteção de florestas nativas e define como áreas de preservação permanente (onde a conservação da vegetação é obrigatória): uma faixa de 10 a 500 m nas margens dos rios (dependendo da largura do curso d' água), à beira de lagos e de reservatórios de água, nos topos de morro, encostas com declividade superior a 45° e locais acima de 1800 m de altitude. Também exige que propriedades rurais da região Sudeste do País preservem 20% da cobertura arbórea, devendo tal reserva ser averbada no registro de imóveis, a partir disso fica proibido o desmatamento, mesmo que a área seja vendida ou repartida. As sanções que existiam na lei foram criminalizadas a partir da Lei dos Crimes Ambientais, de 1998. Lei de Fauna (Lei 5.197 – 1967).
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Áreas de preservação
ODS	11 - 15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 5.197, DE 3 DE JANEIRO DE 1967.</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Proteção à fauna
ODS	15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979.</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano.
Dimensão ESG	Ambiental e Social
Tema	Meio Ambiente - Inclusão – Porto Cidade
ODS	11 – 15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.433/97 - POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Institui a Política e o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, condiciona a intervenção em águas públicas à autorização do órgão competente. Institui a cobrança pelo uso da água por ser um recurso natural limitado e que possui alto valor econômico.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade – Recursos hídricos
ODS	3 – 6 – 12

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências. Foi a primeira Lei Federal a abordar o meio ambiente como um todo.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Política ambiental
ODS	3 - 13 – 15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 6.902, DE 27 DE ABRIL DE 1981 - ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade – Áreas de Proteção
ODS	15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 7.347 DE 24 DE JULHO DE 1985 – AÇÃO CIVIL PÚBLICA</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Responsabilidade ambiental
ODS	3 -10 – 16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 01, DE 23 DE JANEIRO DE 1986</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pelo Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente
Resumo - Ementa	Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população; II - as atividades sociais e econômicas; III - a biota; IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; V - a qualidade dos recursos ambientais
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade – Impacto ambiental
ODS	3 – 13 – 14 – 15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 7661, DE 16 DE MAIO DE 1988 - GERENCIAMENTO COSTEIRO</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Regulamentada pela Resolução nº 01 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar em 21/12/1990, essa lei traz as diretrizes para criar o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. O gerenciamento costeiro deve obedecer às normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Governança - Meio Ambiente – Política Costeira
ODS	11

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 7.735, DE 22 DE FEVEREIRO DE 1989 – CRIAÇÃO DO IBAMA</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Governança Ambiental
ODS	14 - 17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991 – POLÍTICA AGRÍCOLA</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a política agrícola.
Dimensão ESG	Ambiental e Governança
Tema	Governança – Meio Ambiente – Política
ODS	1 – 2

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237/1997 – LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pelo Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente
Resumo - Ementa	A licença ambiental é o documento que auxilia o planejamento, implantação e a ação de qualquer atividade que utiliza recursos naturais; consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras; que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. (Licença ambiental prévia, Licença ambiental de instalação, Licença ambiental de operação e Licença de Correção).
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Licenciamento Ambiental - Sustentabilidade
ODS	13 – 14 – 15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 - LEI DE CRIMES AMBIENTAIS</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.
Dimensão ESG	Ambiental e Governança
Tema	Governança – Meio ambiente – Fiscalização - Punições
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.605/98 – CRIMES AMBIENTAIS</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Fiscalização ambiental
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.985 DE 18 DE JULHO DE 2000 - SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade - Unidades de Conservação
ODS	15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 2.652, DE 1º DE JULHO DE 1998</b>
TIPO – ESPÉCIE	Decreto Presidencial
RESUMO - EMENTA	Promulga a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, assinada em Nova York, em 9 de maio de 1992.
DIMENSÃO ESG	Ambiental
TEMA	Meio Ambiente – Sustentabilidade - Crédito de carbono – Efeito estufa
ODS	13 – 3

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.966, “MARPOL” 28 DE ABRIL DE 2000</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Sustentabilidade – Meio Ambiente – Fiscalização
ODS	6 – 13 – 14

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 306, DE 5 DE JULHO DE 2002</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pelo Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente
Resumo - Ementa	Estabelece os requisitos mínimos para avaliação do Sistema de Gestão e Controle Ambiental em portos organizados e instalações portuárias, para o termo de referência e para realização de auditorias ambientais.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Gestão Ambiental
ODS	9

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 4.871, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2003</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a instituição dos Planos de Áreas para o combate à poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Gestão Ambiental – Plano de Área
ODS	14

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO CONAMA N° 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005.</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pelo Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente - Energia Renovável
ODS	6 – 13 – 14

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO CONAMA N° 398, DE 11 DE JUNHO DE 2008</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pelo Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o conteúdo mínimo do Plano de Emergência Individual para incidentes de poluição por óleo em águas sob jurisdição nacional, originados em portos organizados, instalações portuárias, terminais, dutos, sondas terrestres, plataformas e suas instalações de apoio, refinarias, estaleiros, marinas, clubes náuticos e instalações similares, e orienta a sua elaboração.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente
ODS	11 - 14

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI N° 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo – Ementa	Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade – crédito de carbono – efeito estufa
ODS	3 – 13

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.114, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009 -</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, altera os arts. 6o e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e dá outras providências.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade - Crédito de carbono – Efeito estufa
ODS	3 – 13

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010 - POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS (PNRS)</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Estabelece princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, e define as responsabilidades dos geradores e do poder público.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade - Política Nacional de Resíduos Sólidos
ODS	13 – 14 – 15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 140 DE 8 DE DEZEMBRO DE 2011</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Aborda aspectos acerca das licenças ambientais. Fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora; e altera a Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Dimensão ESG	Ambiental e Governança
Tema	Governança – Meio Ambiente – Cooperação entre entes
ODS	9



<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 430, DE 13 DE MAIO DE 2011</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pelo Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente
Resumo - Ementa	<p>Dispõe sobre condições, parâmetros, padrões e diretrizes para gestão do lançamento de efluentes em corpos de água receptores, alterando parcialmente e complementando a Resolução nº 357, de 17 de março de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente-CO-NAMA.</p> <p>Estabelece os parâmetros de lançamento de efluentes para substâncias inorgânicas e orgânicas, conforme previsto na legislação, tendo como premissa o acompanhamento das condições estabelecidas pela evolução tecnológica ocorrida nos tratamentos, tendo sido dado ênfase ao estabelecimento de novas condições e padrões de lançamento para o setor de saneamento, compatibilizando a política de saneamento do governo e as tecnologias utilizadas no país para esse fim, com as diretrizes da legislação ambiental vigente.</p>
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Energia Renovável
ODS	3 – 6 - 12

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>PORTARIA Nº 424, DE 26 DE OUTUBROS DE 2011</b>
Tipo – Espécie	Portaria expedida pelo Ministério do Meio Ambiente
Resumo - Ementa	O licenciamento ambiental atesta publicamente que o operador possui a capacidade de garantir que suas atividades estão sendo desenvolvidas em conformidade com a legislação ambiental, em observância à qualidade ambiental dos recursos naturais e à sua sustentabilidade.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade
ODS	9 – 15 – 17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.651/12 – NOVO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989 e dá outras providências.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade – Preservação ambiental
ODS	15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 454, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2012.</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pelo Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente
Resumo - Ementa	Estabelece as diretrizes gerais e os procedimentos referenciais para o gerenciamento do material a ser dragado em águas sob jurisdição nacional.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Dragagem
ODS	9

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 9.172, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Institui o Sistema de Registro Nacional de Emissões - Sirene, dispõe sobre os instrumentos da Política Nacional sobre Mudança do Clima a que se refere o inciso XIII, do caput do art. 6º, da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, e altera o Decreto nº 7.390, de 9 de dezembro de 2010, que regulamenta a referida Política.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade - Crédito de carbono – Efeito estufa
ODS	3 – 7 – 13 – 15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO CONAMA Nº 491, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2018</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pelo Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente – Ministério do Meio Ambiente
Resumo - Ementa	Dispõe sobre padrões de qualidade do ar
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Efeito Estufa – Crédito De Carbono
ODS	11 - 13

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 9.578, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.114, de 9 de dezembro de 2009, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de que trata a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade - Crédito de carbono – Efeito estufa
ODS	3 – 7 – 13

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 10.845, DE 25 DE OUTUBRO DE 2021</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade - Crédito de carbono – Efeito estufa
ODS	3 – 7 – 13 – 15

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 11.075, DE 19 DE MAIO DE 2022</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo – Ementa	Estabelece os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas, institui o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa e altera o Decreto nº 11.003, de 21 de março de 2022.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade - Crédito de carbono – Efeito estufa
ODS	3 – 7 - 13

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 11.003, DE 21 DE MARÇO DE 2022</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	DECRETO Nº 11.003, DE 21 DE MARÇO DE 2022 - Institui a Estratégia Federal de Incentivo ao Uso Sustentável de Biogás e Biometano.
Dimensão ESG	Ambiental
Tema	Meio Ambiente – Sustentabilidade - Crédito de carbono – Efeito estufa
ODS	3 – 7 – 13

## Regulamentação Social

As legislações apresentadas se referem aos temas: Porto-cidade; Direitos Humanos; Governança; Responsabilidade social corporativa e Equidade.

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 6.803, DE JULHO DE 1980 - ZONEAMENTO INDUSTRIAL</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição e dá outras providências.
Dimensão ESG	Social
Tema	Porto cidade
ODS	8 – 9

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
Dimensão ESG	Social
Tema	Direitos Humanos
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE NOVEMBRO DE 1999.</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.
Dimensão ESG	Social
Tema	Direitos Humanos
ODS	10

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.852, DE 5 DE AGOSTO DE 2013</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.
Dimensão ESG	Social

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.986, DE 2 DE JUNHO DE 2014.</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Transforma o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana em Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH; revoga as Leis nºs 4.319, de 16 de março de 1964, e 5.763, de 15 de dezembro de 1971 e dá outras providências.
Dimensão ESG	Social
Tema	Direitos Humanos
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015 – ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
Dimensão ESG	Social
Tema	Direitos Humanos
ODS	10

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>ATO CONJUNTO TST.CSJT.GP NO 8, DE 21 DE MARÇO DE 2019</b>
Tipo – Espécie	Documento expedido pelo Superior Tribunal do Trabalho
Resumo - Ementa	Institui a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral no Tribunal Superior do Trabalho e no Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
Dimensão ESG	Social
Tema	Direitos Humanos
ODS	5 – 10

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 14.047, DE 24 DE AGOSTO DE 2020</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre medidas de mitigação dos efeitos da pandemia de covid-19 no setor portuário e aeronáutico, especialmente o afastamento e a indenização de trabalhadores avulsos integrantes de grupos de risco ou com sintomas de contaminação por coronavírus.
Dimensão ESG	Social e Ambiental
Tema	Governança – Direitos Humanos – Responsabilidade social corporativa
ODS	3 – 8

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>NR 29 - NORMA REGULAMENTADORA DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO PORTUÁRIO. - MTP Nº 671, DE 30 DE MARÇO DE 2022, ATUALIZADA PELA PORTARIA SSST Nº 53.</b>
Tipo – Espécie	Portaria expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência
Resumo - Ementa	Define as diretrizes de segurança e saúde do trabalhador portuário
Dimensão ESG	Social
Tema	Equidade - Responsabilidade social corporativa – Direitos Humanos
ODS	8

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>MTP Nº 671, DE 30 DE MARÇO DE 2022, ATUALIZADA PELA PORTARIA SSST Nº 53.</b>
Tipo – Espécie	Portaria expedida pelo Ministério do Trabalho e Previdência
Resumo - Ementa	Define as diretrizes de segurança e saúde do trabalhador portuário
Dimensão ESG	Social
Tema	Equidade - Responsabilidade social corporativa – Direitos Humanos
ODS	8

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS</b>
Tipo – Espécie	Acordo Internacional
Resumo - Ementa	Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III), em 10 de dezembro 1948.
Dimensão ESG	Social
Tema	Direitos Humanos
ODS	16

## Regulamentação de Governança

---

As legislações apresentadas se referem aos temas: Patrimônio Cultural; Governança; **Compliance**; Integridade; Contratos; Operação portuária; Transparência; Administração portuária; Transporte Aquaviário; Segurança; Agências reguladoras; Riscos; Corrupção; Aduana; Conflito de interesse; Exploração de instalações portuárias; Relação Porto-cidade; Estudos de viabilidade e Transporte ferroviário.



<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 – PATRIMÔNIO CULTURAL</b>
Tipo – Espécie	Decreto Federal
Resumo - Ementa	Este decreto organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, incluindo como patrimônio nacional os bens de valor etnográfico, arqueológico, os monumentos naturais, além dos sítios e paisagens de valor notável pela natureza ou a partir de uma intervenção humana. A partir do tombamento de um desses bens, fica proibida sua destruição, demolição ou mutilação sem prévia autorização do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que também deve ser previamente notificado, em caso de dificuldade financeira para a conservação do bem. Qualquer atentado contra um bem tombado equivale a um atentado ao patrimônio nacional.
Dimensão ESG	Social
Tema	Patrimônio Cultural
ODS	11 – 17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 8. 429, 2 DE JUNHO DE 1992 – LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Esta lei dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – <b>Compliance</b> – Integridade
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 - LEI DE LICITAÇÕES</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança - Contratos
ODS	9 – 16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – <b>Compliance</b> - Integridade
ODS	8 – 16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 1.171, DE 22 DE JUNHO DE 1994.</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Este é o decreto que estabelece o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Nele são delineados os princípios e valores que devem ser seguidos ao exercer sua função, inclusive o de denunciar ações ilegais.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – <b>Compliance</b> - Integridade
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 8.987, 13 DE FEVEREIRO DE 1995 – LEI DE CONCESSÕES</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal (arrendamento portuário).
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Operação portuária
ODS	17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995.</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de Serviços.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência – Operação portuária
ODS	8 – 17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.277, 10 DE MAIO DE 1996</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Autoriza a União a delegar aos municípios, estados da Federação e ao Distrito Federal a administração e exploração de rodovias e portos federais.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Administração portuária
ODS	17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.432, 8 DE JANEIRO DE 1997</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário. Essa Lei se aplica: I - aos armadores, às empresas de navegação e às embarcações brasileiras; II - às embarcações estrangeiras afetadas por armadores brasileiros; III - aos armadores, às empresas de navegação e às embarcações estrangeiras, quando amparados por acordos firmados pela União.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transporte Aquaviário
ODS	13 – 14

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.537, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1997 - LEI DE SEGURANÇA DO TRÁFEGO AQUAVIÁRIO</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Segurança – Transporte aquaviário
ODS	

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.611, 19 DE FEVEREIRO DE 1998</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o Transporte Multimodal de Cargas.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Relação porto cidade, responsabilidade social corporativa
ODS	9 – 11 – 13

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.719, 27 DE NOVEMBRO DE 1998</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário.
Dimensão ESG	Governança e Social
Tema	Direitos humanos – governança – responsabilidade social corporativa
ODS	8 -3

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.612, DE MARÇO DE 1998 - LEI DE PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO.</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	<b>Compliance</b> – Governança - Integridade
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999.</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Agência reguladora
ODS	6 – 11 - 12

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 3.678, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2000</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Promulga a Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais, concluída em Paris, em 17 de dezembro de 1997.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência - <b>Compliance</b>
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	A lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Ela impõe ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Riscos
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002 – LEI DO PREGÃO ELETRÔNICO</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO PRESIDENCIAL Nº 4.410/2002 – CONVENÇÃO INTERAMERICANA CONTRA A CORRUPÇÃO (OEA)</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Promulga a Convenção Interamericana contra a Corrupção, de 29 de março de 1996, com reserva para o art. XI, parágrafo 1o, inciso “c”.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência – <b>Compliance</b> - Corrupção
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 5.480, DE 30 DE JUNHO DE 2005</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Este é o texto que dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. Nele se define que o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal compreende as atividades relacionadas à prevenção e apuração de irregularidades, no âmbito do Poder Executivo Federal, por meio da instauração e condução de procedimentos correicionais.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança– <b>Compliance</b> - Integridade
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO PRESIDENCIAL Nº 5.687, DE 31 DE JANEIRO DE 2006</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Promulga a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, adotada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 31 de outubro de 2003, e assinada pelo Brasil em 9 de dezembro de 2003.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência – <b>Compliance</b> - Corrupção
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 6759, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2009</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Regulamenta a administração das atividades aduaneiras e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Aduana
ODS	16 – 17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI COMPLEMENTAR Nº 135, DE 4 DE JUNHO DE 2010 – LEI DA FICHA LIMPA</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Altera a Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o § 9º do art. 14 da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências, para incluir hipóteses de inelegibilidade que visam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência – <b>Compliance</b> – Integridade
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA DO TCU Nº 63, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.</b>
Tipo – Espécie	Instrução normativa expedida pelo Tribunal de Contas da União
Resumo - Ementa	Estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência
ODS	16



<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.462, DE 4 DE AGOSTO DE 2011 - REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - RDC</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; <b>altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003</b> , que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; <b>altera as Leis 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.</b>
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Contratação - Transparência
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011 - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LAI).</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – transparência - <i>Compliance</i>
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 7724, DE 16 DE MAIO DE 2012</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Regulamenta a <b>Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011</b> , que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Transparência – Governança
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 – LEI ANTICORRUPÇÃO</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo – Ementa	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência - <b>Compliance</b>
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 - LEI ANTICORRUPÇÃO</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo – Ementa	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas, pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência – <b>Compliance</b> - Integridade
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013.</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Esta lei dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo Federal. É outra importante legislação que é fundamental para direcionar não só a conduta do agente público, como o controle que o órgão tem sobre seus funcionários.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – <b>Compliance</b> – Conflito de interesse
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.815/2013 – NOVA LEI DOS PORTOS</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários; altera as Leis 5.025, de 10 de junho de 1966, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.683, de 28 de maio de 2003, 9.719, de 27 de novembro de 1998, e 8.213, de 24 de julho de 1991; revoga as Leis 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, e 11.610, de 12 de dezembro de 2007, e dispositivos das Leis 11.314, de 3 de julho de 2006, e 11.518, de 5 de setembro de 2007, e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Exploração de instalações portuárias
ODS	8 – 9

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 8.033, DE 27 DE JUNHO DE 2013</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Regulamenta o disposto na Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, e as demais disposições legais que regulam a exploração de portos organizados e de instalações portuárias.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Exploração de instalações portuárias
ODS	8 – 9

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 12.846, DE 1º DE AGOSTO DE 2013 - COMPLIANCE E RESPONSABILIDADE PENAL</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e dá outras providências.
Dimensão ESG	Governança
Tema	<b>Compliance</b> – Governança
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO DA ANTAQ Nº 3.220, DE 8 DE JANEIRO DE 2014</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
Resumo - ementa	Estabelece os procedimentos para a elaboração de projetos de arrendamentos e a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos portos organizados.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança - Relação Porto cidade
ODS	8 – 9 – 11 – 16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO DA ANTAQ Nº 7, DE 31 DE MAIO DE 2016</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
Resumo - Ementa	Norma que regula a exploração de áreas e instalações portuárias sob gestão da administração do porto, no âmbito dos portos organizados.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança - Relação Porto cidade
ODS	8 – 9 – 17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 – LEI DAS ESTATAIS</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência - <i>Compliance</i>
ODS	8 – 9 – 17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 13.303, DE 30 DE JUNHO DE 2016 - ESTATUTO DAS ESTATAIS</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança - <i>Compliance</i>
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 9.203, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017</b>
Tipo – Espécie	Decreto presidencial
Resumo - Ementa	Este decreto dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Esclarece quais os princípios e diretrizes da boa governança pública, como integridade, confiabilidade, prestação de contas e responsabilidade.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – <b>Compliance</b> – Integridade
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência - <b>Compliance</b>
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança - contratações
ODS	8 - 9

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 13.848, DE 25 DE JUNHO DE 2019</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo – Ementa	Esta é nova lei das agências reguladoras, que dispõe sobre a gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das agências reguladoras.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Agências reguladoras
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA CGU Nº 13, DE 8 DE AGOSTO DE 2019</b>
Tipo – Espécie	Instrução Normativa expedida pela Controladoria Geral da União
Resumo - Ementa	A Instrução normativa nº 13, de 08 de agosto de 2019, da CGU, estabelece os procedimentos para apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas de que trata a Lei nº 12.846, de 01 de agosto de 2013, a serem observados pelos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência - <i>Compliance</i>
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>PORTARIA RFB Nº 490, DE 14 DE MARÇO DE 2019.</b>
Tipo – Espécie	Portaria Expedida pela Receita Federal do Brasil
Resumo - ementa	Define padrões acerca da licitação, permissão ou concessão de prestação de serviço público de movimentação e armazenagem de mercadorias que estejam sob controle aduaneiro, em terminais alfandegados de uso público, porto seco, e o método de avaliação da permissonária ou concessionária do serviço público.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Operação portuária
ODS	8 – 9 - 16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO DA ANTAQ Nº 7823, DE 18 DE JUNHO DE 2020</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
Resumo - ementa	Cessão onerosa em portos organizados.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança - Relação Porto cidade
ODS	8 – 9 - 11 - 17

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO DA ANTAQ Nº 7821, DE 19 DE JUNHO DE 2020</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
Resumo - ementa	Dispõe sobre os procedimentos para elaboração da versão simplificada dos estudos prévios mencionados no art. 6º, § 1º, inciso IV, do decreto nº 8.033, de 2013.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Estudos de viabilidade
ODS	9

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>PORTARIA CGU Nº 1.214, DE 9 DE JUNHO DE 2020.</b>
Tipo – Espécie	Portaria Expedida pela Controladoria Geral da União
Resumo – Ementa	Estabelece os requisitos e procedimentos de reabilitação de empresas ou pessoas declaradas inidôneas nos termos da <b>Lei 8.666/2013 (Lei de Licitações). Decreto 8.420/2015</b> , que regulamenta a <b>Lei 12.846/2013</b> .
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança - <b>Compliance</b>
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021 – LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	A lei insere-se em um conjunto de diplomas legais, com o intuito de favorecer os procedimentos licitatórios das empresas que dispõem de programas de <b>Compliance</b> .
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência – <b>Compliance</b> - Contratação
ODS	16



<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO DA ANTAQ Nº 64, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ
Resumo - ementa	Regulamenta a contratação de uso temporário de áreas e instalações portuárias localizadas na poligonal do porto organizado.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança - Relação Porto cidade
ODS	9 – 11

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. – NOVA LEI DE LICITAÇÕES</b>
Tipo – Espécie	Lei Federal
Resumo - Ementa	Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange: I - os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa; II - os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública. § 1º Não são abrangidas por essa Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência
ODS	8 – 9

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>DECRETO Nº 11.129, DE 11 DE JULHO DE 2022</b>
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. (Substitui o Decreto nº 8420/2015)
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência - <b>Compliance</b>
ODS	16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO DA ANTAQ Nº 71, DE 30 DE MARÇO DE 2022</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
Resumo - ementa	Estabelece os procedimentos para autorização de construção e exploração de terminal de uso privado, de estação de transbordo de carga, de instalação portuária pública de pequeno porte e de instalação portuária de turismo.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança
ODS	8 – 9 - 11 - 16

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO DA ANTAQ Nº 85, DE 18 DE AGOSTO DE 2022</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
Resumo - ementa	Estabelece procedimentos para a elaboração e análise de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de arrendamento de áreas e instalações portuárias nos portos organizados.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Estudos de viabilidade
ODS	8 – 9

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	<b>RESOLUÇÃO DA ANTAQ Nº 75, DE 2 DE JUNHO DE 2022</b>
Tipo – Espécie	Resolução expedida pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
Resumo - ementa	Dispõe sobre a fiscalização da prestação dos serviços portuários e estabelece infrações administrativas.
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Operação portuária
ODS	9 - 16

IDENTIFICAÇÃO	DECRETO Nº 11.243, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	Dispõe sobre as medidas a serem adotadas para a <b>promoção de boas práticas regulatórias no âmbito do Poder Executivo federal</b> , para atender ao Anexo II ao Protocolo ao Acordo de Comércio e Cooperação Econômica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América Relacionado a Regras Comerciais e de Transparência, promulgado pelo <b>Decreto nº 11.092, de 8 de junho de 2022, e altera o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e o Decreto nº 10.411, de 30 de junho de 2020.</b>
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transparência - Regulação
ODS	8 e 17

IDENTIFICAÇÃO	DECRETO Nº 11.245, DE 21 DE OUTUBRO DE 2022.
Tipo – Espécie	Decreto Presidencial
Resumo - Ementa	<b>Regulamenta a Lei nº 14.273</b> , de 23 de dezembro de 2021, no âmbito da administração pública federal, institui o Programa de Desenvolvimento Ferroviário, e altera o <b>Decreto nº 8.428, de 2 de abril de 2015.</b>
Dimensão ESG	Governança
Tema	Governança – Transporte ferroviário
ODS	8 e 9

# 12



## RELAÇÃO PORTO-CIDADE



Este capítulo apresenta o conceito e visão moderna das relações porto-cidade, sua interconexão com os ODS e o contexto do ESG, de modo a representar uma nova função e o posicionamento histórico dos portos para com as pessoas, o meio ambiente e a infraestrutura das cidades.

## Conceituando a Relação Porto-Cidade

De acordo com Damasceno (2009), a atividade portuária está inserida em um ambiente complexo, em constante reorganização, relações intensas de globalização, além de interesses ora divergentes, ora convergentes, dos **stakeholders**, com implicações nas relações porto-cidade. Nesse sentido, comenta Oliveira (2011, p. 9):

*Um ponto essencial para entender a relação porto cidade é que não se trata de uma linha, de uma fronteira claramente definida em um mapa ou plano que irá marcar a ruptura entre dois mundos diferentes, com formas totalmente diferentes de funcionamento. É muito mais uma questão de superfície, naturalmente estendida longitudinalmente, mas que possui uma certa profundidade e que nem sempre é homogênea.*

Existe uma forte relação de interdependência entre portos e cidades na dinâmica das atividades portuárias, com implicações sociais, ambientais e legais. Ornelas (2008) define a relação porto-cidade como um fluxo e processo de interação de vínculos funcionais entre as instalações portuárias e as cidades. Esses vínculos envolvem atividades industriais, comerciais, de transporte, mobilidade e a relação espacial entre os dois grupos. O autor complementa:

*A relação porto/cidade centra-se, de modo geral, fundamentalmente na zona urbano costeira, ou seja, na interface entre o porto e a cidade onde o mesmo está localizado. Tal relação baseia-se, sobretudo, e vínculos funcionais e espaciais, ou seja, na relação existente entre o porto e a cidade em razão de atividades industriais, comerciais, de transporte e da proximidade espacial entre eles. (ORNELAS, 2008, p. 21).*

De acordo Wiegmans e Louw, 2012, a relação porto-cidade está ligada à forma e função do porto e o espaço com o qual ele se relaciona e é visto como uma sucessão cronológica de distintas fases. Ele explica que cada uma das “eras” foi marcada pelo crescimento do volume de transporte ou avanços técnicos no transporte de mercadorias, por via marítima ou do manuseio nos portos. Em cada época, as novas instalações portuárias foram construídas mais afastadas do que as instalações da antiga ‘era’, resultando em uma crescente separação geográfica do porto e cidade. Em outras eras, as instalações portuárias foram construídas mais próximas às regiões urbanas ou as regiões urbanas foram crescendo em direção às instalações portuárias, provocando entre outros, conflitos espaciais. Essas relações foram como um pêndulo, ora se distanciando fisicamente e socialmente, ora se aproximando e gerando sinergias.

Para Hoyle (1988), a separação e distanciamento entre portos e cidades estão relacionados a três fatores:

**Tecnológicos:** surgimento de grandes embarcações, desenvolvimento de terminais e generalização do uso de contêineres, e de métodos modernos de movimentação de cargas; **Espacial:** o tamanho dos portos modernos exige um vasto espaço de terra e água; **Socioeconômicos:** o declínio dos empregos relacionados aos portos nas cidades portuárias e as perspectivas ambientais relacionadas aos portos industriais completam os fatores.

A relação porto-cidade no contexto do ESG se relaciona com um novo posicionamento das organizações portuárias, ao capitalismo de **stakeholders**, mudanças climáticas e a uma nova mentalidade dos gestores. Nesse sentido, podemos afirmar que há uma moderna relação porto-cidade, como segue:

*Podemos definir a moderna relação porto-cidade como um processo de design social cooperativo, colaborativo e com criação entre agentes das instalações portuárias e representantes dos stakeholders. Este novo design social tem duplo objetivo. Primeiro, mitigar os impactos negativos da atividade portuária nas cidades, principalmente em relação aos conflitos na ocupação do espaço urbano, problemas envolvendo transporte e logística na interação entre porto e cidade, impactos ambientais, conflitos no mercado de trabalho e assimetrias informacionais. Segundo, potencializar os impactos positivos da atividade portuária nas cidades, principalmente em relação ao mercado de trabalho, desenvolvimento regional, desenvolvimento tecnológico, inovação, investimento estrangeiro direto, criação e expansão de cadeias produtivas e impactos sociais nas comunidades (CUTRIM, 2022, p. 72-73).*

## Relação Porto-Cidade e ODS

---

Uma importante fonte de informação e inspiração para entendimento de uma moderna relação porto-cidade é o trabalho realizado pela Associação Internacional de Cidades e Portos (AIVP), que tem como missão melhorar as relações entre as cidades e os portos, promovendo o diálogo e a cooperação.

A AIVP tem como visão trabalhar em conjunto para construir uma cidade portuária que respeite as necessidades e expectativas de todas as partes interessadas: comunidades locais, autoridades portuárias, cidadãos e operadores econômicos.

Essa visão e missão representam uma evolução da relação porto-cidade, onde as pessoas e suas cidades apresentam o papel central na relação com as organizações portuárias, e estão diretamente ligadas com o novo contexto do ESG.

A AIVP, agência com sede na França, foi fundada em 1988, congrega 190 entidades portuárias, elaborou em 2018, na Conferência de Quebec, (Canadá) a “AIVP Agenda 2030”, a primeira iniciativa global de adaptar os ODS

à atividade portuária, a qual foi apresentada e aprovada pela ONU, em 2019, como uma contribuição das cidades portuárias ao atendimento dos 17 ODS. O Quadro 45 apresenta os 10 objetivos e as 45 metas do documento (AIVP, 2022).

#### • Quadro 44 - Objetivos e metas da AIVP e sua relação com os ODS da ONU

Objetivo/tema	Metas	Relação com os ODS
<b>Adaptação às mudanças climáticas</b>	<p>Elaborar medidas conjuntas do porto e da cidade para prevenir inundações e elaborar a infraestrutura de conexão em documentos de planejamento estratégico e uma política de gestão de terras adequada.</p> <p>Repor a vegetação ciliar;</p> <p>Introduzir um sistema de alerta precoce das consequências climáticas;</p> <p>Considerar os impactos do porto no ecossistema;</p> <p>Priorizar o tratamento do carbono emitido, utilizando as mais recentes tecnologias de redução/armazenamento de CO<sup>2</sup>.</p>	<p>Erradicação da pobreza (1);</p> <p>Energia limpa e acessível (7);</p> <p>Indústria, inovação e infraestrutura (9);</p> <p>Cidades e comunidades sustentáveis (11);</p> <p>Ação contra a mudança global do clima (13)</p> <p>Vida na água (14).</p>
<b>Transição energética e economia circular</b>	<p>Fortalecer o relacionamento com parceiros;</p> <p>Dar prioridade para projetos de economia circular e apoio às atividades de intercâmbio e/ou reciclagem de materiais e energia;</p> <p>Reduzir o uso de carbono, priorizando o uso de energias renováveis e neutras em carbono;</p> <p>Influenciar os parceiros a consumirem e gerarem energia limpa.</p>	<p>Energia limpa e acessível (7);</p> <p>Trabalho decente e crescimento econômico (8);</p> <p>Indústria, inovação e infraestrutura (9);</p> <p>Cidades e comunidades sustentáveis (11);</p> <p>Consumo e produção responsáveis (12);</p> <p>Parcerias e meios de implementação (17).</p>



<p><b>Mobilidade sustentável</b></p>	<p>Estimular uma mobilidade de comunidade, com deslocamento mais colaborativo e multimodal; Desenvolver soluções de logística que utilizem as vias navegáveis, as hidrovias, e também as ferrovias ou outros meios de transporte com energia limpa, inclusive dentro do porto; Reduzir os impactos negativos dos períodos de pico de atividade no Porto.</p>	<p>Indústria, inovação e infraestrutura (9); Cidades e comunidades sustentáveis (11).</p>
<p><b>Governança renovada</b></p>	<p>Ter representação de todas as partes interessadas - incluindo a sociedade civil - nos órgãos de decisão do porto da cidade. Possuir consultoria contínua e de longo prazo em toda região da cidade portuária; Possuir um processo de gestão transparente e sistemas de informação aberto; Desenvolver abordagens colaborativas para apoiar tomada de decisão; Adotar política de gestão do território que equilibra o uso urbano e o porto ativo.</p>	<p>Redução das desigualdades (10); Cidades e comunidades sustentáveis (11); Ação contra a mudança global do clima (13); Vida terrestre (15); Paz, justiça e instituições eficazes (16); Parcerias e meios de implementação (17).</p>
<p><b>Investir em capital humano</b></p>	<p>Mobilizar os setores público e privado para promover formação profissional ao longo da vida e o desenvolvimento pessoal do cidadão; Combinar perfis e promover transferência de habilidades para melhorar a flexibilidade; Realizar treinamentos para tecnologias inteligentes e verdes em cidades e portos; Fazer projetos e interações entre escolas, institutos de formação e o mundo profissional; Criar espaços colaborativos para estimular novos projetos.</p>	<p>Educação de qualidade (4); Igualdade de gênero (5); Trabalho decente e crescimento econômico (8); Indústria, inovação e infraestrutura (9); Redução das desigualdades (10); Ação contra a mudança global do clima (13); Vida na água (14) Parcerias e meios de implementação (17)</p>

<p><b>Cultura e identidade do porto</b></p>	<p>Desenvolver passeios e espaços abertos para promover a compreensão das atividades portuárias e logísticas; Integrar espaços a residentes e visitantes para aumentar visibilidade do porto e suas atividades; Criar centros portuários; Disponibilizar notícias e informações diárias sobre o porto; Organizar eventos culturais.</p>	<p>Educação de qualidade (4); Trabalho decente e crescimento econômico (8); Cidades e comunidades sustentáveis (11); Consumo e produção responsáveis (12).</p>
<p><b>Comida de qualidade para todos</b></p>	<p>Desenvolver sistemas inteligentes para monitorar e controlar os recursos alimentares de uma ponta à outra da cadeia logística; Combater o desperdício de alimentos, melhorando a capacidade de armazenamento para importação e exportação de produtos perecíveis; Promover o comércio justo e as produções orgânicas e locais por meio de uma política comercial sob medida; Aumentar as zonas portuárias dedicadas à pesca comercial e fomentar projetos inovadores de investigação alimentar no território da Cidade do Porto.</p>	<p>Fome zero e agricultura sustentável (2); Consumo e produção responsáveis (12); Vida na água (14).</p>
<p><b>Interface da Cidade Portuária</b></p>	<p>Incorporar medidas destinadas a reduzir os incômodos portuários no projeto de construção; Revisar a situação do porto e da herança do porto da cidade para refletir adequadamente o significado histórico do local; Desenvolver espaços públicos e instalações recreativas ou culturais nas zonas de interface do City Port para criar uma nova área atraente; Promover a integração arquitetônica e paisagística das instalações portuárias.</p>	<p>Educação de qualidade (4); Cidades e comunidades sustentáveis (11).</p>

<p><b>Saúde e qualidade de vida</b></p>	<p>Realizar medições independentes e transparentes da qualidade do ar, da água, dos níveis sonoros e da poluição luminosa no território da cidade portuária; Otimizar a utilização e gestão da água doce e do mar nos portos; Promover e apoiar o desenvolvimento de instalações portuárias mais verdes; Adotar política comercial para recompensar os navios mais ecológicos e impor o uso lento do vapor na abordagem das cidades portuárias; Regulamentar as escalas dos navios de cruzeiro com base na capacidade da cidade portuária, sem comprometer o equilíbrio e o apelo da área local.</p>	<p>Saúde e bem-estar (3); Água potável e saneamento (6); Cidades e comunidades sustentáveis (11); Consumo e produção responsáveis (12).</p>
<p><b>Proteger a biodiversidade</b></p>	<p>Melhorar e manter a qualidade da água nas bacias portuárias; Conduzir levantamentos regulares da biodiversidade no território do porto da cidade e publicar os resultados; Prevenir a destruição de <b>habitats</b> naturais sensíveis durante o desenvolvimento de espaços portuários <b>onshore</b> ou <b>offshore</b> e pela regulação das ondas geradas por navios; Apoiar os esforços da sociedade civil na proteção da fauna e da flora do território municipal portuário. Implantar programas de incentivo à recuperação e desenvolvimento da biodiversidade no território da cidade portuária.</p>	<p>Saúde e bem-estar (3), Água potável e saneamento (6), Cidades e comunidades sustentáveis (11), Ação contra a mudança global do clima (13).</p>



## Princípios e Boas Práticas da Relação Porto-Cidade

---

Não existe um modelo universal e determinístico de Relação Porto-Cidade. Cada organização portuária precisa decidir qual será o seu modelo, de acordo com as características de sua instalação, da sua carga, dos seu fluxo de pessoas, da sua geografia, de acordo com as necessidades e desejos dos seus **stakeholders** e seus princípios e valores.

Porém, podemos apontar princípios e boas práticas para uma moderna relação porto-cidade, que devem ser considerados e adaptados de acordo com cada contexto portuário.

## Princípios e paradigmas:

- a. Capitalismo de *stakeholder*
- b. Empatia
- c. Colaboração com todo o ecossistema portuário
- d. Transparência
- e. Comunicação de forma integrada na organização e proativa com os stakeholders
- f. Inovabilidade



### DICA

*Não existe inovação sem sustentabilidade. A inovação e a sustentabilidade estão passando por uma transformação na direção de competências transversais. Para cada projeto de inovação inserir estratégias, indicadores e metas de sustentabilidade. Para cada projeto de sustentabilidade inserir estratégias, indicadores e metas de inovação.*

- g. Valor compartilhado



### DICA

*Se inspirar no modelo de atuação de Responsabilidade Social Corporativa criado por Michael Porter e Mark Kramer, no célebre artigo *Creating Shared Value*, publicado na *Harvard Business Review* em 2011.*

A seguir apresentaremos algumas das melhores práticas na relação porto-cidade:

- » **A)** Mapeamento dos *stakeholders*;
- » **B)** Criação de um Plano de Gestão de *Stakeholders*;
- » **C)** Mapeamento dos temas materiais;
- » **D)** Criação de áreas organizacionais de Relacionamento Institucional e de Relacionamento com Comunidades;
- » **E)** Participação em comitês, conselhos e associações junto com outras organizações;
- » **F)** Organização da área de comunicação de forma estratégica e interativa com a cidade;
- » **G)** Criação de Fundações e Institutos;
- » **H)** Criação de redes de colaboração com instituições de ensino e pesquisa;
- » **I)** Fomento ao empreendedorismo local e regional;
- » **J)** Fomento à contratação de mão de obra local e desenvolvimento de fornecedores locais;
- » **K)** Inserção da relação porto-cidade no planejamento estratégico da organização.

Além desses princípios e melhores práticas, adicionamos a possibilidade de criação de **Port Centers** (Centros Portuários). Segundo a AIVP, centro portuário é um espaço público aberto para a integração com a sociedade, oferecendo à população a possibilidade de um melhor entendimento das operações do porto, quais as profissões envolvidas, os tipos de embarcações, os benefícios e ganhos econômicos, as tecnologias, curiosidades e história da atividade portuária local (AIVP, 2022).

Os centros portuários têm como objetivo a sensibilização e valorização da atividade portuária, a possibilidade de conhecer, vivenciar e compreender melhor a atividade portuária contemporânea (AIVP, 2022).



## DICA

*Estude, considere e adapte as orientações da AIVP para criação de um Port Center. O manual chama-se *Experiencing the Port together! The Missions Charter of a Port Center*.*

*Considere a possibilidade de criar Centros Portuários em conjunto com outras organizações portuárias e com o poder público municipal e estadual.*

Por fim, uma relação porto-cidade eficiente não deve ter o objetivo de integrar o porto à cidade, como se ele fosse um “elemento estranho” que deva ser integrado, pois o porto é a comunidade, tanto quanto a academia, os pescadores, os grupos ambientais, as empresas usuárias do portos, o governo.





# 13



## A JORNADA DA SUSTENTABILIDADE PORTUÁRIA





Este Guia tem como missão apresentar um norte, um caminho para uma jornada de sustentabilidade. É relevante reforçar que essa jornada não é determinística, não é única, não é um modelo universal. Esta jornada deve ser flexível e adaptável. Como analogia, ela é como o conjunto dos afluentes do Rio Amazonas, são centenas, de origens e características diferentes, mas todos contribuem para o mesmo objetivo, formar a Bacia Amazônica.

Cada organização portuária deve analisar este Guia, esses passos, e fazer um autodiagnóstico, identificar seu estágio de maturidade e decidir o que lhe convém, o que é relevante para os seus **stakeholders**, o que está alinhado com os seus princípios e valores e com o planejamento estratégico da organização.

Os passos apresentados nesta jornada são de dois tipos, procedimentos obrigatórios, com origem nas legislações e nos aspectos condicionantes das licenças de operação, ou procedimentos voluntários, com origem no planejamento estratégico e engajamento da organização na temática sustentabilidade.

Reconhecemos que para os portos públicos existem mais limitações em comparação com os Terminais Portuários Privados devido a legislação que é mais rigorosa para esse tipo de porto, e a autonomia dos TUPs é maior. Lembrando que em se tratando de Estratégia ESG, estamos abordando, principalmente, ações, voluntárias que vão além das condicionantes legais e isso exige maior autonomia e criatividade para a construção de soluções.

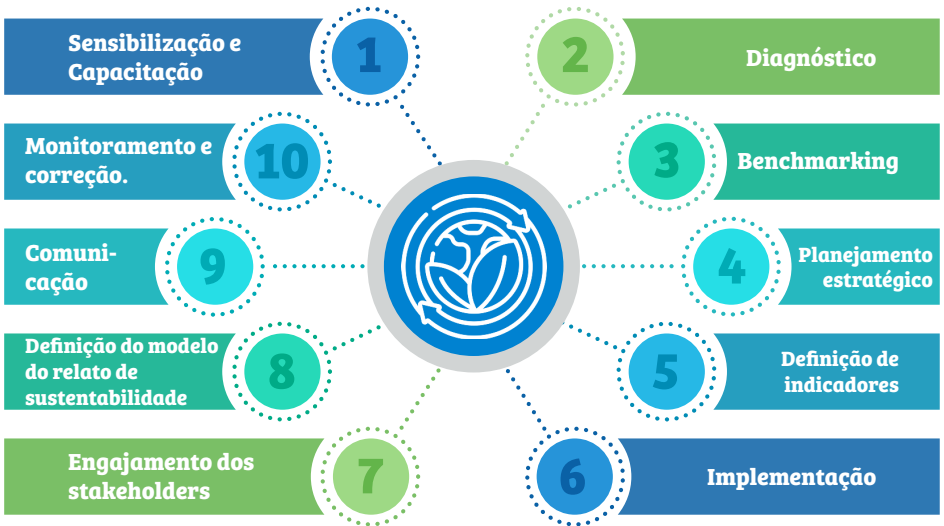
Referendamos que esses passos não precisam seguir obrigatoriamente essa ordem de execução. Eles são apresentados em uma sequência lógica, que pode ser adaptada e alterada. Porém, deve se ter consciência que alguns passos são considerados como melhores práticas. Por exemplo, não é indicado publicar um Relatório de Sustentabilidade sem antes ter mapeado **stakeholders** e os temas materiais.

Também é relevante destacar que essa estratégia de sustentabilidade, concretizada nos passos a serem construídos, não deve estar dissociada da estratégia de negócios da organização.

Esta jornada pode ser compreendida e analisada como um processo de gestão. Como todo processo de gestão, temos um ciclo de processos de Planejamento, Execução, Controle e Correção. Para este ciclo de gestão temos como principal referência o Ciclo PDCA com origem na Gestão da Qualidade.

Tendo como inspiração o ciclo PDCA, realizamos uma adaptação para a jornada da sustentabilidade com fases mais específicas apresentadas na figura a seguir.

• **Figura 5 – Jornada da Sustentabilidade**



Esses passos genéricos da jornada da sustentabilidade estão relacionados, principalmente, com os processos, projetos, programas, planos, parcerias e políticas sustentáveis voluntárias. Não aprofundaremos neste passo a passo as obrigações legais.

Para um melhor detalhamento e compreensão da Jornada de Sustentabilidade Portuária, nós criamos um roteiro dividido em 6 jornadas dividido de acordo com o estágio de maturidade das organizações e baseado na estratégia ESG. Estas são as 6 jornadas:

• **Figura 6 - Tipos de Jornada da Sustentabilidade**



## Jornada Ponto de Partida

---

A jornada ponto de partida se refere aos passos relevantes para se iniciar um processo de construção de uma jornada sustentável, contribuindo para o diagnóstico e o planejamento da organização nesse sentido. A seguir apresentamos estes passos iniciais.

- » **1.** Executar um diagnóstico da Sustentabilidade da organização portuária



### DICA

*Utilizar como referência a “fotografia” das melhores práticas sustentáveis apresentadas neste Guia nos capítulos 5, 6 e 7. Buscar auxílio externo para fazer esse diagnóstico. Um olhar independente tende a produzir um diagnóstico imparcial.*

- » **2.** Executar o **benchmarking** com portos de referência na sustentabilidade portuária



### DICA

*Primeiro pesquisar portos com perfil de carga e contexto semelhantes. Em seguida, pesquisar cases de referência, nacionais e internacionais, e pesquisar os documentos norteadores das associações do setor portuário e marítimo.*

- » **3.** Criar uma estratégia de sustentabilidade

- » **4.** Alinhar a visão, missão e valores da organização com a sustentabilidade

- » **5.** Criar um comitê de sustentabilidade



### DICA

*Os comitês podem ter nomes, formas e autonomias diferentes, de acordo com a particularidade de cada organização. Uma característica é essencial, que ele seja interdisciplinar com a participação de representantes de todos os setores da organização. Ele deve atuar como órgão de assessoramento do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva.*

- » **6.** Criar grupo de trabalho temáticos



### DICA

*Os grupos de trabalho podem ter nomes, formas e autonomias diferentes, de acordo com a particularidade de cada ecossistema. Podem ser grupos de trabalho, comissões ou câmaras técnicas. Cada grupo de trabalho deve ser uma temática específica, exemplos: Sustentabilidade, inovação, pesquisa e desenvolvimento, diversidade e inclusão, mudanças climáticas e energias renováveis. Sugere-se convidar representantes de outros grupos de stakeholders para participar de forma voluntária. Podem ser profissionais especialistas do setor privado, representantes da academia e do poder público.*

- » **7.** Criar uma política de sustentabilidade

- » **8.** Criar uma agenda de sustentabilidade local e institucional



### DICA

*A agenda de trabalho institucional deve ser feita de forma colaborativa com e para todo o ecossistema portuário.*

- » **9.** Desenvolver uma cultura organizacional sustentável
  
- » **10.** Estimular a atuação sustentável no Conselho de Administração



### DICA

*O Conselho de Administração deve ter pelo menos um conselheiro especialista em sustentabilidade para garantir que esse tema esteja representado nas principais pautas e decisões da organização.*

*Pelo menos um representante do Comitê de sustentabilidade da organização deve fazer parte do Conselho de Administração.*

- » **11.** Desenvolver uma liderança voltada para a sustentabilidade



### DICA

*Criar programas de educação para a alta administração.*

*Facilitar a cooperação entre portos.*

*Estimular a troca de informações, experiências e imersão em projetos sustentáveis.*

*Implantar a figura do Sponsor de sustentabilidade.*

*Buscar apoio de mentorias para a alta administração.*

- » **12.** Promover ações de educação, sensibilização e engajamento para os colaboradores



## DICA

*Usar cursos e gamificação para todos os colaboradores.*

*Usar programa de imersão e mentoria para a liderança e a alta gestão.*

*Usar múltiplas metodologias de educação: presenciais, remotas, autoinstrucionais e imersivas.*

*Utilizar a metodologia estabelecida na norma AA1000 STAKEHOLDER ENGAGEMENT STANDARD 2015 (ACCOUNTABILITY) para fazer a gestão e engajamento dos stakeholders.*

- » **13.** Criar um orçamento dedicado para a área/núcleo ambiental do porto no planejamento financeiro

## Jornada Ambiental

---

A jornada ambiental representa um pilar clássico da sustentabilidade. A preocupação da sustentabilidade tem como norte os riscos ambientais, para o ser humano, para as organizações e para a natureza de forma sistêmica. Todas as estruturas de sustentabilidade, ao serem atualizadas, sempre mantiveram o pilar ambiental como estratégico. Atualmente, estamos já em um contexto de emergência climática e os portos têm importantes contribuições para esse enfrentamento. A seguir, apresentamos os passos da jornada ambiental.

- » **1.** Criar um sistema de gestão ambiental (SGA)



## DICA

*O Sistema de Gestão Ambiental pode assumir diferentes formas de organização e institucionalização. Quanto maior a institucionalização da gestão ambiental, maior será o desenvolvimento da sustentabilidade.*

- » **2.** Criar um programa de educação ambiental
  
- » **3.** Criar um programa de gestão de risco
  
- » **4.** Adotar uma certificação ambiental
  
- » **5.** Criar um sistema de identificação e controle de requisitos legais de licenças e monitoramento.



## DICA

*Contratar empresas e softwares especializados em apoiar este controle. Sugere-se equipes específicas para tratar das seguintes diretrizes:*

- 1. Auditorias (terceiros, interna)*
- 2. Educação ambiental*
- 3. Emergência*
- 4. Fiscalização*
- 5. Licenciamento e certificações*
- 6. Monitoramento*

- » **6.** Criar programas de monitoramento ambiental





## DICA

### • Programas:

*Auifauna*  
*Comunidade bentônica*  
*Comunidade fito planctônica*  
*Comunidade zoo planctônica*  
*Dragagem*  
*Emissões atmosféricas*  
*Espécies exóticas*  
*Ictiofauna e carcinofauna*  
*Linha da costa*  
*Manguezais*  
*Mitigação de particulados*  
*Pesca artesanal*  
*Qualidade da água*  
*Qualidade dos sedimentos*  
*Ruídos*

### » 7. Criar programas de gestão de resíduos



## DICA

*Criar um Central de Resíduos que faça ou encaminhe os resíduos gerados para a reciclagem em parceria com instituições locais.*

*Distribuir a compostagem gerada para as comunidades adjacentes ao porto.*

*Referência: Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes nos Portos Marítimos Brasileiro*

### » 8. Criar um programa de preservação da fauna e da flora

- » **9.** Criar projetos de controle e prevenção à bioinvasão
- » **10.** Criar um projeto de reutilização de água pluvial
- » **11.** Criar uma gerência de meio ambiente
- » **12.** Expandir os projetos ambientais a partir das condicionantes das licenças ambientais



### DICA

*Usar como referência e oportunidade, as condicionantes legais estabelecidas nos processos de licenciamento para expandir os projetos ambientais. Fica mais fácil para convencer os acionistas da necessidade de avançar na agenda ambiental e melhora o relacionamento com os órgãos públicos.*

- » **13.** Criar programa de prevenção e combate a emergências ambientais



### DICA

*Referências:*

*Plano de Controle de Emergência*

*Plano de Ajuda Mútua*

*Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos*

*CONAMA N° 398*

*Decreto Lei de Plano de Área*

## Jornada Social

---

A jornada social talvez seja a mais interdisciplinar entre as três dimensões. Envolve desde temas relacionados à saúde, segurança dos colaboradores, até os temas materiais apontados pelos **stakeholders**.

Ela tem estreita relação com o novo posicionamento das organizações ao encontro do capitalismo de **stakeholders**, na forma de se relacionar com as cidades, não inserindo o porto como centro dessa relação, mas como integrante de um ecossistema com múltiplos atores interdependentes.

Existem alguns princípios relevantes que estão inseridos nesse posicionamento das organizações com os seus **stakeholders**. Esses princípios devem estar presentes e operacionalizados nos projetos executados. Os princípios são:

---

• **Figura 7 – Princípios da Jornada Social**



A seguir, apresentamos os passos propostos para a jornada social.

» **1.** Mapear os *stakeholders*



**DICA**

*Não esquecer dos stakeholders que estão fora da poligonal.*

» **2.** Fazer o mapeamento dos temas materiais



**DICA**

*Iniciar com o benchmarking dos temas materiais apresentados neste guia. Avançar com a coleta de dados de múltiplas fontes de informação e diferentes métodos de coleta.*

» **3.** Correlacionar os temas materiais com os objetivos estratégicos do porto e com os ODS



**DICA**

*Impossível priorizar todos os ODS e todos os temas materiais. A organização deve decidir quais serão os ODS e temas prioritários e direcionar seu planejamento e recursos.*

» **4.** Criar um programa de voluntariado

» **5.** Criar um plano de gestão para os *stakeholders*



## DICA

*Recomendamos como fontes de estudo e framework:*

*Plano de gestão das partes interessadas do Guia PMBOK – PMI*

*Guia de Relacionamento Socioinstitucional para o setor minerário – IBRAM.*

*Esses planos não devem ser feitos para os stakeholders, e sim com os stakeholders. É essencial considerar os temas materiais e validar o plano junto aos próprios stakeholders.*

» **6.** Criar um programa de relação porto-cidade





## DICA

*Criar ou participar de projetos de lazer, culturais, esportivos, empreendedorismo, desenvolvimento de fornecedores, capacitação de mão de obra, educação e saúde. Projetos específicos para os povos originários e quilombolas. Projetos de Direitos Humanos.*

*Os temas materiais de maior interesse das comunidades costumam ser os relacionados ao tema ambiental e geração de renda. Por geração de renda entende-se os projetos de:*

- 1. Contratação da mão de obra local*
- 2. Contratação de jovem aprendiz*
- 3. Desenvolvimento de fornecedores locais*
- 4. Desenvolvimento de projetos de educação e empregabilidade;*
- 5. Programas de qualificação da mão de obra local*

» **7.** Criar um programa de diversidade, equidade e inclusão

» **8.** Expandir os projetos sociais a partir das condicionantes das licenças de operação



## DICA

*Usar como referência e oportunidade, as condicionantes legais estabelecidas nos processos de licenciamento para expandir os projetos sociais. Fica mais fácil para convencer os acionistas da necessidade de avançar na agenda de sustentabilidade e melhora o relacionamento com os órgãos públicos.*

» **9.** Criar uma política e adotar uma agenda de investimento social privado

» **10.** Criar um parque botânico



### DICA

*O Parque Botânico pode estar atrelado a projetos de educação ambiental, visitas técnicas, projetos de pesquisa e inovação e realização de eventos. Um equipamento multiuso que sirva para melhorar a relação porto-cidade. Eventualmente até gerar receita própria utilizando a regulamentação de Pagamento por Serviços Ambientais.*

» **11.** Construir parcerias com organizações sociais comunitárias



### DICA

*Executar projetos em parceria com essas organizações, provendo financiamento, assessoria e trabalho voluntário de colaboradores.*

» **12.** Obter uma Licença Social

## Jornada de Governança

---

A jornada de governança é a grande novidade do ESG. Para as organizações privadas que estão em conglomerados que possuem ações listadas nas Bolsas de Valores, o tema governança já é uma prioridade por natureza. Nos anos recentes, o setor público tem avançado no tema governança. A seguir, apresentamos os passos da jornada de governança.

» **1.** Criar um programa de governança corporativa



## DICA

*Recomendamos como fontes de estudo e framework:*

*Boas práticas de governança corporativa para empresas estatais – IBGC*

*Código das melhores práticas de Governança Corporativa – IBGC*

*Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais.*

» **2.** Criar um programa de **compliance** e integridade



## DICA

*Recomendamos como fontes de estudo e framework:*

*Guia prático das unidades de gestão da integridade – CGU*

*Recomendação do Conselho da OCDE sobre Integridade Pública.*

» **3.** Criar um programa de gestão de risco



## DICA

*Recomendamos como fontes de estudo e framework:*

*Manual de Gestão de Riscos – TCU*

*Manual de gerenciamento de risco corporativo - COSO*

*GOV 9100 – Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector e GOV 9130 – Guidelines for Internal Control Standards for the Public Sector – Further Information on Entity Risk Management - Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI)*

*Adotar a ISO 31000 de gerenciamento de risco.*



- » 4. Criar um programa de controle interno e conformidade
- » 5. Criar uma gerência de sustentabilidade



### DICA

*A gerência de sustentabilidade pode assumir vários nomes e funções, gerência de meio ambiente, ESG. O que realmente importa é a institucionalização da sustentabilidade na organização.*

- » 6. Criar uma gerência de governança
- » 7. Criar um conjunto de políticas institucionais



### DICA

**• Sugestões de políticas:**

- 1 - Conflito de interesse
- 2 - Distribuição de dividendos
- 3 - Ética
- 4 - Gestão de riscos
- 5 - Governança corporativa
- 6 - Indicação e Sucessão dos Membros dos Órgãos Estatutários
- 7 - Inovação, pesquisa e desenvolvimento
- 8 - Integridade
- 9 - Patrocínios
- 10 - Remuneração dos Membros dos Órgãos Estatutários
- 11 - Sustentabilidade
- 12 - Transações com Partes Relacionadas

- » **8.** Criar um conjunto de regimentos e regulamentos



## DICA

*Este tópico está relacionado a instituições públicas e pode ser adaptado a modelos de procedimento operacional padrão das organizações privadas.*

**• Sugestões:**

- 1 - Anticorrupção
- 2 - Auditoria Interna
- 3 - Comissão de Avaliação de Desempenho
- 4 - Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração
- 5 - Comitê de Segurança e Privacidade da Informação
- 6 - Conselho de Administração
- 7 - Diretoria Executiva
- 8 - Dos conselhos
- 9 - Licitações e Contratos
- 10 - Serviço de Ouvidoria

- » **9.** Inserir metas de sustentabilidade na remuneração variável da alta Administração

- » **10.** Inserir os ODS no planejamento estratégico





## DICA

*Devem ser priorizados de acordo com os temas materiais.*

- » **11.** Criar um plano de gestão de indicadores



## DICA

*Este guia não se propõe a apresentar um modelo de indicadores.*

*Indicamos como referência os indicadores do padrão de relato de sustentabilidade da GRI e o modelo criado pelo World Economic Forum, em conjunto com as empresas de consultoria KPMG, Deloitte, Ernst & Young e PwC, denominado: *Measuring Stakeholder Capitalism Towards Common Metrics and Consistent Reporting of Sustainable Value Creation.**

- » **12.** Adotar um modelo de contratações sustentáveis



## DICA

*Se inspirar nestas duas referências:*

- 1. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União - AGU.*
- 2. Manual de Compras Sustentáveis - CEBDS*

## Jornada de Comunicação

Os passos da jornada de comunicação poderiam estar classificados dentro da jornada social. Porém, decidimos apresentar em uma categoria separada, para reforçar a oportunidade de melhoria no relacionamento dos portos com a sociedade, na sua imagem e posicionamento estratégico. A seguir, apresentamos os passos da jornada de comunicação.

- » **1.** Criar uma estratégia de comunicação sustentável
- » **2.** Criar um programa de comunicação sustentável
- » **3.** Escolher um padrão de divulgação e publicar um Relatório de Sustentabilidade. Não identificamos um modelo de divulgação de Relatório de Sustentabilidade específico para o setor portuário. Esse Guia não tem como objetivo fazer uma proposição de um modelo desse tipo.



### DICA

*Os principais padrões de divulgação são destas organizações:*

*GRI - Global Reporting Initiative*

*SASB - Sustainability Accounting Standards Board*

*IIRC - International Integrated Reporting Council*

*CDP - Carbon Disclosure Project*

*TCFD - Task Force on Climate-Related Financial Disclosures*

*Sugerimos, inicialmente, o modelo do GRI, Relatório de Sustentabilidade, ao avançar na jornada de ESG, adotar o modelo de Relato Integrado.*

- » **4.** Adotar uma certificação externa independente



### DICA

*A maioria dos portos que adotam certificação independente escolhem a opção da ISO. As que mais são utilizadas no setor portuário são: 9001, 14001, 26000, 27001 e 45001.*

- » **5.** Criar meios e instrumentos de comunicação direta com os **stakeholders**



### DICA

*Começando pelos canais obrigatórios, como Ouvidoria e avançando para formas atuais utilizando perfis nas redes sociais.*

- » **6.** Expandir canais de comunicação



### DICA

*Implantar aplicativos e redes sociais. Participar ativamente de eventos da cidade, buscando construir um relacionamento com diversos grupos.*

- » **7.** Criar um portal de sustentabilidade para a organização portuária



## DICA

*A maioria dos portos que criam o Relato de Sustentabilidade, se limitam a inserir o arquivo em pdf em seu sítio eletrônico. É uma opção, mas não é a mais efetiva. A melhor prática é a criação de um portal mais amplo, com a inserção do Relato de Sustentabilidade em múltiplos formatos. Inserir neste portal uma central de indicadores, divulgação de eventos, projetos sociais e ambientais, criando instâncias de relacionamento com a sociedade.*

- » **8.** Aproveitar todas as ações e estratégias da organização portuária



## DICA

*Todos os projetos realizados pela organização, sejam de lazer, social, cultural, empreendedorismo, educação, entre outros, precisam adotar uma estratégia de comunicação estratégica e interativa com a sociedade.*

## Jornada de Liderança

---

A jornada de liderança representa o estágio mais avançado da maturidade da sustentabilidade. Possuem ações transversais relacionadas com o meio ambiente, social e governança. A seguir, apresentamos os passos da jornada de liderança.

- » **1.** Adotar certificações específicas do setor portuário



## DICA

*Existem poucas certificações específicas do setor portuário e marítimo. Podemos sugerir as duas principais que são a ECOPORTS, criada pela Organização Europeia dos Portos Marítimos (ESPO), e a Green Marine, criada pela Green Marine Management Corporation, uma organização sem fins lucrativos, concebida por portos da América do Norte.*

» 2. Criar um programa de economia circular



## DICA

*Recomendamos como fontes de estudo e framework: CIRCULAR ECONOMY NETWORK OF PORTS (LOOP-PORTS) Mapping of EU ports (Climate-KC) / European Union.*

» 3. Criar um programa de eficiência energética



## DICA

*Conhecer o Programa de Eficiência Energética do Governo Federal.*

» 4. Criar Fundações, Institutos ou Agências de Desenvolvimento



## DICA

*Conhecer e se inspirar nos Fundacion Valencia Port e Enterprise Singapore*

- » **5.** Criar e ou participar de HUBs de inovação aberta e incubadora de Startups



### DICA

*Conhecer e se inspirar no case de Rotterdam Port XL e no Cubo.*

*Utilizar práticas como a organização de Hackathons*

- » **6.** Executar parcerias com as instituições de ensino e pesquisa



### DICA

*Essas parcerias podem contribuir nos projetos de ensino para os colaboradores das organizações portuárias, para os moradores das comunidades, contratação de serviços prestados pelas universidades, financiamento de projetos de pesquisa, execução de programas de inovação.*

- » **7.** Adotar as melhores práticas de Sustentabilidade e ESG em todo o ecossistema portuário e em toda a cadeia produtiva



### DICA

*A promoção da sustentabilidade em todo o ecossistema pode ser feita de várias formas:*

- 1. Obrigações legais por parte das autoridades portuárias;*
- 2. Criação de regras sustentáveis de contratação de fornecedores;*
- 3. Projetos de educação ambiental e engajamento;*
- 4. Criação de programas de premiação;*
- 5. Executar parcerias com organizações comunitárias e ONGs.*



- » 8. Criar um plano de gestão da resiliência para toda a cadeia produtiva



### DICA

*Se inspirar no projeto de Resiliência da Logística Marítima da UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento*

- » 9. Aderir a associações, pactos, compromissos, parcerias e acordos nacionais e internacionais



### DICA

*Alguns exemplos de associações, compromissos e pactos identificados nos relatos de sustentabilidade dos portos brasileiros: Human Rights Campaign Foundation (HCR), Rede Brasileira de Inclusão Social Corporativa (REIS), Movimento de Coalizão por Equidade Racial (MOVER), Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (ABEPH), Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA), Coalizão Brasil Clima, Pacto Global, International Association of Ports and Harbors (IAPH), Câmaras de Comércio Bilaterais, Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, Women Empowerment Principles, Pacto Global da ONU, Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, Great Place at Work, Green Ward, Capitalismo Consciente e Empresa B.*

- » 10. Promover ações de educação, sensibilização e engajamento para todos os **stakeholders**



## DICA

*Usar múltiplas metodologias de educação: presenciais, remotas, autoinstrucionais e imersivas. Considerar todos os stakeholders, internos e de toda a cadeia de valor.*

*Utilizar a metodologia estabelecida na norma AA1000 STAKEHOLDER ENGAGEMENT STANDARD 2015 (ACCOUNTABILITY) para fazer a gestão e engajamento dos stakeholders.*

» **11.** Desenvolver uma cultura de sustentabilidade em todo o ecossistema portuário e na cadeia produtiva

» **12.** Criar portal de empregabilidade



## DICA

*Este portal não deve ser voltado apenas para a utilização do próprio porto. Mas sim, um portal para toda a comunidade local, para todas as empresas utilizarem, em parceria com órgãos municipais, integrado com as ações de treinamento e capacitação ofertadas ou apoiadas pelo porto.*

» **13.** Criar uma estratégia de sustentabilidade para todo o ecossistema portuário e a cadeia produtiva.



## DICA

*Promover selos e certificações ambientais dos produtos movimentados pela organização portuária.*

*Adotar tarifas diferenciadas para empresas que possuam esses selos. Exemplo: Soja certificada pela Round Table on Responsible Soy Association (RTRS).*

- » **14.** Criar centros portuários de forma colaborativa com o ecossistema portuário



### DICA

*Adotar o modelo da Associação Internacional de Portos e Cidades - AIVP para criação de Port Center. O manual desse modelo é Experiencing the Port together! The Missions Charter of a Port Center.*

- » **15.** Criar um portal de sustentabilidade para todo o complexo portuário



### DICA

*Observar as mesmas orientações para o portal de sustentabilidade apresentado na Jornada de Comunicação. Para este portal devem ser convidados, na primeira fase, Arrendatários, TUPs, Operadores e a Academia.*

*Em uma segunda fase, Agências Marítimas, Transportadores, Armadores e demais stakeholders interessados em participar, sejam públicos ou privados.*

- » **16.** Criar um programa de enfrentamento das mudanças climáticas



## DICA

*Dentro deste programa sugerimos importantes iniciativas como:*

- 1 - Adotar o Programa Brasileiro de GHG Protocol de GEE;*
- 2 - Compra de energia renovável certificada quando não houver viabilidade financeira e/ou espaço para construção de usinas de energia renovável dentro da instalação portuária;*
- 3 - Criar projetos de energia renovável eólica, eólica offshore, hidrogênio verde e solar;*
- 4 - Criar uma política de enfrentamento de causas de mudanças climáticas;*
- 5 - Fazer mapeamento dos riscos para as instalações portuárias atrelados à Mudança Climática e criar um plano de contingenciamento.*
- 6 - Plano de descarbonização;*
- 7 - Programas de monitoramento ambiental para toda a região onde o porto está inserido, inclusive monitoramento sonoro subaquático;*
- 8 - Realizar inventários de GEE (Gases de Efeito Estufa).*

» **17.** Incentivar a atração de navios ecologicamente mais eficientes

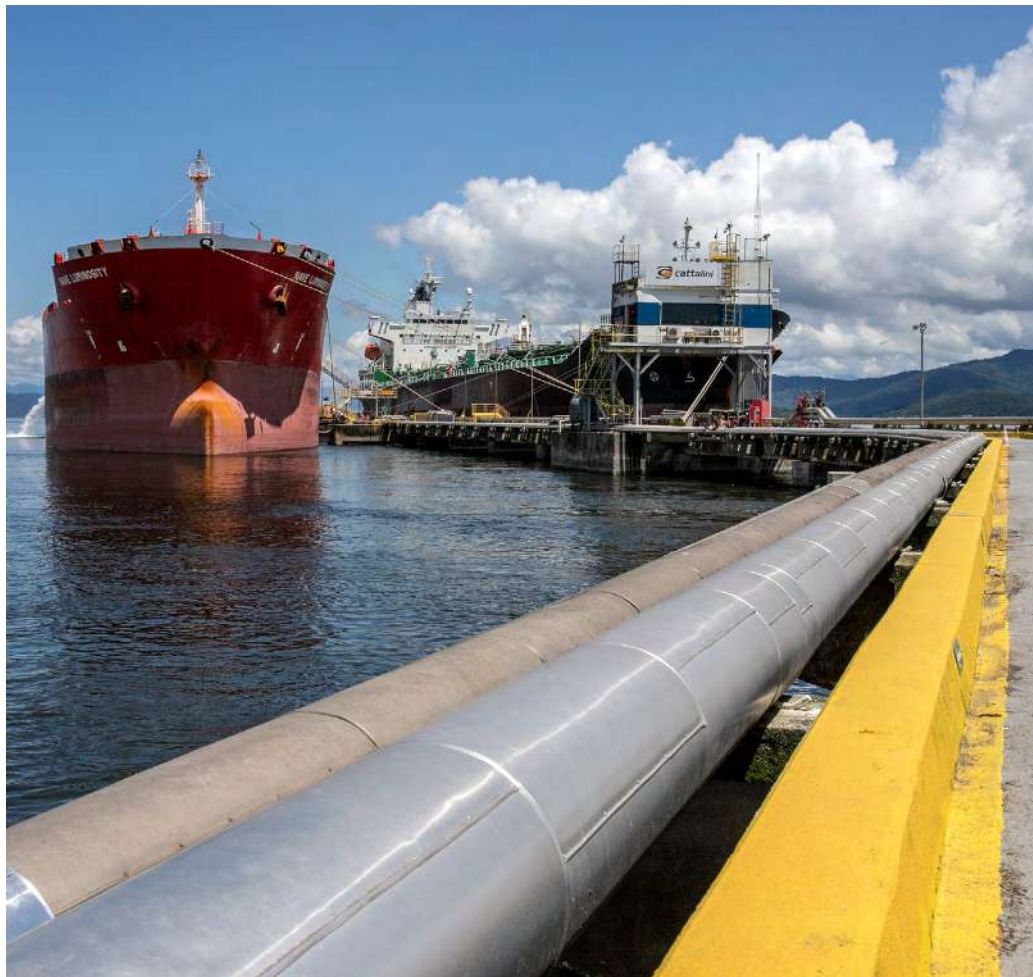


## DICA

*Adotar tarifas portuárias menores para navios com certificações ambientais.*

*As duas principais certificações ambientais para navios são Environmental Ship Index e a Green Marine.*

- » **18.** Implantar estratégia de negócios sustentáveis aliada à estratégia de negócios da organização





## DICA

*A função de um porto não é só movimentar carga. É ser um vetor de desenvolvimento e geração de riqueza para os acionistas e para os stakeholders.*

*A visão moderna da sustentabilidade é que ela deve estar alinhada à estratégia de negócios, não deve existir duas estratégias distintas.*

*Um porto pode criar uma nova frente de negócios relacionados às práticas sustentáveis como por exemplo:*

- 1. Ser um HUB de fornecimento de energia, para navios, operadores, arrendatários e indústrias instaladas no complexo portuário;*
- 2. Criar Unidades de Conservação;*
- 3. Compra e Venda de créditos de carbono;*
- 4. Venda de serviços ambientais para as empresas do complexo portuário;*
- 5. Oferta de compensações ambientais;*
- 6. Atração de empresas relacionadas à economia circular e de baixo carbono;*
- 7. Estímulo ao turismo sustentável.*

» **19.** Criar instâncias de relacionamento e colaboração para todo o ecossistema portuário regional e nacional.



## DICA

*Não existe um modelo universal dessas instâncias de colaboração e relacionamento. Podem ser comitês, conselhos ou associações.*

*O importante é que as principais organizações do ecossistema portuário regional estejam presentes.*

*Devem contribuir para a Agenda de Sustentabilidade institucional.*

*Permitem o verdadeiro avanço da sustentabilidade que só é possível pelo trabalho em redes, parceria e colaboração.*

*Sugerimos incluir o poder público municipal, estadual e as instituições de ensino e pesquisa.*

» **20.** Influenciar positivamente as políticas públicas



## DICA

*Participar de conselhos e comitês envolvendo os órgãos públicos municipais e regionais para tentar influenciar positivamente as políticas públicas locais.*

*Participar do processo de atualização dos Planos Diretores dos municípios.*

» **21.** Apoiar e incentivar a criação de observatórios portuários, de logística e infraestrutura



## DICA

*Apoiar, na forma de financiamento, colaboração e fornecimento de dados para a criação e manutenção de observatórios portuários.*

*Conhecer o exemplo do observatório portuário: [www.observatorioportuario.ufma.br](http://www.observatorioportuario.ufma.br).*

- » **22.** Criar um programa de diversidade, equidade e inclusão específico para as mulheres
  
- » **23.** Atrair cargas ou empresas para se instalarem no complexo portuário que sejam de base energética renovável ou de baixo carbono.
  
- » **24.** Criar um programa de inovação



## DICA

*Como já foi abordado neste Guia, não existe sustentabilidade sem inovação, o conceito moderno de gestão adota o termo *Inovabilidade*.*

*A expertise dos portos está relacionada com a gestão das cadeias de suprimentos internacionais. Portanto, para este objetivo é necessário realizar parcerias estratégicas com instituições de ensino e pesquisa e com Fundações Estaduais de Apoio à pesquisa.*

*Recomenda-se a criação de uma área de inovação no organograma da instituição. Ocorrerão muitas sinergias entre as áreas de sustentabilidade e de inovação.*

- » **25.** Criar parcerias estratégicas





## DICA

*Essas parcerias têm por objetivo avançar na maturidade da sustentabilidade e aumentar o impacto de um gestão sustentável em todos o ecossistema portuário. Também tem um impacto na melhoria da relação porto-cidade.*

*Pode assumir múltiplas formas, como formar ou participar de conselhos de desenvolvimento local, comitês regionais, conselhos de empresas instaladas e / ou usuárias do ecossistema portuário, parcerias com organizações e associações comunitárias, ONGs, parcerias com instituições de ensino e pesquisa etc.*

## Avaliação da Maturidade da Sustentabilidade

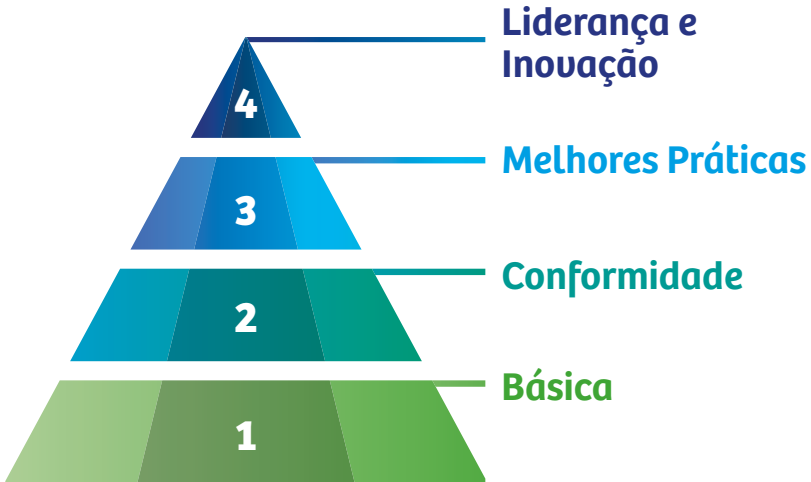
Um modelo de maturidade descreve o desenvolvimento de competências e capacidades específicas em uma organização, considerando um evolução temporal, (Hynds et al., 2014).

Os modelos de maturidade de sustentabilidade indicam o estágio de desenvolvimento das competências organizacionais, adoção das melhores práticas e frameworks, e institucionalização da sustentabilidade na cultura organizacional e no planejamento estratégico. Alguns autores já se debruçaram sobre a tarefa de criar modelos de maturidade da sustentabilidade, podemos citar Hepper, et al (2017), Ngai et al. (2013), Mani et al. (2010) , Kirkwood et al (2008), Baumgartner e Ebner (2010), Sloan, Klingenberg e Rider (2013).

Esses modelos apresentam quatro ou cinco níveis de maturidade, cada nível representa um nível maior de competência e de melhores práticas do que o anterior. Logo que uma organização atinge plenamente o nível atual, está apta para avançar para o próximo nível. Essas fases vão desde a indiferença e oposição ao tema sustentabilidade, até um nível estratégico e de liderança no desenvolvimento sustentável.

Como lacuna nos modelos existentes, identificamos a não adaptação à estratégia de ESG, em especial, relacionada à dimensão de governança. A partir de todo o trabalho desenvolvido na construção do Guia de Melhores Práticas de Sustentabilidade Portuária: A Estratégia ESG, conseguimos criar nosso modelo de maturidade da sustentabilidade portuária.

Este modelo tem como função principal auxiliar as organizações no processo de diagnóstico da sustentabilidade e fornecer subsídios para um planejamento estratégico para a evolução da organização na temática sustentável. Nosso modelo apresenta quatro níveis diferentes:



### **Maturidade 1: Básica**

---

O nível Básico contempla as organizações portuárias que ainda estão buscando atingir todas as obrigações legais e possuem algumas pendências, por exemplo, ausência da Licença Ambiental e do Plano de Ajuda Mútua (PAM). Esses portos geralmente não possuem uma institucionalização da sustentabilidade. Isso pode ser observado na ausência de cargos, setores e orçamentos específicos para a área de meio ambiente, sustentabilidade, relação porto-cidade, relacionamento institucional ou relacionamento com comunidades.

Também não se identifica a inserção da sustentabilidade no planejamento estratégico, com metas e indicadores. Não possuem metas de remuneração variável atreladas à sustentabilidade. E a sustentabilidade não faz parte da cultura organizacional, não possuem valores e princípios correlacionados com a temática.

Essas organizações precisam iniciar uma jornada de sustentabilidade e considerar os requisitos e indicações deste Guia da Jornada Ponto de Partida.

### **Maturidade 2: Conformidade**

---

Essas organizações já atendem a todos os requisitos legais mínimos para o seu funcionamento, ambientais, sociais e de governança. Não possuem pendências de licenças e já se observa um estágio inicial de institucionalização da sustentabilidade.

Ainda é dependente das lideranças que eventualmente ocupam os cargos diretivos. A sustentabilidade não está enraizada na cultura e no planejamento estratégico.

Essas organizações normalmente já iniciaram uma jornada de sustentabilidade e executaram alguns dos requisitos e indicações deste Guia da Jornada Ponto de Partida.

### **Maturidade 3: Melhores práticas**

---

A Maturidade Melhores Práticas contempla as organizações que já atenderam a todas as obrigações mínimas, legais, ambientais, sociais e de governança. Essas organizações já possuem áreas específicas de meio ambiente, sustentabilidade, relação porto-cidade, relacionamento institucional ou relacionamento com comunidades. Também, executam de forma voluntária os 6 P'S das melhores práticas de sustentabilidade: políticas, planos, programas, projetos, processo e parcerias.

A sustentabilidade já faz parte do planejamento estratégico, com metas e indicadores específicos. Faz parte da cultura organizacional e possui valores e princípios correlacionados com esta temática.

Essas organizações já executaram as diretrizes da Jornada Ambiental, Social e de Governança, descritas nesta seção deste Guia

### **Maturidade 4: Liderança e inovação**

---

Essas organizações já atenderam a todas as obrigações mínimas, legais, ambientais, sociais e de governança, possuem áreas específicas de meio ambiente, sustentabilidade, relação porto-cidade, relacionamento institucional ou relacionamento com comunidades.

Executam de forma voluntária os 6 P'S das melhores práticas de sustentabilidade: políticas, planos, programas, projetos, processo e parcerias.

A sustentabilidade já faz parte do planejamento estratégico, com metas e indicadores específicos. A sustentabilidade faz parte da cultura organizacional e possuem valores e princípios correlacionados com a temática.

Já executaram as diretrizes da Jornada Ambiental, Social e de Governança, descritas nesta seção do Guia ESG.

Estes portos representam o estágio mais avançado nas melhores práticas nacionais e internacionais de sustentabilidade portuária. Essa área está consolidada na organização, independentemente dos líderes que estão na alta administração. Possuem metas de sustentabilidade para a remunera-

## 213 | 13. A JORNADA DA SUSTENTABILIDADE PORTUÁRIA

ção variável dos seus colaboradores, não apenas para a alta administração. São consideradas líderes e a inovação também está relacionada com a sustentabilidade.

Estes portos já iniciaram a execução dos passos da Jornada de Liderança descritas neste Guia e possuem ações em parceria com o seu ecossistema portuário e a sua cadeia de valor.



## REFERÊNCIAS

ABBC. **Guia ESG**: melhores práticas para o setor bancário. São Paulo: ABBC, 2022. *E-book*.

AGU. **Guia nacional de contratações sustentáveis**. 4. ed. Brasília: AGU, 2021.

AIVP. **Commitment**. Le Havre, 2020. Disponível em: <https://www.aivp.org/en/commitment/>. Acesso em: 14 set. 2021.

AIVP. **Experiencing the port together!**: the missions charter of a port center. Le Havre, 2019.

AIVP. Le Havre, 2020. Disponível em: <https://www.aivp.org/en/acting-sustainably/port-center-by-aivp/what-is-the-port-center/>. Acesso em: 07 dez. 2022.

ALAMOUSH, Anas S.; BALLINI, Fabio; ÖLÇER, Aykut I. Revisiting port sustainability as a foundation for the implementation of the United Nations Sustainable Development Goals (UN SDGs). **Journal of Shipping and Trade**, v. 6, n. 19, p. 1-40, 2021.

ALCOA BRASIL. **Performance ASG**: Brasil 2020. [São Paulo]: Alcoa, 2020.

ALCOA. **Reinventing for a sustainable future**. Pittsburgh: ALCOA, 2021.

AMAGGI. **Relatório de sustentabilidade 2020**. Cuiabá: Amaggi, 2020.

ANTAQ. **Agenda ambiental e de segurança aquaviária**: 2021/2022. Brasília, DF: ANTAQ, 2021.

ARCELORMITTAL BRASIL. **Relatório de sustentabilidade 2021**: juntos em ação. Belo Horizonte, 2021.

B3. **Guia sustentabilidade e gestão ASG nas empresas:** como começar, quem envolver e o que priorizar. São Paulo: B3, 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.  
Baumgartner, R. J., & Ebner, D. **Corporate sustainability strategies: sustainability profiles and maturity levels.** Sustainable Development, 18(2), 76-89., 2010.

BMUB. **Step-by-step guide to sustainable supply chain management:** a practical guide for companies. Berlin: BMUB, 2017.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 01,** de 23 de janeiro de 1986, Brasília, DF, 1986.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237,** de 19 de dezembro de 1997, Brasília, DF, 1997.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 7 dez. 2022.

BRASIL. Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **Plano de Ação da CNODS 2017-2019.** Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019/view>. Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. **Lei Nº 7.804, de 18 de julho de 1989.** Altera a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei Nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1989. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7804.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7804.htm). Acesso em: 1 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Agenda de sustentabilidade do Ministério da infraestrutura:** 2023-2026. Brasília, DF: Ministério da Infraestrutura, 2022.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Agenda de sustentabilidade do MIN-FRA**: período 2020-2022. Brasília, DF: Ministério da Infraestrutura, 2020.

BRASIL. Ministério da Infraestrutura. **Diretrizes de sustentabilidade do MIMFRA**. Brasília, DF: Ministério da Infraestrutura, 2020.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Plano Nacional de Licenciamento Ambiental**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://pnla.mma.gov.br/estudos-ambientais>. Acesso em: 1 mar. 2022.

BROOKS, M. R.; CULLINANE, K. P. B.; PALLIS, A. A. Revisiting port governance and port reform: A multi-country examination. **Research in Transportation Business & Management**, v. 22, p. 1–10, 2007.

CAMPBELL, A. Stakeholders: the Case in Favour. **Long Range Planning**, v. 30, n. 3, p. 446–449, 1997.

CAMPBELL, A. Stakeholders: the Case in Favour. **Long Range Planning**, v. 30, n. 3, p. 446–449, 1997.

CARGIL. **Relatório anual 2020**. São Paulo: Cargil, 2020.

CARROLL, A. B. Managing ethically with global stakeholders: A present and future challenge. **Academy of Management Perspectives**, v. 18, n. 2, p. 114-120, 2004.

CIP. **Guide to environmental certification and sustainability reporting for ports of the americas**. Washington: CIP, 2020.

CODEBA. **Relatório integrado de sustentabilidade**. Salvado: Codeba, 2021.

CODEBA. **Relatório integrado de sustentabilidade**: ano base 2020. Salvador: Codeba, 2020.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO. **Política de sustentabilidade ambiental**. 3. ed. Rio de Janeiro: Companhia Docas do Rio De Janeiro, 2021.



COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO. **Relatório de gestão 2020**. Rio de Janeiro: Companhia Docas do Rio De Janeiro, 2020.

CUTRIM, Sérgio Sampaio. Governança a base do ESG. *In*: CUTRIM, Sérgio Sampaio; ROBLES, Leo Tadeu (org.). **Manifesto: ESG** portuário. São Luís: Ed. da UFMA, 2022. **E-book**. p. 65-78.

CUTRIM, Sérgio Sampaio; ROBLES, Leo Tadeu (org.). **Manifesto: ESG** portuário. São Luís: Ed. da UFMA, 2022. **E-book**.

CUTRIM, Sérgio Sampaio; ROBLES, Leo Tadeu (org.). **Manifesto: ESG** portuário. São Luís: Ed. da UFMA, 2022. **E-book**.

DAMASCENO, Cristina Ribeiro. **Governança no cluster portuário**: um estudo de caso de uma tomada de decisão estratégica no Porto de Salvador. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) -- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/bitstream/ri/9741/1/CRISTINA%20RIBEIRO%20DAMASCENO.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.

DE LANGEN, P. Stakeholders, Conflicting interests and governance in port clusters. *In*: BROOKS, M.; CULLINANE, K. (ed.). **Research in Transportation Economics**. 1. ed. Oxford: Elsevier, 2006. v. 17. p. 457–477.

DOOMS, M.; MARCHARIS, C. A framework for sustainable port planning in inland ports: a multistakeholder approach. *In*: EUROPEAN CONGRESS OF THE REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION, 43., 2003, Finlândia. **Anais** [...]. Finlândia: [s.n.], 2003.

ELKINGTON, John. Enter the Triple Bottom Line. *In*: HENRIQUES, Adrian; RICHARDSON, Julie (ed.). **The Triple Bottom Line**. London: Routledge, 2004. Chapter 1. Disponível em: <https://www.johnelkington.com/archive/TBL-elkington-chapter.pdf>. Acesso em: 1 mar.2022.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Economia circular**. 2022. Disponível em: <https://archive.ellenmacarthurfoundation.org/pt/economia-circular/conceito>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ENSSLIN, Sandra Rolim; RODRIGUES, Kássia Tonheiro; YOSHIURA, Luiz Junior Maemura; SILVA, Jessica Carvalho da; LONGARAY, André Andrade. Organizational Performance Management and the ‘Sustainability’ of the Performance Evaluation System: A View Guided by the Integrative Review Perspective. **Sustainability** 2022, v. 14, 11005. DOI: <https://doi.org/10.3390/su141711005>

ESPO. **ESPO environmental report 2022**: EcoPorts in Sights 2022. Brussels: ESPO, 2022.

ESPO. **Green guide**: towards excellence in port environmental management and Sustainability. Brussel: Espo, 2012.

ESPO. **Report of an enquiry into the current governance of european seaports**. Brussel: Espo, 2011.

FERROPORT. **Agenda ambiental local e institucional**. São João da Barra: Ferroport, 2021.

FERROPORT. **Estratégia de sustentabilidade Ferroport**: Rev. 00\_17032021. São João da Barra: Ferroport, 2021.

FIESP. Departamento de Meio Ambiente. **ISO 14001:2015**: saiba o que muda na nova versão da norma. [São Paulo, 2015]. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=198712>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FIESP. **ISO 26000**: diretrizes sobre responsabilidade social. [São Paulo, 2013]. Disponível em: <https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=85061>. Acesso em: 1 mar. 2022.

FREEMAN, R. **Strategic Management**: a stakeholder approach. Boston: Pitman Publishing, 1984a.

GERDAU. **Relatório anual 2021**: pessoas que moldam o future. São Paulo: Gerdau, 2021.

GRI. **ASG como estratégia para perenidade dos negócios no século XXI**: perspectivas de profissionais de sustentabilidade e conselheiros de administração. Amsterdã: GRI, 2019.

GRI. **Glossário das normas GRI**. Amsterdã: GRI, 2022.

GRI. **Setting the agenda for the future**. Amsterdam, 2022. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/>. Acesso em: 1 mar. 2022. Se GUBA, G.; LINCOLN, S. **Fourth generation evaluation**. [S. l.] Sage Publications, 1989.

Hepper, E. L., de Souza, O. T., Petrini, M. de C., Silva, C. E. L. **Proposição de um modelo de maturidade para sustentabilidade corporativa**. *Acta Scientiarum*. Humam and Social Sciences, v. 39, n. 1, p. 43-53, Jan.-Apr., 2017.

HODROVIAS DO BRASIL. **Relatório de sstentabilidade**. São Paulo: Hidroviias do Brasil, 2021.

HOYLE, Brian. Development dynamics at the port-city interface. *In*: HOYLE, Brian S.; PINDER, David A.; HUSAIN, M. Sohail (ed.). **Revitalising the Waterfront. International Dimensions of Dockland Redevelopment**. London; New York: Belhaven Press, 1988. p. 3-19.

Hynds, E. J., Brandt, V., Burek, S., Jager, W., Knox, P., Parker, J. P., ...& Zietlow, M. **A maturity model for sustainability in new product development**. *Research-Technology Management*, 57(1), 2014, 50-57.

IBGC. **Agenda de governança corporative**: propostas aos candidatos à Presidência da República e ao Congresso Nacional. São Paulo: IBGC, 2022.

IBGC. **Boas práticas para uma agenda ESG nas organizações**. São Paulo: IBGC, 2022.

IBGC. **Governança corporativa**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em: 7 dez. 2022.

IBRAM. **Guia de relacionamento socioinstitucional para o setor minerário**. Brasília, DF: Ibram, 2022.

IBRAM. **Guia de relacionamento socioinstitucional para o setor minerário**. Brasília, DF: Ibram, 2022.

IPCC. **Aquecimento Global de 1,5°C**. Brasília, DF: MCTIC, 2019.  
ISEB3. **Sistema ISEB3**. [São Paulo], 2019. Disponível em: <http://iseb3.com.br/>. Acesso em: 1 mar. 2022.

Kirkwood, D. A., Alinaghian, L. S., & Srari, J. S. **A maturity model for the strategic design of sustainable supply networks**. *Management*, 28(5), 386, 2008.

LDC. **Sustainability report 2021: transforming tomorrow today**. Rotterdam: LCD, 2021.

LOOP.PORTS. **Circular economy network of ports: mapping of EU ports**. Valencia: LOOP.Ports, 2020.

MACHADO FILHO, Haroldo. Dos objetivos do milênio aos objetivos de desenvolvimento sustentável: lições aprendidas e desafios. *In*: LUCIANO, Bruno Theodoro (org.). **União Europeia, Brasil e os desafios da agenda do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Konhad Adenauer Stiftung, 2016. p. 87-108. Disponível em: [https://www.kas.de/c/document\\_library/get\\_file?uuid=52f0fe62-b8eb-a8b5-1fa4-2f6897d455ae&groupId=265553](https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=52f0fe62-b8eb-a8b5-1fa4-2f6897d455ae&groupId=265553). Acesso em: 8 ago. 2021.

MACHADO, Alessandro Q. (coord.). **Guia nacional de contratações sustentáveis**. 4. ed. Brasília: AGU, 2021.

Mani, M., Lyons, K., & Sriram, R. **Developing a sustainability manufacturing maturity model**. IMS Summer School on Sustainable Manufacturing. Recuperado de [http://ws680.nist.gov/publication/get\\_pdf.cfm?pub\\_id=906033](http://ws680.nist.gov/publication/get_pdf.cfm?pub_id=906033). 2010.

MOVIMENTO NACIONAL ODS. **Os 5 P's da Sustentabilidade**. 2021. Disponível em: <https://movimentooods.org.br/os-5-ps-da-sustentabilidade/>. Acesso em: 15 set. 2021.

MRN. **Sustentabilidade**: o orgulho do presente em cada passo para o futuro. Porto Trombetas: MRN, 2021.

NOTTEBOOM, T.; WINKELMANS, T. Stakeholder Relations Management in ports: dealing with the interplay of forces among stakeholders in a changing competitive environment. *In*: CONFERENCE OF INTERNATIONAL ASSOCIATION MARITIME ECONOMICS. **Anais [...]** Panamá: [s. n.], 2002.

Ngai, E. W. T., Chau, D. C. K., Poon, J. K. L., & To, C. K. M. **Energy and utility management maturity model for sustainable manufacturing process**. International Journal of Production Economics, 146(2), 453- 464, 2013.

OCDE. **Diretrizes da OCDE sobre governança corporativa para empresas de controle estatal**. [Paris: OCDE], 2019. Disponível em: <https://www.oecd.org/daf/ca/corporategovernanceofstate-ownedenterprises/40157990.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2022.

OLIVEIRA, Carlos Tavares de. **Modernização dos portos**. 5. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2011.

ONU. **Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ONU. **Nosso futuro comum**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://na-coesunidas.org/acao/meio-ambiente>. Acesso em: 1 mar. 2022.

ONU. **Report of the World Commission on Environment and Development**: our common future. [New York] : UN, 1987.

ORNELAS, Ronaldo dos Santos. **Relação porto/cidade**: o caso de Santos. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Acesso em: 05 maio 2014.

PACTO GLOBAL. Rede Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/>. Acesso em: 1 mar. 2022.

PECÉM COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO. **Agenda ambiental local: 2020-2021**. São Gonçalo do Amarante, 2020.

PECÉM COMPLEXO INDUSTRIAL E PORTUÁRIO. **Relatório de sustentabilidade**. São Gonçalo do Amarante, 2020.

PEGADA ECOLÓGICA. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.pegadaecologica.org.br/>. Acesso em: 1 mar. 2022.

PETROBRAS. **Relatório de sustentabilidade 2021**. Rio de Janeiro: Petrobras, 2021.

PIANC. **'Sustainable Ports'**: a guide for Port Authorities Bruxelles: PIANC Secrétariat Général, 2014.

PINTO, Aline Martins Arruda; CUTRIM, Sérgio Sampaio; ROBLES, Leo Tadeu; CASTRO, Italo Gabriel Almeida. Sustentabilidade portuária: portos públicos brasileiros e os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODSS) da ONU. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DESEMPENHO PORTUÁRIO, 8., 2021, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <https://2021.cidesport.com/anais-com-artigos-e-relatos-na-integra/>. Acesso em: 7 dez. 2022.

PORT AUTHORITY OF NEW SOUTH WALES. **Green port guidelines**: sustainable strategies for port developments and operations. Walsh Bay: Port Authority of New South Wales, 2017.

PORTO DE IMBITUBA. **Agenda Ambiental institucional**. Imbituba: SCPAR Porto de Imbituba, 2020.

PORTO DO AÇU. **Política de sustentabilidade**. São João da Barra: Porto do Açú, 2020.

PORTO DO AÇU. **Relatório de sustentabilidade 2021**. São João da Barra: Porto do Açú, 2021.

PORTO DO AÇU. **Relatório de sustentabilidade Porto do Açú operações**. São João da Barra: Porto do Açú, 2020.

PORTO DO ITAQUI. **Agenda Ambiental**: 2020/2021. São Luís: Porto do Itaqui, 2020.

PORTO DO ITAQUI. **Relatório de sustentabilidade 2020**. São Luís: Porto do Itaqui, 2020.

PORTO ITAPOÁ. **Agenda Ambiental 2020 à 2022**. Itapoá: Porto de Itapoá, 2020.

PORTO ITAPOÁ. **Relatório pacto global 2021**. Itapoá: Porto de Itapoá, 2021.

PORTO SÃO SEBASTIÃO. **Relatório da administração**. São Sebastião: Companhia Docas de São Sebastião, 2021.

PORTO SUDESTE. **Relatório De Sustentabilidade Porto Sudeste Do Brasil S.A. Posicionamento ESG para a Sociedade, 2022**.

PORTOCEL. **Relatório annual 2021**. Aracruz: Portocel, 2021.

PORTONAVE. **Relatório de sustentabilidade 2021**. Navegantes: Portonave, 2021.

PORTOS PARANÁ. **Relatório de gestão 2020**. Paranaguá: Portos Paraná, 2020.

PORTS AUSTRALIA. **Leanding practice**: port sustainability strategy development guide: approaches and future opportunities. [Sydney]: Ports Australia, 2020.

PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. **Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos**: (GUIA PMBOK®). 5. ed. Pennsylvania: Project Management Institute, 2013. *E-book*.

PWC. **ESG no Ibovespa**. PWC Brasil, 2022.

ROBLES, L. T. Os caminhos da sustentabilidade e a estratégia ESG. *In*: CUTRIM, Sérgio Sampaio; ROBLES, Leo Tadeu (org.). **Manifesto**: ESG português. São Luís: Ed. da UFMA, 2022. *E-book*. p. 16-32.

ROBLES, L. T.; LA FUENTE, J. M. **Logística reversa: um caminho para a sustentabilidade**. Curitiba: Intersaberes, 2019.

SAMARCO. **Relatório de sustentabilidade 2021**. [Belo Horizonte]: Samarco, 2021.

SANTOS PORT AUTHORITY. **Agenda ambiental institucional: 2021-2023**. Santos: Santos Port Authority, 2021.

SANTOS PORT AUTHORITY. **Política de sustentabilidade da SPA**. Santos: Santos Port Authority, 2021.

SANTOS PORT AUTHORITY. **Relatório de sustentabilidade 2020**. Santos: Santos Port Authority, 2020.

SCPAR PORTO DE IMBITUBA. **Relatório de sustentabilidade**. Imbituba: SCPAR Porto de Imbituba, 2021.

SCPAR. **Relatório de sustentabilidade 2022**. [Florianópolis]: SCPAR, 2022.

SDOUKOPOULOS, Eleftherios; ANASTASIADIS, Nikolaos; TROMARAS, Alkiviadis; BOILE, Maria Port environmental sustainability: Best practice identification in Europe and the value of knowledge and experience-sharing. *In: INTERNACIONAL CONGRESS ON TRANSPORTATION RESEARCH: transport 4.0: the smart evolution*, 9., 2019, Athens. **Proceeding** [...]. Athens: ICTR, 2019.

SISTEMA B. **Junte-se ao movimento B Brasil**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.sistemabbrasil.org/>. Acesso em: 1 mar. 2022.

Sloan, K., Klingenberg, B., & Rider, C. **Towards sustainability: examining the drivers and change process within SMEs**. *Journal of Management and Sustainability*, 3(2), 19, 2013.

SOCIETY FOR CORPORATE GOVERNANCE. **ESG implementation guide: getting started**. New York: Society for Corporate Governance, 2020.



SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. **Pesquisa e Debate em Educação**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p. 1396 - 1416, jul./dez. 2020. ISSN 2237-9444. DOI: <https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>

SUAPE. **Relato integrado 2020**. Cabo de Santo Agostinho; Ipojuca: SUAPE, 2020.

SUAPE. **Relatório de sustentabilidade 2019**. Cabo de Santo Agostinho; Ipojuca: SUAPE, 2019.

SUAPE. **Relatório de sustentabilidade nos moldes do GRI**. Cabo de Santo Agostinho; Ipojuca: SUAPE, 2021.

SUZANO. **Relatório anual 2021**. São Paulo: Suzano, 2021.

TCFD. **Recomendações da força-tarefa para divulgações financeiras relacionadas às mudanças climáticas**. [S. l.]: TCFD, 2017.

TERNIUM. **Relatório de sustentabilidade 2020**. [Rio de Janeiro]: Ternium, 2020.

THE GLOBAL COMPACT. **Who cares wins: connecting financial markets to a changing world**. Bern: Swiss Federal Department of Foreign Affairs; United Nations, 2004.

TRANSPETRO. **Relatório anual integrado 2021**. Rio de Janeiro: Transpetro. 2021.

USIMINAS. **Relatório anual de sustentabilidade 2021**. Belo Horizonte: Unisminas, 2021.

VALE. **Política de Sustentabilidade**. [Rio de Janeiro]: VALE, 2016.

VALE. **Relato integrado 2021**. [Rio de Janeiro]: VALE, 2021.

VEENSTRA, E. M.; ELLEMAERS, N. ESG Indicators as organizational performance Goals: do rating agencies encourage a holistic approach? **Sustainability**, v. 12, n. 24, 10228, 2020. Disponível em: <http://www.mdpi.com/journal/sustainability>. Acesso em: 1 mar. 2022.

VERHOEVEN, Patrick. **European port governance**: report of an enquiry into the current governance of european seaports. Brussel: ESPO, 2011.

VLI. **Relatório de sustentabilidade 2021**. [Belo Horizonte]: VLI, 2021.  
WBCSD. **ESG Disclosure Handbook**. Geneva: WBCSD, 2019.

WIEGMANS, Bart W.; LOW, Erik. Changing port–city relations at Amsterdam: a new phase at the interface? **Journal of Transport Geography**, v. 19, n. 4, p. 575-583, Jul. 2012.

WORLD BANK GROUP. **Environmental, health, and safety guidelines for ports, harbors, and terminals**. Washington: WORLD BANK GROUP, 2017.

WORLD BANK. **Who Cares Win**: connecting financial markets to a changing world. Washington: World Bank, 2004. **E-book**. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/280911488968799581/pdf/113237-WP-WhoCaresWins-2004.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The global risks report 2022**. 17th ed. Colongny: World Economic Forum, 2022.

WPSP. **World ports sustainability report**. [Minato-ku]: WPSP, 2020.

